

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**CAMPO-CIDADE-REGIÃO:
TRANSFORMAÇÕES PROVÁVEIS A PARTIR DA
IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS
MINERADORES NO NORTE DE MINAS GERAIS**

Fabiana Oliveira Araújo

**Belo Horizonte
2013**

Fabiana Oliveira Araújo

**Campo-cidade-região:
transformações prováveis a partir da implantação de
empreendimentos mineradores no Norte de Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Planejamento e dinâmicas sócio-territoriais

Orientador: Prof. Dr. Roberto Luis de Melo Monte-Mór.

**Belo Horizonte
Escola de Arquitetura – UFMG
2013**

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, em 21 de março de 2013, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Roberto Luis de Melo Monte-Mór – EA/UFMG, CEDEPLAR/UFMG

Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade – EA/UFMG, CEDEPLAR/UFMG

Profa. Dra. Fernanda Borges de Moraes – EA/UFMG, CEDEPLAR/UFMG

Profa. Dra. Simone Narciso Lessa – UNIMONTES

AGRADECIMENTOS

Ao professor Roberto Luis de Melo Monte-Mór, orientador e amigo, minha eterna gratidão, admiração e respeito. Você me fez acreditar em mim e nas minhas ideias e esse trabalho não seria possível sem a sua confiança e segurança transmitidas.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

À Fernanda Borges de Moraes, coordenadora do NPGAU, meu agradecimento e reconhecimento por seu trabalho para o crescimento do programa e por seu empenho em prol dos alunos, em particular por todas as oportunidades que me foram abertas.

Aos professores Heloisa e Geraldo Costa, por terem me recebido e guiado durante o estágio de docência com tanta gentileza. Agradeço imensamente a convivência agradável e todos os ensinamentos, que levarei comigo para sempre.

À Renata, secretária do NPGAU, pelo pronto atendimento em todas as minhas demandas e por sua tranquilidade e simpatia, que me transmitiram tanto conforto, mesmo nos momentos de maiores angústias.

A Luiz Felype de Almeida, amigo querido, exemplo a ser seguido, agradeço o apoio, o incentivo e as suas contribuições a esse trabalho.

Marcos Felipe Sudré, obrigada pela companhia constante e amizade nesses dois anos.

Jeanne Crespo, Clara Bois, Patrícia Urias, Danielle Stuart e Júnia Mortimer: vocês tornaram esses dois anos muito mais divertidos. Cada uma de vocês, a seu modo e tempo, contribuiu para o meu crescimento enquanto pessoa, profissional e estudante.

A Evandro Araújo, em nome de quem agradeço aos demais funcionários da Prefeitura Municipal de Taiobeiras, que abriram caminhos e contribuíram imensamente para a realização desse trabalho.

À Nildred Martins, companheira de tantos “planos”, pela amizade, pelos conselhos e por ter me introduzido ao mundo da economia regional.

Cida Vivas e Carolina Guerra, irmãs que a arquitetura me deu, obrigada pela presença constante e por fazerem parte de todos os momentos, inclusive esse.

À Karina Nicácio, agradeço a amizade, o incentivo, o apoio, a paciência e a compreensão pelas minhas ausências.

A José Costa de Araújo e Adélia Oliveira Araújo, meus pais. Esse trabalho é fruto do amor que vocês plantaram em mim e sua construção foi permeada por memórias, lembranças, saudades e a certeza de que eu tenho um lugar para chamar de meu, que é ao lado de vocês.

Hermann e Ana Paula Araújo, meus irmãos, por fazerem parte do sonho e de todas as lembranças e saudades.

Laura Araújo, minha sobrinha, de quem recebo os melhores abraços, que me fazem acreditar que tudo vale a pena e que tudo vai dar certo.

Família Figueiredo, Beth, Marco Aurélio, Vinícius e Manoella, presenças constantes em minha vida, fontes de alegria e aconchego.

Tia Marlene “de Mauro”, Vanessa (sempre presente), Jackson e Luanda, por cuidarem de mim, pelo colo e pelos alimentos de corpo e de alma.

Tia Leninha, Tio Arlen e Tia Darlene, juntamente com suas famílias, por estarem sempre a postos para me ajudar no que for preciso.

Tia Marlene Araújo, por confiar em meu trabalho e pela parceria nesses últimos anos.

A Tia Cincinha, pelas suas orações e por me fazer acreditar que a fé move montanhas.

Àqueles que me concederam entrevistas, conversas informais e materiais: Acácio Custódio, Anísio Miranda, Harley Silva, Leandro Walter, Maria Sirley Teixeira, Reinaldo Onofre Santos, Vanessa Cardoso Ferreira, Wesley Cantelmo. Meu muito obrigada pelo tempo dispensado e pela valiosa contribuição.

RESUMO

O Norte de Minas Gerais está prestes a receber empreendimentos mineradores que implicarão, em um futuro bastante próximo, uma nova organização regional, com transformações tanto no território quanto na paisagem cultural daquela região. As empresas ainda não iniciaram suas operações e os estudos de impacto ainda não foram concluídos, tornando bastante especulativa a indicação de cenários futuros, seja em seus impactos positivos seja negativos. Diante desse contexto, busca-se avaliar o potencial impacto dessa atividade econômica no território e na paisagem, tendo como recorte espacial a microrregião Alto Rio Pardo. O que melhor caracteriza e identifica essa microrregião é o campo e não as cidades. Essas se apresentam, grosso modo, apenas como pontos de conexão entre o campo e o resto do mundo. Nesse cenário de transformações em curso, a economia regional, com vistas a experimentar maior aquecimento com a inserção da atividade mineradora, poderá contribuir para uma inversão nesse cenário e as cidades integrantes dessas microrregiões, hoje pontos de conexão com o campo, nesse contexto de emergência de uma nova atividade econômica, tenderão a se tornar pontos centrais. No que tange à vida cotidiana, a cidade, provavelmente, deixará de ser o lugar do encontro, mas, como teme Lefebvre, poderá se tornar o lugar de passagem entre o trabalho e a residência. Nesse cenário, o município de Taiobeiras, que vem se destacando desde a última década como centralidade da microrregião, especula-se, tende a ter essa posição reforçada a partir da implantação dos empreendimentos mineradores. Se, por um lado, será a efetiva implantação dos empreendimentos que confirmará ou não o cenário de profundas transformações locais e regionais que parece se delinear, por outro, gerir adequadamente os processos em curso figura como premente na mitigação dos efeitos perversos que, historicamente, são associados a este tipo de empreendimentos.

Palavras-chave: Rede urbana. Planejamento regional. Paisagem urbana. Transformação. Mineração. Alto Rio Pardo. Taiobeiras.

ABSTRACT

The North of Minas Gerais is about to receive mining ventures that involve, in a very near future, a new regional organization, with changes both within and in the cultural landscape of the region. The companies have not yet started its operations and impact studies are not yet completed, becoming quite speculative indication of future scenarios, both in its positive or negative impacts. Given this context, we seek to evaluate the potential impact of economic activity on the territory and landscape, with the spatial area microregion Alto Rio Pardo. What best characterizes and identifies the microregion is the field and not cities. These are presented roughly only as points of connection between the country and the world. In this scenario the ongoing changes in the regional economy, in order to experience greater warming with the inclusion of mining activity, may contribute to a reversal in this scenario and the cities within those microregions today points of connection to the field, in the context of emergency of a new economic activity will tend to become central points. With regard to everyday life, the city probably will be the meeting place, but as fears Lefebvre, could become the place of passage between work and home. In this scenario, the City of Taiobeiras, which has been outstanding since the last decade as the centrality microregion, speculated, tends to have strengthened this position through the implementation of projects miners. If, on one hand, will be the effective implementation of projects that will confirm whether or not the scene of deep local and regional that seems to delineate the other, properly manage existing processes as compelling figure in mitigating the adverse effects that historically are associated with such ventures.

Keywords: Urban network. Regional planning. Urban landscape. Transformation. Mining. Alto Rio Pardo. Taiobeiras.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização da Microrregião Alto Rio no Norte de Minas e no Estado de Minas Gerais	14
Figura 2: Microrregiões de abrangência dos empreendimentos mineradores	24
Figura 3: Fluxos gerados pelos empreendimentos mineradores	42
Figura 4: Genealogia dos municípios do Alto Rio Pardo	61
Figura 5: Hierarquia urbana no primeiro período	71
Figura 6: Hierarquia da rede urbana no segundo período	77
Figura 7: Hierarquia da rede urbana no terceiro período	80
Figura 8: Pequi sendo vendido por atacado na feria de sexta-feira	91
Figura 9: Caminhão com frutas sendo vendidas na feria de sexta-feira	91
Figura 10: Caminhonetes aguardando carregamento	92
Figura 11: Caminhão já carregado	92
Figura 12: Feira livre de sábado, em frente ao mercado	93
Figura 13: Barraca da feira livre de sábado	93
Figura 14: Movimentação no entorno do mercado em dia de feira livre	94
Figura 15: Detalhe da movimentação na feira livre	94
Figura 16: Vista aérea do distrito sede de Taiobeiras e seu entorno	103
Figura 17: Plano Diretor de 1970, detalhes	106
Figura 18: Plano Diretor de Taiobeiras, zoneamento do Distrito Sede (2006)	111
Figura 19: Evolução urbana do distrito sede de Taiobeiras	116
Figura 20: Avenida da Liberdade na década de 1970	118
Figura 21: Avenida da Liberdade em 2012	118
Figura 22: Avenida da Liberdade em 1970	119
Figura 23: O mesmo trecho da Avenida da Liberdade em 2012	119
Figura 24: Fachada principal do mercado, em 2007, antes da reforma	121
Figura 25: Fachada principal do mercado em 2012	121
Figura 26: Detalhe da entrada principal antes da reforma	122
Figura 27: Entrada principal pós reforma	122
Figura 28: Vista interna antes da reforma	123
Figura 29: Vista interna depois da reforma	123
Figura 30: Praça de alimentação, após a reforma	124

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Empreendimentos mineradores a serem implantados no norte de Minas	13
Tabela 1: Teor de ferro e capacidade produtiva dos projetos Jiboia e Caetité	29
Tabela 2: Demanda e suprimento de água - Projeto Vale do Rio Pardo	31
Tabela 3: Dados da Barragem do Rio Vacaria	32
Tabela 4: PIB total (MG) e participação relativa das Microrregião Alto Rio pardo - 1999/2009 ..	67
Tabela 5: Composição setorial e evolução do PIB, Microrregião de Salinas - 1999/2000	67
Tabela 6: Ligações viárias pavimentadas pelos programas PROACESSO e Caminhos de Minas, no Alto Rio Pardo	73
Tabela 7: População na Bacia do Alto Rio Pardo	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da populacional total, rural e urbana, 1970-1910, microrregião Salinas	63
Gráfico 2: Taxas de crescimento médio anual da população total, rural e urbana; 1970-2010 - Microrregião Alto Rio Pardo	65
Gráfico 3: Número de habitantes por ano	108
Gráfico 4: Financiamento habitacional em Taiobeiras	114

SUMÁRIO

	11
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO 1	
MINAS GERAIS E NOVAS FRONTEIRAS MINERAIS	19
1.1. Mineração na microrregião do Médio Espinhaço	22
1.2. Panorama da mineração no norte de Minas Gerais	23
1.3. O processo minerário	34
1.4. O Plano de Desenvolvimento Regional do Norte de Minas: novas perspectivas	36
1.5. Primeira análise dos impactos dos empreendimentos mineradores	39
CAPÍTULO 2	
FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA REDE URBANA DO ALTO DO RIO PARDO	43
2.1. Espaço e região: ensaios para delimitação de uma área de estudo	44
2.2. O processo de ocupação e desenvolvimento urbano e regional no Norte de Minas: Minas X Sertão?	47
2.3. A rede urbana norte-mineira: Montes Claros, cidade polo?	52
2.4. Formação da rede urbana no Alto Rio Pardo	59
2.5. Caracterização do Alto Rio Pardo	63
2.5.1. Dinâmica demográfica e econômica	63
2.5.2. Breve análise econômica	66
2.6. Periodização da rede urbana no Alto Rio Pardo	68
2.7. Rede urbana, mineração e planejamento	81
CAPÍTULO 3	
(TRANS)FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NA MICRORREGIÃO ALTO DO RIO PARDO	83
3.1. Do rural ao urbano, paisagem e identidade	85
3.2. Paisagem urbana em transformação: o caso da cidade de Taiobeiras	96
3.2.1. Um pouco sobre planejamento urbano	96
3.2.2. Taiobeiras: planejamento como elemento indutor da paisagem urbana	102
3.2.3. Paisagem urbana em transformação	112
3.2.4. Paisagem urbana: transformações possíveis	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	133

INTRODUÇÃO

O Norte de Minas Gerais está prestes a receber empreendimentos mineradores que implicarão, em um futuro bastante próximo, uma nova organização na rede urbana, com prováveis transformações tanto no território quanto na paisagem e na identidade cultural da região (MINAS GERAIS, [s.d.]).

Quatro desses empreendimentos estão em fase de estudo. A Mineração Riacho dos Machados — empresa subsidiada pela canadense *Carpathian Gold INCO* — obteve a concessão de lavra pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em maio de 2009 e prevê a mineração de ouro e seu processamento em barras no município de Riacho dos Machados. No município de Porteirinha, a empresa VALE estuda a exploração de minério de ferro. A empresa Sul Americana de Metais (SAM) — pertencente à divisão de Novos Negócios do Grupo Votorantim — prevê a extração de minério de ferro e implantação de usina de concentração próxima aos municípios de Salinas e Grão Mogol, além de um mineroduto até o porto de Ilhéus (BA). No Município de Rio Pardo de Minas, a Mineração Minas Bahia (MIBA) prevê a implantação de mina e unidade de beneficiamento de minério de ferro, além de um corredor logístico. Alguns dados desses empreendimentos são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Empreendimentos mineradores a serem implantados no norte de Minas

Localização (município)	Objetivo do projeto	Empresa	Investimento (R\$)	Empregos	
				Diretos	Indiretos
Riacho dos Machados	Exploração e processamento de ouro	Carpathian Gold INC	250 milhões	1.500	Não especificado
Porteirinha	Extração de minério de ferro	Vale	560 milhões	5000	Não especificado
Próximo aos municípios de Grão Mogol e Salinas	Extração de minério de ferro, usina de concentração, mineroduto e porto	SAM	3,2 bilhões	1.825	Não especificado
Grão Mogol e Rio Pardo de Minas	Implantação de mina, unidade de beneficiamento e corredor logístico	MIBA	857 milhões	2.000	9.000

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano de Minas Gerais – SEDRU/MG. Fevereiro, 2012

As empresas ainda não iniciaram suas operações, tornando bastante especulativa a indicação de cenários futuros, seja em seus impactos positivos ou negativos. Neste estudo serão levantados e avaliados os possíveis impactos desses empreendimentos na microrregião Alto Rio Pardo e, mais especificamente, no município de Taiobeiras, localizados no norte de Minas Gerais.

De acordo com a regionalização do Brasil, feita pelo IBGE, o Alto Rio Pardo corresponde à microrregião Salinas, composta por 16 municípios: Taiobeiras, Rio Pardo de Minas, Santo Antônio do Retiro, Montezuma, Vargem Grande do Rio Pardo, São João do Paraíso, Ninheira, Berizal, Águas Vermelhas, Divisa Alegre, Curral de Dentro, Santa Cruz de Salinas, Salinas, Novo Horizonte, Fruta de Leite e Rubelita. Apesar do nome dado pelo IBGE, tem havido uma mobilização para que o território seja identificado não apenas por um município, no caso Salinas, mas por um elemento que seja comum à maioria deles: o rio Pardo. A denominação Alto Rio Pardo, inclusive, é utilizada em documentos e relatórios oficiais, como, por exemplo, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (EMBRAPA), além da imprensa de um modo geral, e será utilizada neste trabalho.

Considerando a divisão por bacias hidrográficas, a maior parte desse território pertence à bacia do Rio Pardo, mas há também uma pequena porção pertencente às bacias do alto, médio e baixo Jequitinhonha (FIGURA 1).

Figura 1: Localização da Microrregião Alto Rio no Norte de Minas e no Estado de Minas Gerais



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base de dados IBGE.

A ocupação do Alto Rio Pardo — assim como do Norte de Minas, onde a microrregião está inserida — iniciou-se a partir da abertura de caminhos para a circulação de gado e transporte de mercadorias para abastecimento da região das minas, a partir do Nordeste. Esses caminhos fixaram populações e influenciaram a formação de arraiais e muitos de seus pontos de conexão delinearão centralidades e as primeiras aglomerações urbanas. No entanto, a partir do final do século XVIII e início do século XIX, a decadência da mineração e a mudança no fluxo de comércio das províncias de Bahia e Goiás para o Rio de Janeiro e Zona da Mata de Minas resultaram em transformações que influenciaram tanto o desenvolvimento dos povoados iniciados como, também, a rede urbana e a economia local. O fim desse fluxo de comércio contribuiu para certo isolamento das cidades dessa região, especialmente devido à difícil acessibilidade e ao baixo desenvolvimento econômico.

Em uma primeira abordagem, pode-se dizer que a identidade cultural da região foi determinada, pelo menos em parte, por essa situação de isolamento — realidade que somente começou a ser alterada a partir do final da década de 1980, com o asfaltamento do trecho da BR-251, de Salinas a Montes Claros, e à BR-116 (Rio-Bahia). Esse “isolamento” foi determinante nas relações sociais, econômicas e de consumo, contribuindo para que o território fosse mais bem caracterizado pelos modos de vida desenvolvidos no campo e não nas cidades, que constituem, grosso modo, apenas pontos de conexão entre o campo e o resto do mundo.

O rio Pardo é o elemento central da paisagem dessa microrregião. Nesse território — de clima semiárido e com longos períodos de estiagem —, este rio e seus afluentes ditam o ritmo da economia e do cotidiano do campo, das cidades e das pessoas, por ser fonte de irrigação, abastecimento e lazer.

O distrito sede de Taiobeiras vem se destacando, desde a última década, como centralidade microrregional. Até então, essa posição era ocupada exclusivamente por Salinas, em razão de sua centralidade viária e da estrutura de comércio e serviços que possuía. Esse crescimento de Taiobeiras na hierarquia urbana foi impulsionado por investimentos estatais e, sobretudo, pelo Programa de Acesso Rodoviário

(PROACESSO), do Governo do Estado de Minas Gerais, que busca integrar as cidades do Estado por meio de vias pavimentadas.

Taiobeiras, apesar de não ser diretamente afetada pelos empreendimentos mineradores, foi escolhida para esta pesquisa porque, a partir deles, tende a se fortalecer como centralidade microrregional, seja por sua posição geográfica, pelos investimentos estatais que vem recebendo — especialmente nos últimos 10 anos —, pela infraestrutura urbana instalada ou, simplesmente, por ser um lugar aprazível, com uma ordem urbana e temperaturas amenas, diferentemente do que acontece nos municípios vizinhos.

É nesse contexto de afirmação da microrregião enquanto local com uma identidade própria e da emergência de Taiobeiras como centralidade, que os empreendimentos mineradores serão implantados. Ainda é prematuro indicar suas consequências, mas alguns cenários já se delineiam, como a possível inversão entre os papéis de campo e cidade, transformando sensivelmente a organização hoje existente.

Enfim, a perspectiva de instalação da atividade mineradora na região já tem gerado, sobretudo nos municípios de Alto Rio Pardo e Taiobeiras, expectativas, especulações e investimentos, ainda que tímidos, anunciando transformações em suas dinâmicas social, econômica e territorial. Se, por um lado, será a efetiva implantação dos empreendimentos mineradores que confirmará ou não o cenário de profundas transformações locais e regionais que parece se delinear, por outro, gerir adequadamente os processos em curso figura como premente na mitigação dos efeitos perversos que, historicamente, são associados a este tipo de empreendimento. Vale lembrar que a reversão das expectativas, caso os empreendimentos não se viabilizem, também trará ônus locais e regionais, com a emergência de novos rearranjos na dinâmica da rede urbana.

Ao longo da pesquisa, os tópicos aqui apresentados são discutidos em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo traz um apanhado de informações sobre os empreendimentos mineradores que serão instalados no Norte de Minas e sua relação com o Alto Rio Pardo.

O segundo capítulo trata da formação e transformação da rede urbana no Norte de Minas, tendo como foco a microrregião Alto Rio Pardo, o crescimento de Taiobeiras na hierarquia urbana e a consolidação deste município como centralidade microrregional. Ao mesmo tempo, avalia-se o contexto atual da rede urbana frente aos empreendimentos mineradores que serão implantados.

O terceiro capítulo caracteriza a microrregião Alto Rio Pardo do ponto de vista da construção da sua identidade cultural e da paisagem, utilizando Taiobeiras como exemplo e modelo dessa identidade. Nesse momento da pesquisa, questiona-se: até que ponto essa identidade pode ser alterada pelos empreendimentos mineradores? Ao mesmo tempo, trata-se especificamente do município de Taiobeiras, levando-se em conta as transformações pelas quais passou em sua estrutura urbana até chegar à situação atual. Discute-se, também, como a possível chegada da mineração, desde já, tem se caracterizado como um elemento transformador, avaliando-se as transformações que o município poderá sofrer.

Nas considerações finais, é feita uma amarração entre os capítulos, na busca por respostas frente aos impactos que os empreendimentos minerários trarão à rede urbana e à identidade cultural do Alto Rio Pardo e à estrutura urbana de Taiobeiras.

Para a elaboração da pesquisa, foi utilizada uma base teórica baseada nos estudos feitos durante o mestrado, que incluíram o cumprimento de disciplinas no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), no Instituto de Geociências (IGC) e na Escola de Arquitetura, todos pertencentes à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Para compreender localmente os processos de transformação — que, inclusive, dão título a esta pesquisa —, foram feitas várias visitas a campo e entrevistas em

órgãos, instituições e pessoas de notório saber, todos devidamente identificados ao longo do trabalho e nas referências bibliográficas.

A participação na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional do Norte de Minas, ainda que em sua fase inicial, permitiu o acompanhamento das entrevistas com as empresas mineradoras¹ que, provavelmente, vão se implantar no Norte de Minas, além de órgãos e instituições governamentais que contribuíram para a elaboração do panorama que se vislumbra para a região — apresentado no primeiro capítulo. Essa experiência também permitiu vislumbrar os possíveis primeiros impactos sofridos na área pesquisada.

Ressalta-se ainda que foi fundamental nesse processo a vivência pessoal, as observações e as conversas informais, que permitiram traçar uma expectativa que vai além dos estudos e dados coletados. Elas possibilitaram, a partir de um imaginário coletivo, perceber e mensurar as transformações que estão por vir.

¹ Os relatos referentes às entrevistas com as mineradoras não revelam a identidade do entrevistado devido ao acordo de confidencialidade entre o CEDEPLAR, responsável pelo Plano de Desenvolvimento do Norte de Minas e as empresas mineradoras. Dessa forma, na bibliografia, faz-se referência às empresas e não aos seus responsáveis entrevistados.

CAPÍTULO 1

MINAS GERAIS E NOVAS FRONTEIRAS MINERAIS

O presente capítulo trata da mineração no estado de Minas Gerais. Ele abarca tanto a sua importância histórica na ocupação do território brasileiro como no desenvolvimento urbano, econômico e social do território mineiro. Ele procura mostrar como essa atividade é importante até os dias de hoje para a economia do estado e como novas fronteiras têm sido abertas, como no caso do Norte de Minas. Diferentemente de outros tempos, no entanto, atualmente, estão sendo desenvolvidas ferramentas de planejamento que visam minimizar seus impactos negativos e otimizar seus impactos positivos.

Até o final do século XVII, o Brasil caracterizava-se pela baixa ocupação populacional concentrada na sua faixa litorânea, com alguns poucos centros urbanos com função de “comando” na hierarquia da precária rede urbana existente, em que se destacava Salvador que, àquela época, era sede do governo geral da colônia.

Apesar do conhecimento de algumas ocupações isoladas no território brasileiro, foi somente após a descoberta e exploração das minas que a penetração no território se deu de forma mais efetiva, com a criação de núcleos urbanos para dar suporte à atividade mineradora. Formou-se, assim,

[uma] macro-região de influência, a partir do século XVIII, com impactos diretos em São Paulo e Rio de Janeiro e estendeu-se do Rio Grande do Sul ao Piauí, além de desdobrar-se para oeste sobre o Planalto Central e seu derramamento para a Amazônia, significando um salto qualitativo e quantitativo na ocupação do território brasileiro. (MONTE-MÓR, 2001, p. 3)

A mineração no estado de Minas Gerais foi, dessa forma, o desencadeador da ocupação do território brasileiro no período colonial. Houve um fluxo migratório expressivo, originário tanto da América Portuguesa quanto da Europa, que contribuiu para o surgimento de assentamentos urbanos com características culturais bastante peculiares. De acordo com Lefebvre (1999), esses núcleos corresponderiam à cidade política, como se vê no decorrer desta pesquisa, ou seja, locais onde as riquezas produzidas eram administradas.

Além do surgimento de novos assentamentos urbanos, a mineração em Minas Gerais, a partir dos setecentos, exerceu também uma importante função na constituição da rede urbana do Brasil colônia e na integração macrorregional do território brasileiro.

No século XIX, outros minérios — que não somente o ouro — começaram a ser explorados no estado, mantendo a mineração dominante na economia mineira até os dias de hoje, apesar do surgimento de outras atividades de destaque, especialmente vinculadas à agropecuária.

Vale destacar que, mesmo com a importância mundial adquirida pela produção cafeeira, a partir da segunda metade do século XIX, a mineração continuou como atividade econômica relevante em Minas Gerais e no país. Hoje, o Brasil é o segundo produtor de minério de ferro do mundo (20% em 2008) e Minas Gerais figura, no país, em primeiro lugar. (CARSALADE *et al.*, 2012, p. 2)

Atualmente, a região conhecida como Quadrilátero Ferrífero, localizada na região centro-sudeste de Minas Gerais, “[...] é considerada o território de maior concentração de minas em operação no mundo” (CARSALADE *et al.*, 2012, p. 2). Entretanto, novas fronteiras minerárias têm sido criadas no estado, com proporções para mudar a realidade das regiões em que estão inseridas, como acontece na Microrregião do Médio Espinhaço, na região central do estado, e no Norte de Minas. Isso mostra que a mineração, desde o século XVII, vem sendo importante condutor na formação e transformação de cidades e regiões, com interferências que dividem a opinião entre sua necessidade, inevitabilidade e a irreversibilidade de seus impactos nos meios ambientais, socioeconômicos e culturais.

1.1. Mineração na microrregião do Médio Espinhaço

No Médio Espinhaço, a *Anglo American* está implantando o Projeto Minas-Rio que, atualmente, é o maior projeto da empresa no mundo. O empreendimento terá suas atividades minerárias (operações de lavra a céu aberto, beneficiamento mineral infraestrutura para produção de minério de ferro em áreas mineralizadas identificadas, como nas Serra do Sapo e Serra da Ferrugem, situadas nos municípios de Conceição do Mato Dentro e de Alvorada de Minas, ambos no estado de Minas Gerais. No município de Dom Joaquim será implantado o ponto de captação de água e parte da adutora.

Esse projeto prevê uma produção de minério de ferro que pode chegar a 90 milhões de toneladas/ano, com operação prevista para iniciar no segundo semestre de 2014. O minério, após beneficiamento, será transportado via mineroduto para o Porto de Açu, no estado do Rio de Janeiro, onde está sendo construído um terminal exclusivo para a *Anglo American*, de onde será exportado, em sua maioria. A mina possui uma reserva de 5,8 bilhões de toneladas, o que garante uma previsão de duração da exploração de 60 anos. O minério é considerado de boa qualidade, com o teor de 40% antes do beneficiamento e 60% após ser beneficiado. O projeto abrange 32 municípios nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo 2/3 deles em Minas Gerais. Apesar do interesse da empresa em utilizar ao máximo a mão de obra local, sabe-se que o número de trabalhadores é insuficiente, o que acarretará, certamente, um fluxo migratório.

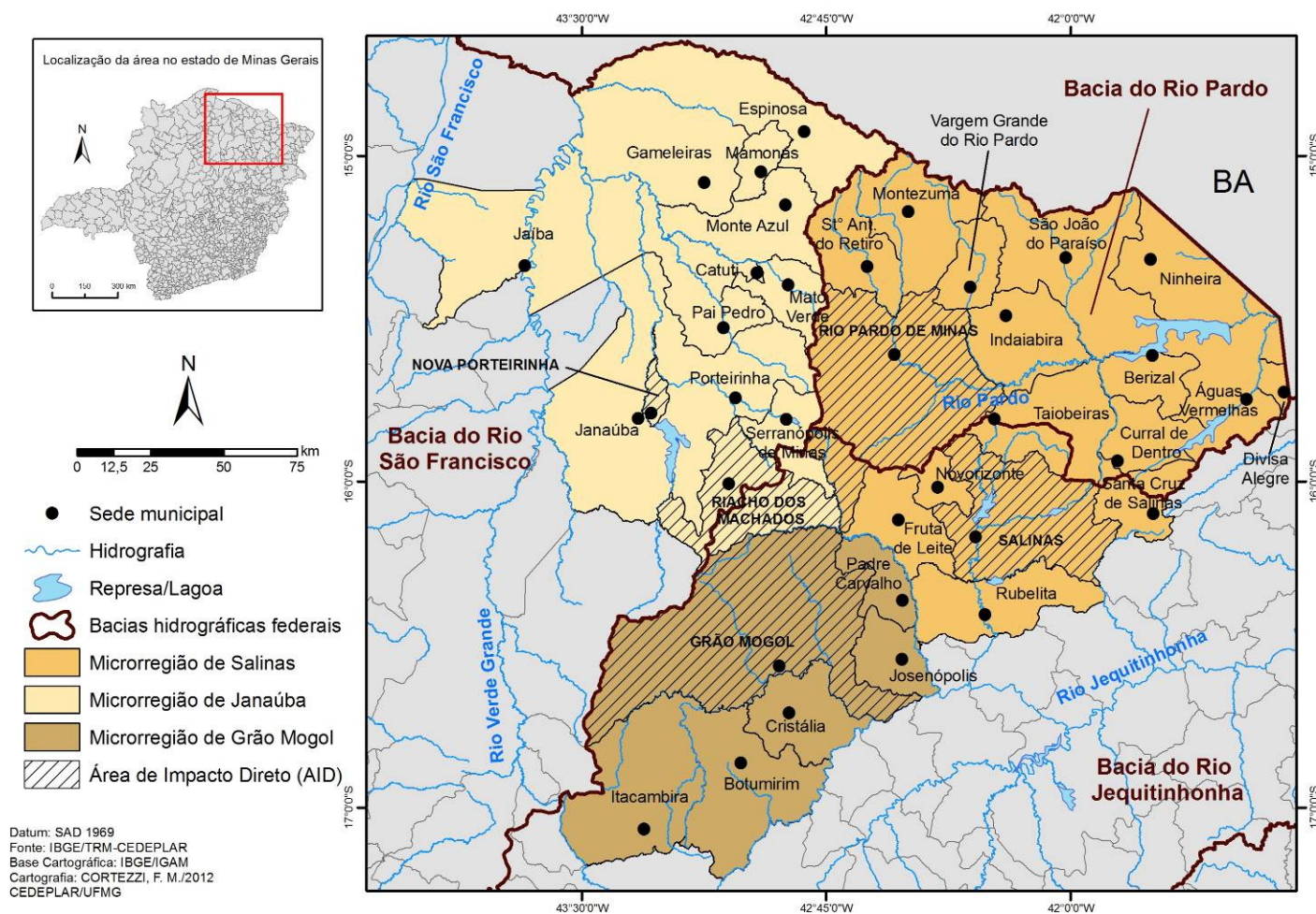
1.2. Panorama da mineração no norte de Minas Gerais²

Apesar de não pertencer à área de estudo desta pesquisa, a breve caracterização do Projeto Minas-Rio exemplifica como outra região de Minas Gerais também está passando por um momento de transformação, impulsionada pela atividade mineradora.

O foco desta dissertação está direcionado para a provável transformação no Norte de Minas, onde quatro empreendimentos minerários serão implantados, abrangendo as microrregiões Alto Rio Pardo, Grão Mogol e Janaúba, como mostra a figura a seguir. O recorte territorial de análise, por sua vez, está na microrregião Alto Rio Pardo e no município de Taiobeiras.

² Os relatos referentes às entrevistas com as mineradoras, apresentados nesse subitem, não revelam a identidade do entrevistado devido ao acordo de confidencialidade entre o CEDEPLAR, responsável pelo Plano de Desenvolvimento do Norte de Minas e as empresas mineradoras. Dessa forma, na bibliografia, faz-se referência às empresas e não aos seus responsáveis entrevistados.

Figura 2: Microrregiões de abrangência dos empreendimentos mineradores no Norte de Minas Gerais



Fonte: CEDEPLAR, 2012.

Dos quatro empreendimentos, um será destinado à exploração e beneficiamento de ouro, a ser feito pela empresa *Carpathian Gold Inc.*; e os demais explorarão minério de ferro, administrados pelas empresas MIBA, SAM e VALE. Cada um dos empreendimentos será descrito a seguir, tendo como base as informações coletadas em entrevistas com representantes das empresas e, no caso da VALE, através de informações fornecidas pelo governo do estado ou veiculadas pela mídia, já que não foi possível fazer as entrevistas.

Além dos quatro empreendimentos aqui apresentados, identificaram-se outras licenças, para explorações diversas, concedidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Entretanto, nesta pesquisa, optou-se por apresentar apenas aquelas referentes a minério de ferro e ouro, por serem os elementos que serão explorados em maior escala e com maior impacto na região.

A empresa *Carpathian Gold Inc.*, de origem canadense, tem previsão para começar a explorar uma jazida de ouro em julho de 2013, no município de Riacho dos Machados, entre as bacias dos rios Gorutuba e Verde Grande, na microrregião Janaúba. Devido à proximidade, os municípios de Porteirinha e Janaúba serão indiretamente afetados pelo empreendimento, especialmente no que tange à utilização de mão de obra.

Foram empregados 1.000 funcionários para as obras de instalação do empreendimento e, atualmente, há cerca de 450 funcionários na mina em operação. Desses, 70% são de Riacho dos Machados e Porteirinha e os demais vêm de outros municípios da região. A mão de obra local é pouco qualificada e a empresa proporciona alguma capacitação, como, por exemplo, para operação de máquinas, além daquelas oferecidas em parceria com o SENAI/SEST, responsável pela maior parte dos cursos de qualificação técnica disponível.

De acordo com representantes da empresa Carpathian, entrevistados em dezembro de 2011, muitos trabalhadores migrantes preferem morar em Porteirinha em função da melhor infraestrutura urbana e da oferta de comércio e serviços, mesmo

estando mais distante do local de trabalho. Além disso, há migrantes que preferem morar em Janaúba, expandindo ainda mais os impactos sociais do empreendimento e a rede de transporte necessária ao acesso à mina. Em Riacho dos Machados, a empresa administra dois hotéis utilizados para hospedar parte de seus empregados.

Há dois acessos possíveis à mina, sendo um por Francisco Sá, asfaltado, e outro por Janaúba, em estrada de terra. Sendo Janaúba o município polo microrregional que apresenta as melhores condições de infraestrutura urbana e de oferta de comércio e serviços, o asfaltamento dessa via favoreceria o melhor acesso a insumos e serviços pela empresa. Ao mesmo tempo, poderia incentivar a fixação de residência dos migrantes, que teriam acesso facilitado ao local de trabalho, concentrando o impacto habitacional/social em apenas um município.

O escoamento da produção será feito por helicópteros, por questão de segurança, não necessitando do sistema rodoviário existente e, portanto, nele não interferindo.

A região onde o empreendimento está inserido constituiu-se como a maior produtora de banana prata do mundo, o que tem gerado certa desconfiança dos produtores e da população em geral quanto aos supostos e futuros impactos referentes à contaminação da água. As desconfianças estão voltadas, especialmente, para a Barragem Pico da Pedra, utilizada para irrigação, assim como para lazer. De acordo com a *Carpathian Gold Inc.*, “água não é a questão”. Além do controle ambiental para não contaminação dos cursos existentes, a empresa apontou que a falta de água na região se deve a uma ausência de gestão e de alternativas de melhor aproveitamento das águas da chuva, como, por exemplo, através de um sistema de armazenamento. Em 20 anos de medições pluviométricas na região da empresa, registrou-se uma média de 1.060mm por ano. O problema maior reside na frequência pluviométrica: é grande a variabilidade anual e, portanto, é ruim a distribuição das chuvas.

Segundo a empresa, tem havido um movimento de resistência ao empreendimento. Além disso, destaca, também, que movimentos sociais começam a se mobilizar em torno de grandes empreendimentos minerários, assim como já acontecia com os atingidos por barragens. Esses conflitos entre capital e população local são pertinentes e importantes para o debate desde que mediados — função normalmente dada ao Estado —, para que prevaleça o diálogo e a promoção do desenvolvimento de forma a beneficiar ambos os lados.

A **empresa Mineração Minas-Bahia (MIBA)** possui dois projetos minerários no Norte de Minas, denominados Jiboia e Peixe Branco. A empresa é parte da *Eurasia National Corporation* (ENRC) que, com sede em Londres, tem como acionistas fundos de pensão, o Governo do Cazaquistão, dentre outros. Os empreendimentos da MIBA abrangerão o maior número de municípios no Norte de Minas: Verdelândia, Janaúba, Riacho dos Machados, Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite, Salinas, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Indaiabira e São João Paraíso.

O Projeto Jiboia concentra-se no município de Grão Mogol, com uma pequena parcela no município de Riacho dos Machados e sede entre os distritos de Bocainas e Vale das Cancelas. O empreendimento ainda está em fase de projeto e, por isso, segundo a empresa, não possui todas as respostas para o que acontecerá. Muitas das informações fornecidas e apresentadas aqui são apenas especulações.

O projeto emprega atualmente 77 funcionários, mas possui uma estimativa de geração de 8.000 empregos, número que, segundo a própria empresa, pode estar superestimado. Uma grande dificuldade apresentada pela empresa é a ausência de mão de obra qualificada na região. A tentativa é contornar a referida dificuldade com a oferta de cursos de capacitação. Entretanto, a oferta é maior que a demanda e nem todos os cursos oferecidos preenchem, na totalidade, as vagas abertas. Os cursos são oferecidos através do Programa Mina de Talentos, de iniciativa da empresa em parceria com o SENAI que, em um primeiro momento, abriu 140 vagas para cursos de carpinteiros, pedreiros, armadores, pintores e técnicos administrativos. A maioria dos alunos é de Grão Mogol, mas a intenção é que tanto os cursos ofertados quanto os

locais de realização sejam ajustados de acordo com a demanda do público e da empresa, sempre privilegiando a mão de obra da região de abrangência do empreendimento. Vale destacar que a mão de obra local é contratada para cargos técnicos. Para cargos de nível superior são levados profissionais externos que, a princípio, ficam hospedados em alojamento da empresa.

A reserva do Projeto Jiboia produzirá 20 milhões de ton/ano, com uma duração de 16 a 20 anos de exploração. Não há uma previsão definida de quando a mina entrará em operação, mas sabe-se que não será antes de 2015. Atualmente, o empreendimento está em fase de licenciamento de projeto e o estudo de viabilidade já indicou a necessidade de uma logística de transporte bem estruturada, aliada ao beneficiamento do minério próximo à mina para que seja viável economicamente, considerando o baixo teor de ferro — de, no máximo, 25%.

Há outro grande projeto da empresa MIBA, de extração de minério de ferro, em Caetité, Bahia. A proposta é integrar esses dois projetos, via linha férrea, para que a produção seja escoada conjuntamente até o porto de Ilhéus, também por ferrovia. A questão é como integrar as duas áreas e essas ao Porto de Ilhéus. Atualmente, como a MIBA não possui ferrovia, toda a produção de Caetité é vendida para a VALE que possui um ramal férreo nesse trajeto. A integração dos dois projetos é importante, inclusive, para viabilizar o Projeto Jiboia, já que, apesar de sua grande capacidade produtiva, o teor de ferro de sua área de exploração é baixo, como se observa na Tabela 1.

Tabela 1: Teor de ferro e capacidade produtiva dos projetos Jiboia e Caetité

	Projeto Jibóia	Projeto Caetité
Teor de ferro	Máximo 25%	64%
Capacidade produtiva	320 milhões de toneladas ³	300 milhões de toneladas

Fonte: MIBA, 2012.

Vale destacar que a prioridade da empresa para o transporte de minério beneficiado é a ferrovia e não o mineroduto. Segundo seu representante, a ferrovia pode beneficiar também outras formas de produção na região, como os grãos, constituindo uma possibilidade de diversificação da economia regional.

Uma das possibilidades de escoamento por trilhos, apresentada pela empresa, seria através de uma conexão à Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), em construção pelo Governo Federal, que liga Ilhéus (BA) a Figueirópolis (TO), percorrendo 1.500 km, criando uma comunicação entre o Porto de Tulha (ao Norte de Ilhéus) à região central do Brasil. No porto de Ilhéus, a empresa construirá um terminal próprio para transporte final de seu produto.

Representantes da empresa entrevistados observam que a grande informalidade nos municípios onde ela atua no Norte de Minas dificulta a formação de um rol de fornecedores locais, tanto de comércio quanto de serviços. Por isso, a maior parte do consumo da empresa é em Montes Claros e há necessidade de formação de empreendedorismo na região, em parceria, por exemplo, com o SENAI.

Um problema ambiental apresentado pela empresa é o destino das pilhas de rejeito após o beneficiamento do minério, ainda mais se considerado seu baixo teor. Onde essas pilhas serão colocadas é uma questão em aberto.

³ Considerando 20 anos de vida útil da mina.

Apesar de não entrar em muitos detalhes, a empresa pontuou que a questão fundiária pode vir a ser um entrave. Foi adquirido o direito de exploração, mas não a propriedade, o que pode vir a ocorrer no futuro.

O Projeto Peixe Branco não tem previsão para ser implantado e está mais disperso no território. A maior concentração seria no município de Rio Pardo de Minas, mas abrangeria também Padre Carvalho, Fruta de Leite, Salinas, Novorizonte, Indaiabira e São João Paraíso. Todos os esforços estão concentrados no Projeto Jiboia.

A empresa SAM (Sul Americana de Metais), pertencente ao Grupo Votorantim Novos Negócios, está implantando o Projeto Vale do Rio Pardo, que prevê a exploração, beneficiamento e transporte de minério de ferro. A mina se localizará nos municípios de Grão Mogol (90%) — onde também será implantada a usina de beneficiamento — e no município de Padre Carvalho (10%). O teor do minério é de 20%, considerado baixo, o que implica em uma mina de grandes extensões (5,0 km x 3,5 km), além de um grande volume de resíduos, estimados em 90 milhões de toneladas de terra/ano, para uma produção de 25 toneladas de minério/ano. A previsão de início da operação é para o segundo semestre de 2015, mas essa data depende ainda da Licença Prévia (LP), da Licença de Implantação (LI), além da Concessão de Lavra.

O licenciamento ambiental do empreendimento está sendo feito pelo IBAMA, órgão federal, porque envolve o complexo mina-mineroduto-porto, que extrapola a divisa do estado de Minas Gerais: daí, a necessidade de licenciamento ambiental no âmbito federal.

Após o início das operações são previstos 25 anos de vida útil para a mina. O minério beneficiado será transportado via mineroduto até o Porto de Ilhéus, na Bahia, onde está sendo construído um terminal exclusivo para a Empresa SAM. O mineroduto possui aproximadamente 60 cm de diâmetro e fica enterrado a 80 cm de profundidade, com uma faixa de servidão de 30 m. Sua extensão será de 482 km, atingindo 21 municípios, sendo nove em Minas Gerais e 12 na Bahia. É prevista a

criação de 9.000 empregos diretos na fase de implantação do empreendimento e, na fase de operação, a previsão é de 2.000 diretos e 9.000 indiretos.

Os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) estão sendo finalizados e as audiências públicas finais acontecerão, em janeiro de 2013, nos municípios de Grão Mogol (MG), Cândido Sales (BA) e Vitória da Conquista (BA), abrangendo a área do empreendimento, incluindo o mineroduto.

A empresa apresentou interesse em agregar o maior número de municípios para atender à demanda de mão de obra, mas sabe que a imigração será inevitável e necessária. A empresa vai capacitar mão de obra através de programas em parcerias com FIEMG, SENAI, IEL, SETE etc. Os cursos serão definidos pela demanda que, por sua vez, será definida pelo projeto de engenharia, que será feito após LP. Uma grande questão que paira sobre o Projeto Vale do Rio Pardo é a quantidade de água demandada em uma área caracterizada pela seca. De acordo com informações da empresa, constantes no Estudo de Impacto Ambiental – EIA (SAM, 2012), a demanda e o suprimento de água para o Projeto Vale do Rio Pardo são os presentes na Tabela 2.

Tabela 2: Demanda e suprimento de água - Projeto Vale do Rio Pardo

Água	Demanda em milhões de m ³ /ano	Demanda em percentual equivalente
Planta de beneficiamento	38	75
Mineroduto	12	24
Total	50	100

Fonte: SAM, 2012.

Ainda segundo a SAM, a maior parte da água será retirada da Usina de Irapé, cujo volume outorgável é de 353 mm³/ano, dos quais 14,1% serão usados pela SAM. A

outorga para esse empreendimento foi concedido pela Agência Nacional de Águas (ANA), em 20 de março de 2012.

Outra porção da água utilizada no Projeto será adquirida da Barragem do Rio Vacaria, a ser construída pela SAM na divisa entre os municípios de Fruta de Leite e Padre Carvalho. Segundo a empresa, essa barragem beneficiará entre 400 e 450 famílias e a previsão é a de que fique pronta em 2014. A SAM utilizará 60% do volume outorgável e os 40% restantes serão utilizados pelas comunidades no seu entorno, especialmente para irrigação, em um projeto que será implantado pela empresa como contrapartida social do Projeto Vale do Rio Pardo (TABELA 3).

Tabela 3: Dados da Barragem do Rio Vacaria

Volume outorgável	10.416 m ³ /h
Área de alagamento	383 ha
Área de desapropriação	560 ha
Altura da barragem	30 m
Altura do lago	25 m

Fonte: SAM, 2012.

Dentro do complexo minerário haverá, ainda, uma barragem para abastecimento de água da localidade Vale das Cancelas, uma comunidade pequena, distrito do Município de Grão Mogol, a mais próxima do empreendimento.

Quanto ao ambiente natural, no que diz respeito ao fechamento da MINA, de acordo com o EIA/RIMA (SAM, 2012), a revegetação da cava iniciar-se-á concomitantemente à evolução da lavra. Ao final da operação, deverá se formar um

lago na parte mais funda que “[...] proporcionará uma melhoria no fluxo de água no local, além de tornar o solo mais poroso e permeável” (SAM, 2012). A mina está a 11 km do Parque Estadual de Grão Mogol e a proposta da empresa é a de que a reserva legal do empreendimento seja incorporada a ele.

Para atender à demanda por trabalhadores é previsto que ocorra uma migração e uma preocupação da empresa é onde abrigar essas pessoas, em sua maioria, homens. De certa forma, esta migração será estimulada, já que, conforme dito anteriormente, não há mão de obra suficiente na região para atender toda a demanda e, além disso, o nível de escolaridade da população local é muito baixo. Além disso, a empresa detectou um grande número de potenciais empregados acometidos pela Doença de Chagas, o que afeta o passivo trabalhista. Como exemplo da migração que está por vir, Vale das Cancelas dobrou sua população entre 2008 e 2012.

Na área da mina há 68 famílias, todas constituídas por posseiros, que serão realocadas no decorrer do tempo, na medida em que a mina for aberta. A empresa fez um levantamento social e prevê assistência social e jurídica para elas. A intenção é a de que essas famílias sejam reassentadas no entorno da Barragem de Vacaria, beneficiando-se dela, mas ainda não há um projeto de remoção e reassentamento.

O empreendimento está distante 50 km do distrito sede de Grão Mogol, por uma estrada de terra, precária, e chega a 120 km, caso o percurso seja feito pela BR 251. Isso faz com que o apoio ao empreendimento seja feito na localidade Vale das Cancelas, o mais perto do local da mina, e em Salinas, distante 60 km. Atualmente, a sede do Projeto é em Salinas e há um escritório em Grão Mogol. Entretanto, com o asfaltamento do trecho Fruta de Leite — Taiobeiras, previsto pelo governo do estado de Minas Gerais, através do Programa Caminhos de Minas, especula-se que Taiobeiras passe a ser o centro do negócio. Apesar da distância de 80 km, um pouco maior que a de Salinas, a estrada a ser pavimentada é muito melhor, com menos curvas e topografia mais suave, garantindo mais segurança e rapidez no percurso.

Com referência às políticas locais e relações institucionais, a SAM observa que o fato de a maioria dos municípios atingidos pelo empreendimento não possuir plano diretor constitui um ponto de dificuldades. Além disso, há um problema fundiário, já que poucos possuem título de propriedade, inclusive no distrito Vale das Cancelas. A empresa vai adquirir aproximadamente 4.000 ha de terras, sendo a maioria delas devolutas.

O quarto empreendimento se refere à possível exploração de minério de ferro pela VALE, no município de Porterinha. A empresa ainda não se manifestou sobre o empreendimento e os dados existentes são especulativos. Entretanto, a realidade não será diferente daquela apresentada pelos três empreendimentos anteriores, considerando a proximidade entre eles, a semelhança, especialmente social, dos locais em que serão implantados e os impactos ambientais que, apesar de diferirem de um local para outro, é sabido que os danos causados são irreversíveis.

Até o fechamento da presente pesquisa, nenhum Estudo de Impacto Ambiental (EIA) havia sido aprovado ou disponibilizado para consulta — mesmo que parcialmente — e os dados apresentados são provenientes de entrevistas com representantes das empresas. Alguns dados adicionais merecem ser citados, mesmo que de forma genérica, para melhor compreensão dos empreendimentos destinados à extração de minério de ferro.

1.3. O processo minerário

De um modo geral, a extração de minério ferro é feita a partir de lavra a céu aberto e seu beneficiamento é feito em “plantas”, com uma infraestrutura completa, contemplando as seguintes estruturas de produção e operacionais:

- cava de mina;
- pilha de estéril externa a cava;
- área industrial onde são previstas a planta de beneficiamento mineral, escritórios de apoio operacional, oficinas mecânicas e elétricas, além de pátios de insumos e resíduos e sistemas de controle ambiental;
- barragem de rejeitos.

Todos eles necessitam de grande quantidade de energia elétrica e água, tanto no processo de extração quanto no de beneficiamento.

Nas fases de operação e implantação dos empreendimentos, são gerados efluentes líquidos, principalmente da barragem de rejeito e de drenagem da mina. A geração de efluente líquido na mina pode ser atribuída a duas principais fontes: a água efluente, procedente das chuvas incidentes na cava, e a água de rebaixamento da água subterrânea. A água subterrânea de rebaixamento deverá ser usada principalmente com o objetivo de repor as vazões de corpos d'água afetados pelo rebaixamento. O excedente poderá ser usado no processo de beneficiamento. O volume de bombeamento será ainda determinado em estudos hidrogeológicos em curso.

Quanto aos resíduos sólidos, os principais a serem gerados nos empreendimentos serão o rejeito de processo metalúrgico, o estéril de mina, os resíduos de desmate e das obras de terraplenagem, civis e montagens eletromecânicas. O processo irá gerar uma polpa de rejeito a ser disposta na barragem para sedimentação. Este resíduo será constituído basicamente pelos mesmos minerais presentes na rocha mineralizada, com pequena percentagem de ferro, em granulometria fina, pois terão sido moídos. A atividade de desenvolvimento de mina irá gerar material estéril (rocha) que precisará ser disposto em área fora dos limites da mina.

1.4. O Plano de Desenvolvimento Regional do Norte de Minas: novas perspectivas

A instalação de uma atividade econômica para exportação, como a mineração, determina o processo de planejamento urbano subsequente de um município ou de uma região. O provável aumento da população e da renda em circulação, decorrentes da nova atividade econômica, passa a traçar novos caminhos ao trazer consigo a necessidade da criação de uma infraestrutura urbana e de uma rede de serviços capaz de atender tanto a esta população como a atividade mineradora. Os benefícios que essa atividade poderá difundir através da região são basicamente determinados pela capacidade de criar encadeamentos aos demais setores e pelo padrão de distribuição de renda por ela ditado.

A mineração é um elemento transformador potencial, seja pelo poder econômico que representa ou por seu potencial indutor de alterações das relações territoriais e, conseqüentemente, da paisagem. Como observa Accioly,

[...] a mineração é capaz de alterar substancialmente a estrutura e configuração de agrupamentos sociais e comunidades, visto que reconfigura o território por completo e suas relações, (des)construindo referências espaciais e culturais. Há situações onde observamos a completa destruição de lugares, desvinculando as raízes e identidade de famílias e grupos com o lugar. (ACCIOLY, 2012).

Há um impasse sobre quem planeja o território e propõe as formas de condução, apropriação e distribuição dos benefícios advindos de uma atividade econômica: se as empresas, com interesses específicos, ou o Estado, através de políticas públicas de planejamento e desenvolvimento. Muitas vezes, as empresas condicionam o planejamento territorial, objetivando interesses próprios; em outras, essas empresas induzem o Estado a planejar segundo seus interesses, colocando-o em

uma situação contraditória em que, de um lado, defende o direito à qualidade de vida urbano-rural e à qualidade ambiental e, de outro, defende o capital. No entanto, é preciso considerar, ao planejar, os interesses do grande capital, responsável pelos investimentos que serão feitos e, ao mesmo tempo, garantir a participação local nas grandes decisões, buscando conciliar: os referidos interesses, as políticas de planejamento urbano-regional e as necessidades da população. O Estado tem o papel de mediar o conflito entre capital e população local e garantir que o montante investido promova o desenvolvimento regional.

É com base nessas colocações que o Plano de Desenvolvimento do Norte de Minas está sendo desenvolvido. Abrangendo as microrregiões que serão afetadas pelos empreendimentos, foi contratado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e Urbano de Minas Gerais (SEDRU/MG) e está sendo executado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG).

De acordo com a proposta técnica elaborada pelo CEDEPLAR para o edital de concorrência, esse plano “[...] é o passo fundamental para qualificar propostas de planejamento regional e antecipar determinado padrão provável de desenvolvimento (em seu sentido mais amplo) e, dessa forma, propor a concepção de políticas públicas apropriadas” (CEDEPLAR, 2012, p. 7). Ao mesmo tempo, permitirá uma aproximação entre estado, empresas, municípios e população afetada, de modo a socializar as informações inerentes ao projeto e democratizar as decisões que serão tomadas no âmbito do plano, na medida em que agentes envolvidos participarão das reuniões, como propositores de ações e fornecedores de informações.

O Plano de Desenvolvimento Regional do Norte de Minas teve início em novembro de 2012 e terá duração de um ano, com horizonte temporal de 2012 a 2030. Está sendo desenvolvido nos moldes do Plano de Desenvolvimento Regional do Alto Paraopaopeba, elaborado pelo CEDEPLAR, em 2011, outra região que, também, vem recebendo um grande aporte de investimentos, especialmente com a implantação de novas unidades de metalurgia, siderurgia e atividades de mineração. A região do Alto

Paraopeba tem em sua história “[...] ciclos de exploração mineral com seus auge, esgotamentos e recuos à atividade agropastoril” (MINAS GERAIS, 2011, p. 19). Já no Norte de Minas, as áreas onde serão implantados os empreendimentos minerários são, tradicionalmente, voltadas à atividade agropastoril, como se vê no decorrer da pesquisa. A semelhança entre as duas regiões é essa movimentação atual na esfera da economia e que motivou a elaboração de planos regionais, permitindo uma “[...] compreensão ampla desse processo e propostas para integrar os diversos aspectos que suscitam os investimentos privados” (MINAS GERAIS, 2011, p. 19).

Nos relatórios do Plano de Desenvolvimento do Norte de Minas serão estabelecidos cenários para a região, baseados em referências históricas e na dinâmica socioeconômica e demográfica recente, tendo em vista as transformações prováveis provenientes da mineração.

O horizonte temporal considerado adequado para esse estudo é o período 2012-2030, quando deverão estar concluídos os projetos estruturantes na área de mineração e logística — sejam eles públicos ou privados — e implementadas as políticas de desenvolvimento local. Para além desse horizonte de planejamento, imaginamos ser inadequadas a formulação de políticas e as especulações sobre a estrutura urbano-regional dos municípios da região. Nesse horizonte temporal e espacial, será definida a carteira de investimentos de curto, médio e longo prazos que orientará o programa de desenvolvimento regional. Essa carteira apresentará, também, uma hierarquia de investimentos, definindo sua importância para o desenvolvimento regional.

Fundamental para a análise dessas escalas é a identificação de mecanismos e processos que os conectam e os impactos de suas transformações no tempo e no espaço, como, por exemplo, os fluxos de bens, serviços e pessoas, as redes sociais, de comunicação e de transporte, as economias externas e de aglomeração geradas por investimentos econômicos e aglomerações populacionais (notadamente urbanas), e os impactos ambientais de origem local, porém com repercussões regionais ou além da própria região. Essas mesmas observações valem no sentido contrário, os impactos gerados

de forma externa à região, mas com repercussões críticas obre esta. (CEDEPLAR, 2012, p. 6)

No Norte de Minas, essa análise dos fluxos torna-se ainda mais importante, considerando-se o isolamento e a desarticulação com regiões mais distantes, que perdurou até o final do século XX.

1.5. Primeira análise dos impactos dos empreendimentos mineradores

A partir da apresentação dos empreendimentos, é possível elaborar algumas conclusões preliminares. Primeiramente, os projetos deverão entrar em fase de operação, de modo não concomitante. O Projeto Riacho dos Machados, da *Carpathian Gold Inc.*, será o primeiro a iniciar a produção mineral, em 2013 ou, no máximo, em 2014, seguido do Projeto Vale do Rio Pardo — da SAM —, do Projeto Jiboia — da MIBA — e, por fim, do Projeto Peixe Branco. Não há informações sobre o início de operação da VALE.

As três primeiras empresas apresentadas destacaram a baixa escolaridade e capacitação técnica da mão de obra dos locais onde os empreendimentos serão implantados. Além disso, destacaram que preferem utilizar mão de obra local, mas que esta é insuficiente e o efeito migratório será inevitável, principalmente considerando-se o número de trabalhadores necessários, especialmente na fase de implantação dos empreendimentos. Isso significa que ocorrerá um fluxo imigratório na região.

As três empresas destacaram ainda que “água não é problema”. Essa afirmação gera desconfiança e dúvidas já que a escassez de água no Norte de Minas é

reconhecida, estando a região, inclusive, incluída no polígono das secas, e esse é um dos maiores entraves ao seu desenvolvimento regional. Nesse caso, duas hipóteses podem ser levantadas: houve falta de estudos e implantação de alternativas para melhor aproveitamento e distribuição da água existente, como apontado pelas empresas, e isso será feito agora, ou as empresas de mineração virão agravar ainda mais o problema. Como solução para melhor distribuição e aproveitamento da água, assim como o mineroduto é viável, não poderiam ser criados também aquedutos que distribuiriam água, sobretudo para os pequenos produtores rurais?

Todos os empreendimentos citados estão, em maior ou menor grau, vinculados à BR 251 e, conseqüentemente, haverá um aumento no fluxo de veículos, especialmente caminhões e ônibus, estes últimos para transporte da mão de obra. Esse aumento tende a agravar a precariedade dessa via que, já hoje, apresenta um grande fluxo de veículos e é uma das principais ligações entre o nordeste e o sudeste do País. Além disso, as comunidades localizadas às margens dessa rodovia, especialmente Bocaina e Vale das Cancelas, terão nela um eixo de comunicação entre mina e comunidade.

Montes Claros tenderá a ter sua centralidade regional reforçada, já que é a única cidade de porte médio no entorno do empreendimento com capacidade de fornecimento de comércio e serviços especializados.

Taiobeiras tenderá a obter sua centralidade enquanto fornecedora de comércio e serviços e local para moradia da mão de obra, devido à infraestrutura urbana instalada; e, após o asfaltamento da estrada que a liga a Fruta de Leite, em razão da facilidade de acesso, como colocou a empresa SAM e, conseqüentemente, será também para a empresa MIBA. Esse tema será retomado no Capítulo 2.

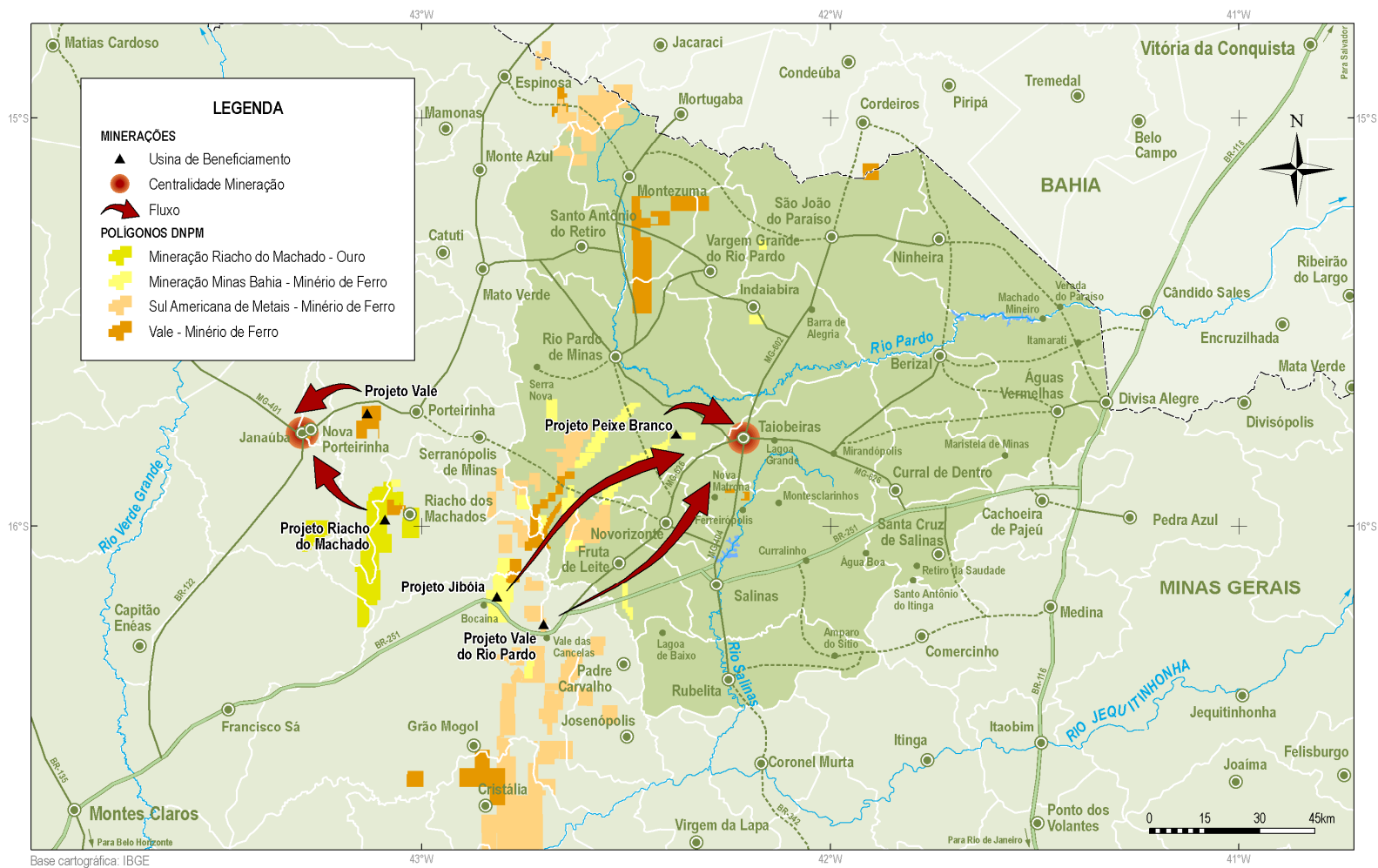
Observa-se que no Norte de Minas a resistência aos empreendimentos minerários é, até o momento, localizados e pouco expressivos. Isso pode ser explicado pelo baixo desenvolvimento econômico e pela falta de perspectiva da população no que se refere a melhorias na oferta de emprego e aumento da renda, que vê na

mineração uma possibilidade de ter essa realidade alterada. É diferente, por exemplo, do que vem acontecendo na Microrregião do Médio Espinhaço, que passa por processo semelhante de implantação de empreendimentos minerários em que as empresas tem enfrentado movimentos contrários à implantação e operação das minas, através de movimentos sociais tanto locais, como articulados a movimentos estaduais e nacionais. No Norte de Minas, o movimento de resistência tem sido feito, principalmente, pela Pastoral da Terra, através de ações de conscientização dos moradores das áreas atingidas. Apesar da importância, os movimentos sociais e suas manifestações frente às mineradoras não serão abordados no presente trabalho, que tem seu foco voltado para os impactos na rede urbana e na identidade de parte da área atingida pelos empreendimentos, no Norte de Minas.

Deve-se considerar que a implantação de um grande empreendimento de mineração em uma localidade, quando não monitorado em prol do desenvolvimento desta, pode causar importantes impactos diante da fragilidade do tecido social. Como exemplo, pode-se citar a degradação ambiental, a valorização do preço da terra urbana e rural, a intensificação da concorrência empresarial, a intensificação do processo migratório intrarregional e a desestruturação das redes de proteção social.

Neste contexto, o Plano de Desenvolvimento Regional do Norte de Minas constitui um importante instrumento de avaliação dos impactos e possibilidades colocadas para as populações que habitam um território, tendo em conta que o crescimento econômico não leva automaticamente ao desenvolvimento socioambiental.

Figura 3: Fluxos gerados pelos empreendimentos mineradores no Norte de Minas Gerais



CAPÍTULO 2

FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA REDE URBANA DO ALTO RIO PARDO

Para o entendimento dos processos de formação e transformação da rede urbana do Alto Rio Pardo é necessário compreender sua inserção macrorregional e como se deu a ocupação no território norte mineiro para, então, fazer esse recorte territorial. Antes, entretanto, os conceitos de espaço e região serão tratados para melhor entendimento do tema.

2.1. Espaço e região: ensaios para delimitação de uma área de estudo

A definição tanto de espaço quanto de região pode ter várias versões, tantas quantas áreas de conhecimento existem. As duas áreas que mais se debruçam nesses dois conceitos, entretanto, são, provavelmente, a geografia e a economia, apesar de muito afeitas ao urbanismo. No entanto, como definir um espaço ou região, já que o urbanismo não é uma ciência isolada, mas sim articulada por várias outras?

As teorias do espaço econômico serão utilizadas aqui para entendimento do espaço urbano e regional em tela.⁴ Normalmente aplicáveis a empresas, essas teorias podem ser também entendidas para os estudos de cidades e regiões. François Perroux, em *A Economia do Século XX* (1967), define três espaços econômicos a partir de dois elementos básicos que o compõem: homens (mão de obra) e coisas (insumos). Os espaços seriam: 1) espaço econômico como conteúdo de um plano (abstrato); 2) espaço econômico como campo de forças (polos); 3) espaço econômico como conjunto homogêneo.

Em sua teoria, esse autor distingue espaço abstrato de espaço concreto em um processo de delocalização da economia, ou seja, analisa a economia fora da geografia e

⁴ Optou-se por essas teorias considerando-se que os processos de transformação no Norte de Minas se darão em função de eventos econômicos.

do território. Perroux criou a teoria dos polos como estratégia de desenvolvimento regional. Para ele, o polo é um espaço de troca que exige hierarquia e complementaridade, em uma tentativa para derrubar o dualismo centro-periferia, através da concentração de recursos em determinados pontos (polos).

Jacques Boudeville (1969), discípulo de Perroux, corrobora as afirmações de seu mestre, mas em sua teoria, realocaliza a economia, articulando espaço abstrato e concreto, agregando o espaço, incluindo os processos sociais e criando o que chamou de Espaço Geo-Econômico.

Por sua vez, Coraggio (1979) critica a teoria dos polos de Perroux. Sua grande contribuição foi entender a dinâmica econômica no espaço ou, como ele escreveu, a “Espacialidade do Metabolismo Econômico”. Ele questiona porque, na teoria dos polos, a natureza espacial não interfere no espaço econômico, defendendo a relação dialética entre formas espaciais e espaços econômicos. Coraggio ainda procura entender a relação entre processos sociais e formas econômicas. Além disso, o autor trabalha o conceito de regional.

Ann Markusen (1981) propôs o uso do termo “regionalismo” já que, para ela, a “região” não inclui os processos sociais e não seria útil para trabalhar política econômica, especialmente na visão marxista. A região seria um vício espacialista e seu combate apontaria para a modificação espacial como modificação necessária e suficiente para a transformação dos processos sociais. Regionalismo seria, então, a articulação de interesses diferentes de classes, onde proprietários, trabalhadores e comerciantes, entre outros, se unem em torno do território comum, contra uma força dominante, normalmente o Estado. Esse termo pode ser adaptado para territorialismo, bairrismo e outros.

As teorias do espaço apresentadas sumariamente mostram uma evolução que vai do seu entendimento como abstrato (delocalizado), passando por sua inserção no território (relocalizado), com uma relação dialética entre formas espaciais e processos sociais, passando a ter a dialética socioespacial a norteá-las.

Nesse sentido, com base nos conceitos apresentados, pode-se afirmar que, nesta pesquisa, está sendo feito um recorte territorial em uma macrorregião econômica (Norte de Minas), para análise de seus regionalismos, conforme os dizeres de Markusen (1981).

Foi somente com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1942, que as delimitações de regiões, no Brasil, foram feitas para fins de planejamento. As regionalizações feitas anteriormente tinham um caráter político, via de regra, e às vezes econômico.⁵ Inicialmente, essas regionalizações sofreram influência da geografia francesa, que privilegiava a homogeneidade regional a partir de aspectos naturais.

As regionalizações, feitas a partir do censo de 1950, trouxeram avanços na concepção das regiões ao abordar outros aspectos que não somente os naturais, influenciadas pelas teorias de Perroux, Boudeville e Isard, todas elaboradas nesse período.

A regionalização atual do IBGE divide o país em regiões, mesorregiões e microrregiões. Apesar dos avanços, essa divisão ainda apresenta deficiências, como enfatizar as desigualdades regionais, não explorar a diversidade natural e cultural, não integrar satisfatoriamente o território e não incorporar as mudanças contemporâneas na economia.

Na divisão territorial dos censos de 1970, a mesorregião Nordeste foi dividida em duas: Norte de Minas e Jequitinhonha. As microrregiões também foram reformuladas e a microrregião Alto Rio Pardo foi criada. No censo IBGE/1970, essa microrregião foi assim definida: “é área de tradição mineradora, com grandes reservas minerais ainda não exploradas, nos vales dos rios Jequitinhonha e Pardo. A criação de gado de corte predomina nas grandes propriedades da região. A agricultura tem

⁵ 1ª regionalização do Brasil: capitanias hereditárias (entre 1734 e 1736); 1783: divisão político administrativa; 1822: divisão político-administrativa no Império; 1899: divisão político-administrativa na república; 1938: regionalização proposta pelo Conselho Nacional de Estatística (Estado Novo).

papel secundário” (IBGE, 1970, p. 21). Essa configuração territorial permaneceu no censo de 1980.

No censo de 1991, a microrregião Alto Rio Pardo passou a ser denominada microrregião Salinas, sem alteração nos municípios pertencentes. Essa regionalização permaneceu nos censos de 2000 e 2010, entretanto, com o acréscimo dos municípios emancipados em 1995.⁶

2.2. O processo de ocupação e desenvolvimento urbano e regional no Norte de Minas: Minas X Sertão?

Foi consenso, durante muito tempo, que as cidades se construíram sobre uma base rural e a partir de um desenvolvimento agrícola, que permitia a produção de um excedente alimentar. Henri Lefebvre, especialmente em seu livro *A Revolução Urbana*, afirma que o desenvolvimento do urbano se inicia a partir da dominação do campo pela cidade e tem seu ápice no processo de industrialização.

Lefebvre descreve esse processo de “criação” e desenvolvimento do urbano através de um eixo que se amplia temporal e espacialmente, partindo da ausência total de urbanização, passando por estágios que ele chama de cidade política, cidade comercial e cidade industrial, até chegar ao urbano propriamente dito.

A cidade política se caracteriza pelo domínio da cidade, espaço não produtivo, sobre o campo, a partir do controle político pela classe cidadina dominante sobre o excedente produzido no campo. Ou seja, é o lugar que permite a essa classe dominante extrair e dominar o excedente rural. “Cidade política acompanha, ou segue

⁶ Municípios emancipados em 1995: Fruta de Leite, Novorizonte e Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, Indaiabira, Montezuma e Vargem Grande, Berizal, Ninheira, Curral de Dentro e Divisa Alegre.

de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia. [...] ela é inteiramente ordem e ordenação, poder” (LEFEBVRE, 2008, p. 19).

O excedente gerado no campo sendo comercializado na cidade marca a entrada da economia de mercado e da burguesia enquanto classe dominante, transformando a cidade política em cidade mercantil. Essa cidade marca a subordinação do campo à cidade e torna-se o lugar da troca comercial e do encontro das pessoas. Em função disso, o espaço urbano é organizado baseado nos conceitos de forma, função e estrutura. O mercado passa a ser o lugar central dessa cidade em detrimento da ágora e do fórum, centrais na cidade política. “O campo? Não é mais — não é nada mais — que a ‘circunvizinhança’ da cidade, seu horizonte, seu limite. As pessoas da aldeia? [...] Produzem para a cidade, para o mercado urbano” (LEFEBVRE, 2008, p. 21).

Na sequência, com o desenvolvimento da indústria, a cidade deixa de ser obra e vira produto, a partir da mercantilização da terra, e desenvolve-se a cidade indústria, que marca a subordinação total do campo à cidade. No entanto, para Lefebvre (2008, p. 23), a indústria criou a “não-cidade, apagando os vestígios do que havia anteriormente e levando a subordinação do espaço urbano à atividade produtiva. Para o autor, o crescimento da indústria transforma a realidade urbana que, por sua vez, modifica as relações de produção. A cidade explode, cresce, mas não leva consigo a festa (o encontro das pessoas), o poder (da cidade política) e o excedente (da cidade mercantil). Ao mesmo tempo, há um movimento inverso, de implosão, com o surgimento de uma centralidade restrita, onde permanece a tríade festa, poder e excedente⁷.

Para Lefebvre, o urbano propriamente dito sucederia a cidade industrial e seria uma virtualidade, uma direção a ser seguida, um objetivo a ser alcançado contra a cidade implodida-explodida e a favor de uma totalidade onde a sociedade urbana se realizaria através da tríade já mencionada.

⁷ Essa função estruturalista da tríade festa, poder e excedente não é utilizada dessa forma por Lefebvre e foi assim sistematizada por Monte-Mór (2006).

Em *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, Lefebvre (1991, p. 55) discute que dissociar industrialização de urbanização é uma operação contestável, já que, para ele, um não existe sem o outro e é a vida urbana, o cotidiano, que dá sentido à industrialização. Sem ela, a indústria produziria por produzir. A sociedade urbana seria consequência da urbanização completa e, assim como o urbano, estaria em construção a partir da “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991, p. 15) que, por sua vez, gera a cotidianidade. É o cotidiano que melhor caracteriza e permite conhecer a sociedade atual.

Jane Jacobs (1975) observa que as economias rurais, incluindo o trabalho agrícola, se constroem diretamente sobre a base da economia e do trabalho urbanos.⁸ Para a autora, é a partir da economia urbana, desenvolvida através da produção e da troca, que se organiza o espaço, a sociedade, o campo e a região.

A cidade mineradora, da forma como Jacobs sugere, surge a partir de uma atividade industrial, questionando a teoria dominante dos historiadores urbanos⁹ de que as cidades, necessariamente, surgiam a partir de um excedente gerado no campo, administrado por uma classe cidadina dominante.

No Brasil, as cidades que se desenvolveram a partir da atividade mineradora em Minas Gerais eram locais onde produção e poder se confundiam, como ressalta Monte-Mór:

A natureza exclusivamente extrativa da economia urbana mineradora implica, de um lado, no surgimento de núcleos marcados pela concentração e centralização das atividades de produção, reprodução/consumo, circulação/distribuição e gestão num mesmo espaço (urbano), acelerando assim a formação de uma cultura (urbana) onde a concentração do excedente coletivo, a base de organização social comunitária, a ordem legal e o poder constituídos e o locus da festa se encontram no espaço/obra coletiva. (MONTE-MÓR, 2001, p. 5)

⁸ As traduções apresentadas, exceto aquelas especificadas em contrário, são responsabilidade da autora.

⁹ Para mais informações sobre a teoria da história urbana, recomenda-se a leitura de Mumford.

Paralelamente ao desenvolvimento da região das minas, outras regiões foram desenvolvidas com atividades complementares, especialmente para abastecimento do grande contingente de pessoas que para ela migraram em busca de trabalho e riqueza e em contrapartida às áreas produtoras que foram abandonadas em detrimento à corrida do ouro. Assim, como coloca Monte-Mór (2001), criou-se uma rede urbana ligada tanto à atividade mineradora quanto a outros setores com atividades não industriais, voltadas especialmente para o abastecimento.

Em Minas Gerais, houve, portanto, dois processos de ocupação distintos: um voltado para a mineração, “ambiente de riqueza, de fausto de vida social intensa” (COSTA, 2002, p. 2), e outro caracterizado pelos currais, fazendas de criação de gado que, sobretudo, abasteciam as regiões das minas.

Olhados na existência de duas formações históricas e duas temporalidades distintas, a sociedade e o território mineiros apresentam-se cindidos no imaginário social brasileiro, não pela diversidade de identidades culturais aí existentes, mas pela existência de duas regiões mentais distintas: Minas Gerais e Sertão Mineiro. (COSTA, 2002, p. 2)

A ocupação do território norte mineiro, entretanto, começou a despontar antes da descoberta das minas, a partir do final do século XVII, com a fixação de alguns assentamentos ao longo dos cursos d'água, por onde, inicialmente, se deu a penetração no território, especialmente nas áreas salineiras do Rio São Francisco. Os caminhos foram ampliados para passagem do gado das fazendas da Bahia e para o transporte de mercadorias do nordeste para abastecimento da região das minas. O território norte mineiro configurou-se, naquela época, como uma continuação dessas fazendas de gado e os pontos de conexão entre os caminhos abertos delinearão as primeiras centralidades naquela região, como exemplificado por Moraes:

Se, no Mapa da maior parte da Costa, e Sertão [...], praticamente só havia registros de esparsa ocupação humana — fazendas e currais —

ao longo de uns poucos caminhos no território mineiro, em 1734 e, sobretudo, em 1778, vilas, freguesias, arraiais e registros já pontuavam não só os trajetos que se desenvolveram às margens do São Francisco e aqueles que passavam pelo Distrito Diamantino, mas também uma rede de conexões, que se expandiu pelos sertões do norte da capitania, articulando-se com a Bahia. Em 1778, além das vilas do Príncipe e de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, freguesias como as de Barra do Rio das Velhas, Rio Pardo e São Romão figuravam como importantes polos de conexão da Capitania de Minas Gerais com o nordeste da colônia. (MORAES, 2005, p. 132)¹⁰

De acordo com Moraes (2005), apesar dessa “função” de abastecimento das regiões das minas e das atividades agropastoris, a ocupação nessa região apresentou-se dispersa e com baixa densidade demográfica, sobretudo se comparada à região centro-sul, configuração que, em termos gerais, permanece até os dias de hoje.

O Norte de Minas faz parte do que Costa (2002) chama de Sertão Mineiro. Nessa região, as cidades se desenvolveram como mercantis e assim permanecem até os dias de hoje, “[...] vinculadas às fazendas de gado, em torno das quais a vida social se organizou” (COSTA, 2002, p. 3), ao contrário das cidades mineiras industriais. Algumas exceções existem e o caso de maior destaque é Montes Claros, que começou como cidade mercantil, mas que passou por um processo de industrialização, ainda que limitado, iniciado na década de 1960, e hoje assume o posto, também, de centro regional do Norte de Minas¹¹ devido à grande e variada oferta de comércio, serviços (especialmente educação e saúde), além de instituições públicas que atendem não somente a região norte como também outras regiões, tanto de Minas quanto do sul da Bahia. Seu caso, entretanto, é tratado com mais detalhe no próximo subitem.

¹⁰ As localidades citadas que tiveram suas denominações alteradas foram: Vilas do Príncipe = Serro; Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí = Minas Novas; Barra do Rio das Velhas = Guaicuí; Rio Pardo = Rio Pardo de Minas.

¹¹ Vale ressaltar que, de acordo com a teoria dos polos de crescimento de Perroux (1967), Montes Claros é uma centralidade e não um polo. No uso mais genérico do sentido de polarização, deslocando o conceito de indústria motriz e região complementar, Montes Claros tem se destacado enquanto polo de serviços.

2.3. A rede urbana norte-mineira: Montes Claros, cidade polo?

O estudo de rede urbana tem sido abordado sob diferentes aspectos, destacando-se entre eles a diferenciação das cidades em termos de funções, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidade e região.

A Teoria do Lugar Central de Christaller (1966) é uma referência teórica para explicar a conformação das redes urbanas a partir da hierarquia urbana. Para ele, o espaço (a rede urbana) é organizado em torno de um núcleo urbano principal, chamado de lugar central, que atua como fornecedor de bens e serviços, caracterizados por serem diferenciados e hierarquizados. Para explicar o lugar central, Christaller introduz os conceitos de “Limite Crítico” e “Alcance”. O primeiro se refere ao nível mínimo de demanda necessário para estimular a oferta de bens e serviços e o segundo é definido como a distância máxima que se percorrerá para o consumo desses bens e serviços.

Quanto mais especializado um bem ou serviço, maior é a sua demanda e maior o seu limite crítico, de forma que ele tende a se localizar num lugar central. Dessa forma, seu alcance também é maior uma vez que os consumidores estarão dispostos a percorrer uma distância maior para adquiri-los. (RACHTER, 2011, p. 17)

Santos (2009, p. 94) fala da impossibilidade de estudar isoladamente uma cidade e observa: “a unidade do estudo geográfico é a rede urbana, no quadro da qual os impulsos exteriores ou interiores vão achar uma resposta localizada”. Para o autor, há uma multiplicidade de combinações possíveis dentro da rede urbana, considerando-se seu caráter genético (nascimento), evolutivo (crescimento), funcional (papel, função) e regional (domínio territorial). Acrescenta-se que desses fatores dependem as funções exercidas pela cidade e seu papel na rede urbana.

Cada uma dessas cidades representa um elemento ao mesmo tempo ativo e passivo (salvo as metrópoles, que são por definição elementos motores), e sua importância é sempre relativa e contingente, sendo tanto maior quanto os elementos dinâmicos sejam mais bem representados. (SANTOS, 2009, p. 93)

Para tratar da rede urbana no Norte de Minas, além dos apontamentos já feitos até aqui, leva-se em consideração o estudo elaborado por Hermano e Lessa (2008), denominado *Formação e Desenvolvimento da Rede Urbana Norte-Mineira*. Nesse trabalho, as autoras admitem que “existe uma rede de circulação norte-mineira, historicamente determinada, distinta e diferenciada de outros territórios.” (HERMANO; LESSA, 2008, [s.p.]). As autoras utilizam-se do estudo genealógico das redes elaborado por Milton Santos em 2002, dividido em três momentos: um período pré-mecânico, um período mecânico intermediário e a fase atual de globalização.

Na perspectiva de Santos (*apud* HERMANO; LESSA, 2008), a primeira fase da rede, denominada de pré-mecânica, se refere ao império dos dados naturais e é o momento em que o engenho humano é limitado, às vezes subordinado a contingências da natureza. Dentro dessa circunstância, as redes se formavam com um largo componente de espontaneidade. Daí seu caráter pré-mecânico, mais voltado às culturas tradicionais e com a predominância dos tempos lentos, que prevalecem no circuito inferior da economia, mais voltados às culturas tradicionais.

O período pré-mecânico do Norte de Minas aconteceu no período colonial até meados do século XX. Naquele momento,

não se verifica a presença de centros urbanos tradicionais de destaque [...]. A região se fundamentava muito mais como uma conexão comercial entre o nordeste e a área central brasileira, organizando-se principalmente para a pecuária. [...] Então, dentro desse sistema ocupacional altamente direcionado para o “exterior”, é que vão surgir áreas polarizadoras que no nosso caso, referem-se inicialmente à cidade de Grão Mogol e posteriormente, a Montes Claros, entre

outras, que se configuravam como centros regionais na economia mineradora. (HERMANO; LESSA, 2008, [s.p.]

Apenas em meados do século XX é que a rede urbana norte mineira passou de pré-mecânica para mecânica intermediária, através de intervenções estatais, especialmente a ferrovia e, posteriormente, as rodovias. Com a ferrovia e as rodovias implantadas, principalmente após os anos 1970, Montes Claros reforçou sua identidade de cidade polo e de destaque regional, característica que permanece até os dias de hoje.

Segundo Hermano e Lessa (2008), o Norte de Minas ainda não atingiu a fase de globalização. A rede urbana mecânica intermediária permanece até os dias de hoje, considerando-se sua característica concentracionista (Montes Claros com os projetos industriais e o interior com os projetos agrícolas), que leva ao surgimento de novos polos, mas mantém a distribuição concentrada da riqueza.

Gomes (2007, p. 83) afirma que a consolidação de Montes Claros enquanto polo regional “[...] esteve relacionada com sua capacidade de articulação com as demais cidades do Norte de Minas e com os principais centros urbanos do país, o que foi determinado pelos os agentes ‘transformadores’.”

O conceito de polo utilizado por Gomes (2007), entretanto, deve extrapolar aquele desenvolvido por Perroux (1967), expandindo a ideia desse autor para outras situações que não somente a de que um polo exige hierarquia e complementaridade. Isso não acontece na relação entre Montes Claros e o Norte de Minas. Ao contrário, percebe-se uma clara ruptura entre cidade e região, além de uma relação de dependência. Nesse sentido, o conceito mais assertivo para Montes Claros seria de centralidade ou lugar central e não polo. Baseado na teoria de Christaller,

Montes Claros, por ser o principal lugar central da região, tende a concentrar no seu espaço urbano os bens e serviços mais especializados que não se encontram nas demais cidades da região. Assim, a partir do momento em que Montes Claros começa a inovar e

a abrigar serviços mais especializados, ela adquire vantagens locacionais diferenciadas em relação às demais cidades da região, o que contribui para fortalecer a sua centralidade hierárquica na rede urbana do Norte de Minas, tornando-se um local específico de concentração econômica e do capital financeiro. (GOMES, 2007, p. 156)

Ainda sobre essa relação cidade-região, Soja (2000) trabalha com as definições de *sinecismo*¹² que levam a crer em um desenvolvimento regional impulsionado pelo urbano e, a partir disso, essas duas instâncias estariam vinculadas, sendo difícil o estudo de um sem passar pelo outro.

Storper (*apud* SOJA, 2000), por sua vez, defendeu uma nova teoria de localização, à qual denominou *reflexibilidade*. Essa teoria remete à teoria de Jacobs, especialmente no que tange à capacidade de exportação da cidade. Assim como em Jacobs, a cidade era o núcleo que organizava o espaço, a sociedade, a produção e a região. Entretanto, para ele, não existe ruptura entre cidade e região.

A ruptura ou desconstrução da antiga divisão conceitual entre cidade e região, e sua reconstrução como um novo tipo de combinação, uma variante entre cidade e região, da região urbana, ou, em termos mais gerais, do urbanismo regional. O surgimento das economias regionais não se traduz, deste modo, na relativa decadência das economias urbanas, mas sim, no ressurgimento das regiões urbanizadas. [...] Talvez tenha chegado o momento de dar ênfase na região, de absorver o urbano no regional, de considerar o processo de urbanização e o desenvolvimento do urbanismo como um modo de vida ao mesmo tempo que como um processo de regionalização e de produção de regionalidade. (STORPER *apud* SOJA, 2000, p. 257)

Essa articulação em prol de um desenvolvimento mais abrangente entre cidade-região é contemporânea e até o momento não aconteceu entre Montes Claros e

¹² *Sinecismo*: “impulso ao desenvolvimento que se deriva de habitats densamente povoados e do estímulo da aglomeração urbana” (SOJA, 2000, p. 31); “rede interconectada de assentamentos de variados tamanhos que interatuam dentro de limites regionais definidos e que por sua vez o define” (SOJA, 2000, p. 42); “supõe a formação de uma rede regional de assentamentos nucleados e organizados de modo hierárquico, capazes de gerar inovação, crescimento e desenvolvimento social (e individual)” (SOJA, 2000, p. 43).

o seu entorno. Ao contrário, como dito anteriormente, há uma clara ruptura e relação de dependência entre a cidade e a região. Os incentivos feitos até o momento não foram suficientes para fazer essa articulação. Portanto, quando Gomes (2007) coloca que “a consolidação de Montes Claros enquanto polo regional esteve relacionada com sua capacidade de articulação com as demais cidades do Norte de Minas” (GOMES, 2007, p. 83), deve-se salientar que a articulação a que a autora se refere diz respeito às ligações viárias e facilidades de acesso.

De acordo com Oliveira (2000), no final do século XVIII e no início do século XIX, a decadência da mineração, a mudança no fluxo de comércio das províncias de Bahia e Goiás para o Rio de Janeiro e Zona da Mata de Minas resultou em transformações na rede urbana norte mineira, com a decadência das cidades ribeirinhas e o fortalecimento do eixo econômico passando pelo sertão, em que Montes Claros se destacou, especialmente por sua posição geográfica. Além disso, outros fatores contribuíram para o desenvolvimento dessa centralidade, como observa Oliveira (2000): as ligações, tanto para a Bahia como para Diamantina, passavam por aí; a proximidade da região de Itacambira, onde foram descobertas jazidas minerais; proximidade com o divisor de águas das bacias dos rios São Francisco e Jequitinhonha, podendo se comunicar facilmente com ambas; por fim, a não proximidade aos grandes rios a tornavam mais salubre, já que nessas áreas as febres eram comuns.

Já na década de 1940, a chegada da ferrovia foi mais um fator que contribuiu para a consolidação de Montes Claros como polo regional. Tudo isso favoreceu o crescimento do comércio e serviço locais, o que reforçou ainda mais seu papel de centro regional e de atração de pessoas de municípios de toda a região Norte de Minas. A economia permaneceu de base agropecuária e o processo de industrialização foi desencadeado apenas depois da criação da Superintendência de Desenvolvimento

do Nordeste (SUDENE), em 1959, que incluiu o Norte de Minas¹³ em sua área de atuação e destinou um montante de recursos significativo, especialmente para Montes Claros, reconhecendo e reforçando suas características de cidade polo.

Na verdade, de acordo com a teoria dos polos de crescimento de Perroux (1967), o polo é um espaço de troca e, para tanto, deve apresentar hierarquia e complementaridade com o seu entorno, do contrário, constitui-se apenas como um lugar central. Nesse aspecto, Montes Claros é um lugar central e não polo, já que não há complementaridade com seu entorno. Essa característica faz com que a cidade seja um grande entrave para o estado porque houve incentivos para desenvolvimento de Montes Claros, mas a região permaneceu como uma das mais atrasadas econômica e socialmente.

Até o final do século XIX e início do século XX, predominavam em Montes Claros as pequenas indústrias de produção artesanal, como charutarias, indústria de extração de salitre, curtumes, selarias e outros objetos a partir do couro, utensílios de barro, fabricação de sal e extração de areia, beneficiamento agrícola, doces e confecções caseiras. Em 1882, começou a funcionar a primeira indústria da cidade, a Fábrica de Tecidos de Montes Claros, conhecida como Fábrica do Cedro. Na primeira metade do século XX, a atividade industrial era pequena e pouco diversificada, predominando as indústrias têxteis e de bebidas. Essa realidade só começou a ser alterada com a inclusão da área mineira do polígono das secas na SUDENE, em 1963. Os investimentos provenientes da SUDENE, entretanto, se concentraram em Montes Claros com o propósito de impulsionar a indústria para um patamar fordista de produção. A base infraestrutural da cidade foi ampliada, especialmente nos aspectos ligados à energia e transporte. Os motivos que levaram Montes Claros a receber o maior aporte de investimentos, ao invés de outros municípios da área mineira da SUDENE, associa-se ao seu comparativamente elevado número de habitantes, que poderia ser utilizado como mão de obra e a sua infraestrutura já instalada, ainda que

¹³ À época, a atual região Norte de Minas era composta pelas regiões Noroeste de Minas e Jequitinhonha.

precária. Essa escolha localizada e pontual, ao invés de disseminada no território, agravou as diferenças regionais internas. Foram desenvolvidas poucas atividades complementares na região, sendo que algumas obtiveram sucesso e outras não. No primeiro caso, esse incentivo foi importante para alguns desenvolvimentos locais, como aconteceu em Janaúba e Pirapora, mas não suficientes para alavancar a região como um todo. Como exemplo de investimento que não gerou os resultados esperados está o caso do algodão. Muitos proprietários receberam incentivos para plantar algodão para abastecer a indústria têxtil, mas, apesar de um período de relativo sucesso, foram acometidos por uma praga conhecida como “bicudo” que, praticamente, dizimou toda a plantação existente. O investimento localizado foi determinante para o pequeno desenvolvimento da região como um todo, o que acontece até a atualidade.

Montes Claros segue até os dias de hoje como principal centro regional devido à grande e variada oferta de comércio, serviços (especialmente educação e saúde), além de instituições públicas que atendem não somente a região norte como também outras regiões tanto de Minas quanto de outros estados. Nesse cenário, a indústria ocupa um papel importante, mas secundário. A articulação urbano-regional, de Montes Claros com o Norte de Minas, seria o desejado para o momento, o que pode se tornar possível através dos investimentos recentes em infraestrutura e da chegada de um grande capital, através das mineradoras.

2.4. Formação da rede urbana no Alto Rio Pardo

Na Microrregião Alto Rio Pardo, objeto de estudo desta pesquisa, o desenvolvimento das cidades ocorreu da mesma forma que no restante do Norte de Minas e, atualmente, mesmo não tendo passado por um processo de industrialização e, conseqüentemente, de desenvolvimento do urbano — segundo o eixo lefebvriano —, pode-se dizer que seus municípios experimentam a transição da cidade mercantil para o urbano. Ir da cidade mercantil ao urbano não significa, entretanto, que a industrialização não exista. Ela é presente em pequena escala intramunicipal/regional, mas, principalmente, sofre seu impacto externo. Em um exemplo simples, a atividade agropecuária, como é praticada atualmente, é dependente de produtos industrializados, sejam eles insumos, ferramentas ou maquinários.

De acordo com Moraes (2005), a urbanização, entretanto,

[...] não está relacionada apenas ao crescimento demográfico e econômico de algumas cidades, mas também implica em uma série de transformações e articulações expressas na organização do espaço regional e nas relações de dependência e hierarquia, que conformam um sistema integrado de maior amplitude: a rede urbana. (MORAES, 2005, p. 161)

Essas relações dentro do recorte territorial da microrregião Alto Rio Pardo são tratadas neste subitem.

Historicamente, as ligações viárias, ou a ausência delas, contribuíram fortemente para a formação e configuração atual da rede urbana norte mineira e, mais especificamente, da microrregião Alto Rio Pardo. Caminhos e rios nos séculos passados, e as ligações ferroviárias e rodoviárias nos tempos modernos, foram fatores determinantes, inclusive, para o surgimento de centralidades, como aconteceu com

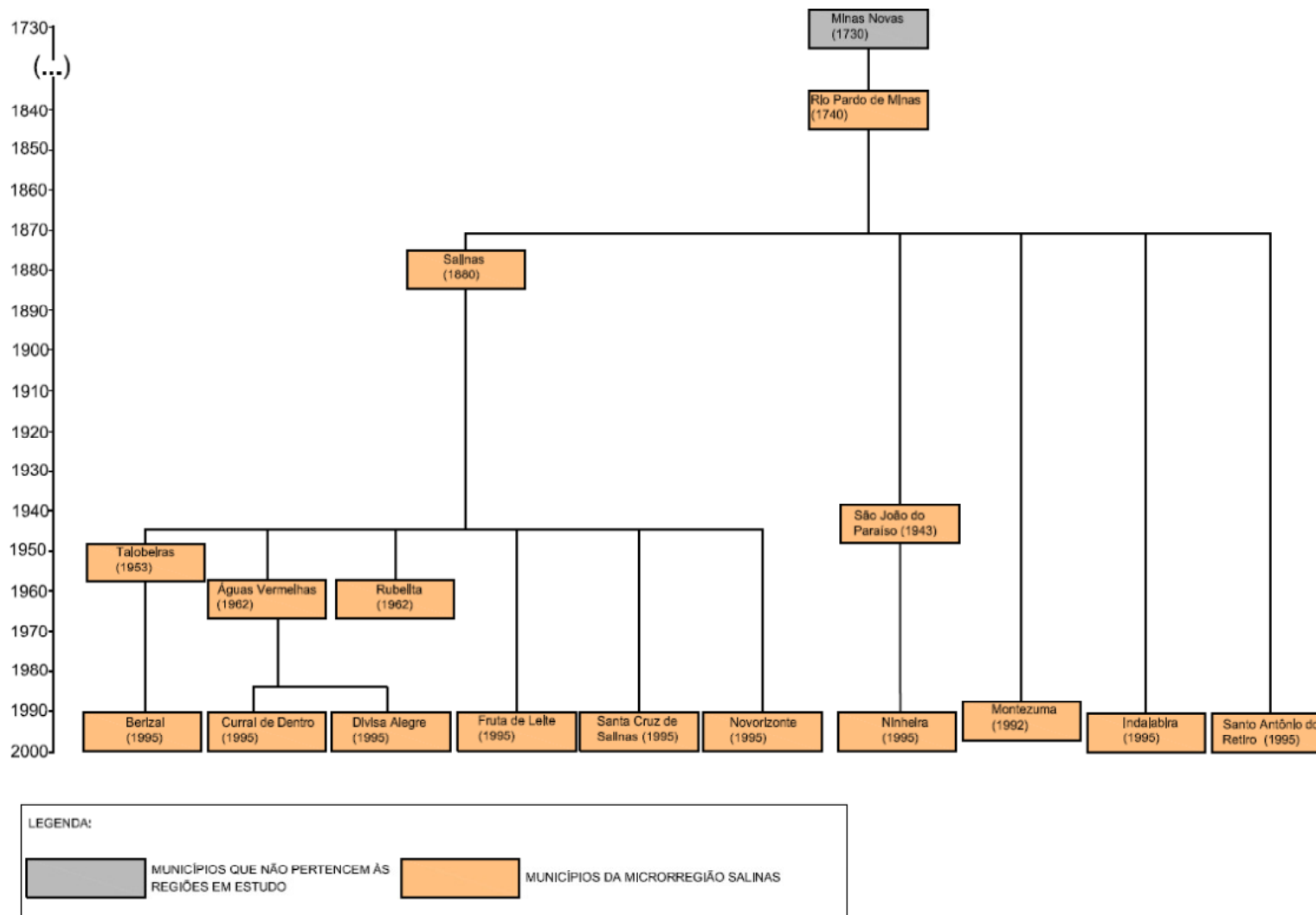
Montes Claros no nível regional, com Rio Pardo de Minas e Salinas no nível microrregional e, mais recentemente, com Taiobeiras, como se verá a seguir.

Mesmo com a chegada da ferrovia na primeira metade do século XX, foi somente após a abertura de uma rede rodoviária que o Norte de Minas passou a ter alguma integração em sua rede urbana. Segundo Lessa e Pereira (2009), até 1920, o Norte de Minas não dispunha de uma rede de transportes rodoviários que ligasse essa região a outras regiões do País, ou até mesmo internamente, pois Montes Claros, principal centralidade regional, não se conectava aos municípios vizinhos. Algumas poucas estradas foram abertas a partir daí, com a pressão da chegada dos primeiros automóveis. No entanto, foi apenas em 1947, com a implantação do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG), em Montes Claros, que essa situação tomou outros contornos, com a abertura e pavimentação de rodovias que melhoraram a acessibilidade, a penetração do território e a formação das redes urbanas.

No território hoje pertencente ao Alto Rio Pardo, a ocupação se deu às margens do rio de mesmo nome, uma das portas de entrada de mercadorias para abastecimento da região das minas, cuja aglomeração inicial deu início à atual cidade de Rio Pardo de Minas. No território também foram abertos caminhos para passagem de gado que deram origem a outras ocupações. O atual município de Rio Pardo de Minas configura-se como umas das mais antigas ocupações do estado e teve um passado importante como entreposto de mercadorias e prestação de serviços.

Analisando a formação política e administrativa dos municípios do Alto Rio Pardo, observa-se que todos têm sua origem no território de Rio Pardo de Minas.

Figura 4: Genealogia dos municípios do Alto Rio Pardo



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados IBGE.

Observa-se a partir da Figura 4 que a criação dos municípios é recente e que dez deles, dentre os 16 que compõem a microrregião, foram criados na década de 1990, o que contribui para que a rede urbana seja frágil ou, melhor dizendo, em formação. Para entender esse momento de formação da rede urbana, é preciso tomar alguns conceitos.

“Entendemos por rede urbana, numa definição mínima e inicial, o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si” (CORRÊA, 2006, p. 16). O uso dessa citação permite adentrar o conceito de rede urbana, a fim de justificar a fragilidade da rede do Alto Rio Pardo, considerando que, por ser uma região cujos municípios foram criados em um passado recente, as articulações entre os centros urbanos estão sendo delineadas e os novos municípios ainda são dependentes daqueles pré-existentes, especialmente no que tange ao comércio e à prestação de serviços, havendo pouca troca entre eles. Corrêa (2006) observa que a rede urbana é também uma forma espacial, composta por um conjunto de centros urbanos, entre os quais ocorre “criação, apropriação e circulação do valor excedente”, além de ser uma expressão de processos sociais e econômicos entre esses centros. Conforme dito, a relação estabelecida entre a maioria dos municípios do Alto Rio Pardo é, ainda, de dependência e não de circulação e troca. Essa relação de dependência e de fragilidade da rede urbana é compreensível, na medida em que ela está ainda em formação, mas espera-se que, com o passar do tempo, cada cidade desempenhe sua função dentro da rede e contribua para seu fortalecimento. Como preconiza Corrêa,

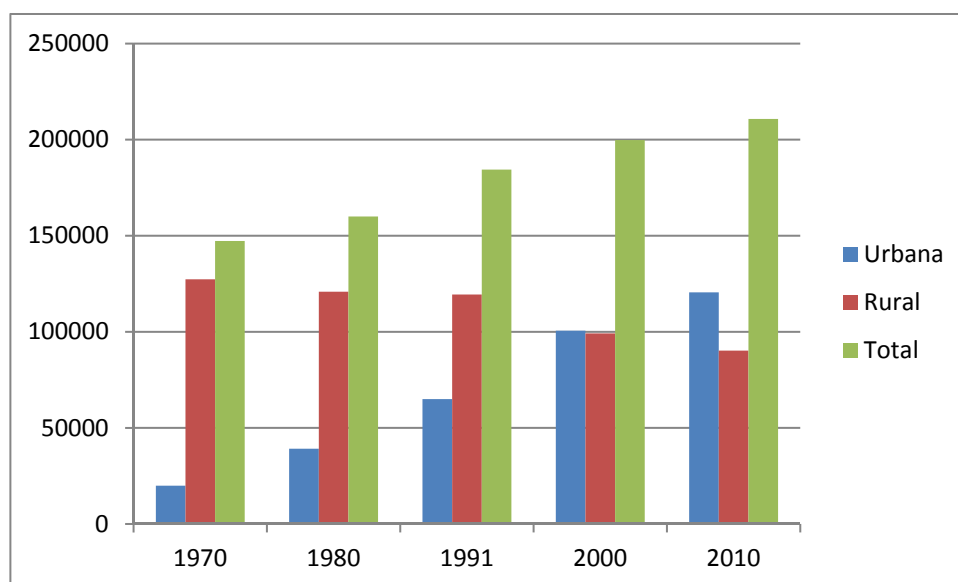
os elementos da rede urbana a serem considerados devem dar conta da gênese da rede urbana, da localização absoluta e relativa das cidades, da forma espacial das cidades e da rede, da paisagem urbana, das funções, dos agentes sociais envolvidos no processo produtivo e das relações entre eles, e das articulações externas à rede. (CORRÊA, 2006, p. 41)

2.5. Caracterização do Alto Rio Pardo

2.5.1. Dinâmica demográfica e econômica

O quadro da evolução populacional na microrregião Alto Rio Pardo mostra um pouco da sua dinâmica recente. Sua população somava, no ano do último Censo Demográfico (2010), 210.771 habitantes, apresentando um relativo crescimento demográfico em relação ao censo anterior.

Gráfico 1: Evolução populacional total, rural e urbana, 1970-2010, microrregião Alto Rio Pardo



Fonte: IBGE.

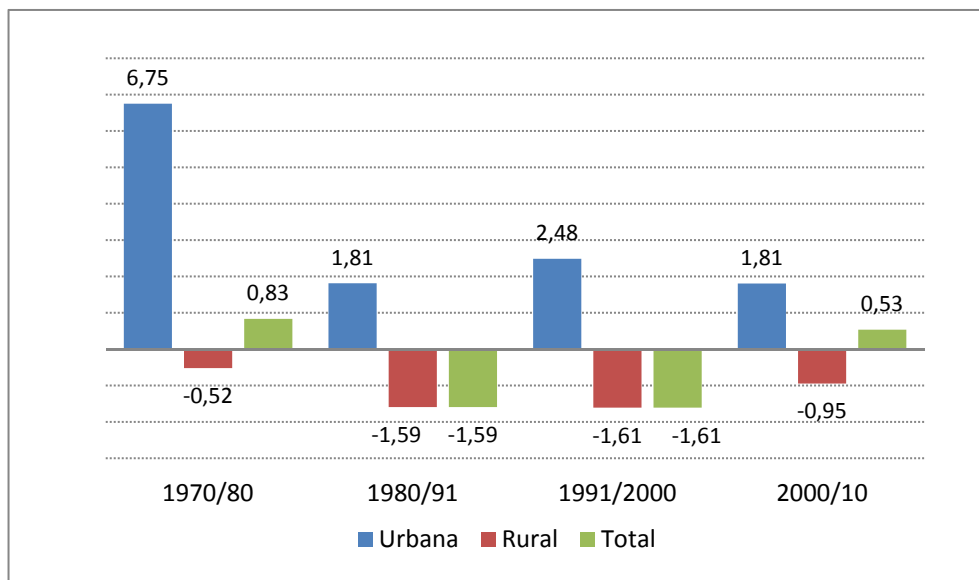
O baixo crescimento médio se decompõe, portanto, em taxas de crescimento urbano elevadas nas décadas de 1970 a 2000 e crescimento rural negativo. Vale notar, no entanto, que mesmo o crescimento da população urbana tem sido menor que nas décadas anteriores. De fato, esta é uma tendência vivida pela população do Brasil como um todo. A desaceleração do crescimento da população no País é um processo já consolidado e que chega agora a um momento de estabilização em um patamar de taxas mais baixas. Essa transição é caracterizada pelo declínio da fecundidade, isto é, a redução do número médio de filhos por mulher, e também a modificação da intensidade e distribuição da mortalidade entre os grupos sociais e etários da população.

Na microrregião em estudo e em todo o Norte de Minas, de um modo geral, a perda de população foi sempre uma característica marcante, em função da estagnação econômica secular e precárias condições de vida da população. No período pós-1990, a perda de atratividade dos centros atratores tradicionais — São Paulo, especialmente — e o surgimento de novas dificuldades enfrentadas por migrantes em função do baixo dinamismo econômico das décadas de 1980 e 1990 determinou tendências de migração de retorno, com migrantes tradicionais como mineiros e nordestinos tomando o caminho de volta a seus estados e até suas cidades natais, em alguns casos (BRITO; GARCIA, 2002 *apud* CEDEPLAR, 2013).

A recuperação econômica brasileira, neste início de século XXI, não foi ainda devidamente avaliada em suas relações com os movimentos migratórios em função da recente divulgação dos dados do censo 2010. Olhando apenas para a tendência de crescimento da população como um todo, que não decresceu ou cresceu de forma inusitada, não é possível fazer afirmações conclusivas (CEDEPLAR, 2013).

O Alto Rio Pardo teve um processo de urbanização intenso, principalmente no período 1970-2000, como se observa no Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2: Taxas de crescimento médio anual da população total, rural e urbana; 1970-2010 - Microrregião Alto Rio Pardo



Fonte: IBGE.

A manutenção do baixo crescimento da população total indicada pelos dados do censo 2010 pode envolver tanto a baixa fecundidade que atualmente predomina na população do País quanto a permanência de tendências de saída da população. No caso da população rural, o crescimento negativo perene desde os anos 70 do século passado certamente indica a sustentada tendência de saída de população das áreas rurais e, seguramente, em alguma medida, a própria expansão dos perímetros urbanos. Seja como for, o que indicam os dados é que o quadro regional, histórico, de “expulsão” de população não parece se modificar no último decênio.

2.5.2. Breve análise econômica

A análise dos dados setoriais do PIB mostra que a estrutura econômica microrregional não vem se alterando, em geral. Ao se analisar sua participação no PIB total de Minas Gerais, nota-se que essa participação é muito pequena, praticamente sem variações no período analisado — entre 1999 e 2009 —, com oscilações variando entre 0,003% e 0,004% ao ano.

No que tange à composição setorial da economia, a microrregião mantém constante a pequena participação industrial (12%) e da agropecuária (16%), apesar desta última ter uma forte presença na vida cotidiana da microrregião. Já o setor terciário ocupa a maior parcela do PIB (68%).

A região, como um todo, deverá, portanto, sofrer um impacto expressivo nas próximas décadas com a implantação das novas atividades mineradoras e seus desdobramentos nos municípios diretamente afetados, como também naqueles que lhe servirão de apoio, particularmente as cidades maiores e com uma infraestrutura de serviços mais consolidada. Dadas as condições precárias de infraestrutura na região, a relativa estagnação econômica e as tendências populacionais, pode-se esperar uma alteração expressiva das condições de produção e de vida na região como um todo.

Tabela 4: PIB total (MG) e participação relativa da Microrregião Alto Rio Pardo – 1999/2009

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB Total Minas Gerais	95.336.384	100.612.293	102.153.961	106.071.189	108.626.396	119.800.777	121.395.176	127.490.652	135.305.340	146.238.483	138.622.865
% Microrregião Alto Rio Pardo	0,004	0,003	0,003	0,004	0,004	0,003	0,003	0,003	0,003	0,003	0,004

Fonte: IPEADATA. Nota: PIB Municipal - R\$ de 2000.

Tabela 5: Composição setorial e evolução do PIB, Microrregião Alto Rio Pardo - 1999/2000

Microrregião de Salinas	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB Total	335.283	333.058	356.980	392.875	400.729	392.350	418.885	428.798	452.090	505.578	523.451
PIB Agropecuária	73.559	64.064	61.638	77.138	88.346	64.142	61.897	51.107	64.754	94.094	84.334
% Agropecuária	22%	19%	17%	20%	22%	16%	15%	12%	14%	19%	16%
PIB Indústria	39.330	43.119	40.323	44.572	45.668	50.175	52.802	56.003	60.311	58.976	60.712
% Indústria	12%	13%	11%	11%	11%	13%	13%	13%	13%	12%	12%
PIB Serviços	209.305	212.725	238.372	254.077	248.093	257.192	279.261	296.185	304.127	328.720	353.661
% Serviços	62%	64%	67%	65%	62%	66%	67%	69%	67%	65%	68%

Fonte: IPEADATA. Nota: Séries: PIB Municipal - R\$ de 2000.

2.6. Periodização da rede urbana no Alto Rio Pardo

Admitindo o caráter mutável da rede urbana, mutabilidade essa que se traduz em periodização (CORRÊA, 2006), é possível caracterizar alguns momentos dessa rede no Alto Rio Pardo. Para esse trabalho, são estudados três períodos: o primeiro entre os anos 1960 e 1990, o segundo dos anos 1990 até os dias atuais e o terceiro, caracterizado pelo momento de transição pelo qual tem passado e pelas mudanças futuras previstas.

No primeiro período, o Alto Rio Pardo era composto pelos municípios de Rio Pardo de Minas, Salinas, Taiobeiras, São João do Paraíso, Rubelita e Águas Vermelhas (aqui colocados em ordem cronológica de emancipação política). Nesse período, é temeroso falar em rede urbana, já que, baseado nos conceitos apresentados anteriormente, praticamente não havia circulação de excedente e os centros urbanos eram pontos pouco articulados no território. É característica desse período a acessibilidade precária entre as cidades (distritos-sede), composta por estradas de terra, o que dificultava a comunicação entre elas e a troca de excedente. Salinas tornou-se, nesse período, a principal articuladora interna da rede e dela com o exterior, influenciada pelas aberturas viárias, tanto para Montes Claros, e conseqüentemente para Belo Horizonte e todo o sul do país, quanto para a Bahia, o que a transformou em um importante entreposto. No final da década de 1920, foi aberta uma via para automóveis ligando-a a Montes Claros. No final da década de 1980, esse trecho foi asfaltado, assim como a ligação Salinas – BR116, tornando-se, assim, o único município da microrregião com acesso pavimentado para a Bahia e para a capital do estado. A título de ilustração, devido a essas ligações viárias, até o final da década de 1980, só havia transporte coletivo da microrregião para a capital do estado partindo de Salinas, ou seja, todos os caminhos levavam a esse local. O fator acessibilidade contribuiu para que Salinas recebesse um grande número de serviços e

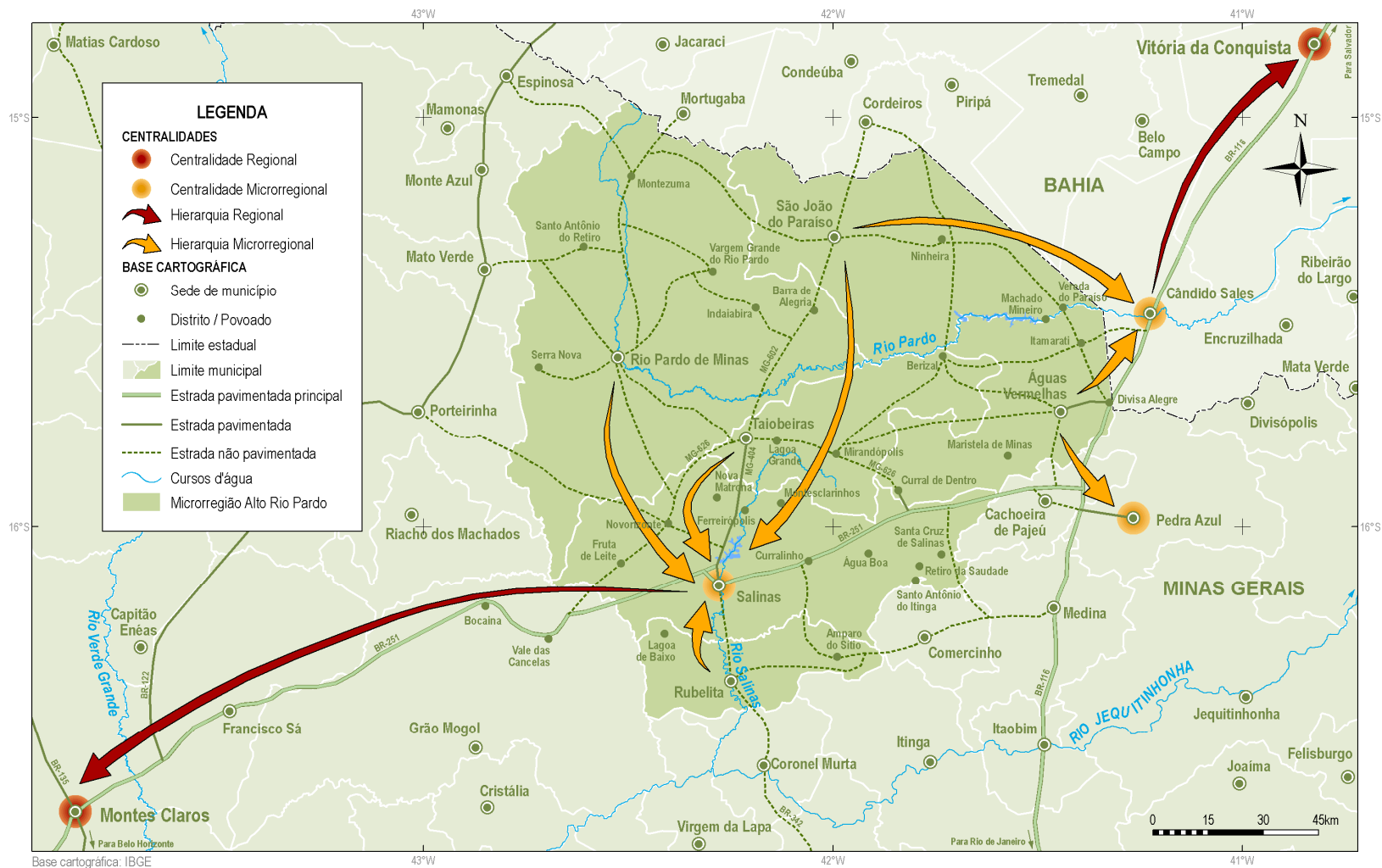
comércios, o que reforçou sua posição de centralidade. A abertura e pavimentação de uma via ligando Taiobeiras a Salinas no início da década de 1980 facilitou a integração microrregional e o acesso a Salinas, até então feito por vias secundárias e com percursos maiores. Devido à proximidade com a BR 116 (Rio-Bahia), o município de Águas Vermelhas e, parte do território de São João do Paraíso, estavam mais vinculados a Pedra Azul e às cidades baianas de Cândido Sales e Vitória da Conquista, sendo, portanto, pouco articulados com os demais centros urbanos do Alto Rio Pardo. Tanto do ponto de vista da dependência quanto da troca, pode-se dizer que Águas Vermelhas e São João do Paraíso estão, nesse primeiro período, nos níveis inferiores da hierarquia da rede urbana.

É sabido que a oferta inadequada de infraestrutura de transporte, dentre outros fatores, contribui para o baixo desenvolvimento econômico, como é característica na microrregião em estudo. De acordo com Rachter (2011), as teorias clássicas de localização consideram as vantagens do aumento da acessibilidade, relacionando-a à industrialização e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico. “Portanto, investimentos em infraestrutura de transporte importam nessa literatura através de seu impacto sobre o desenvolvimento industrial” (RACHTER, 2011, p. 12).

Ao mesmo tempo em que a acessibilidade precária contribuiu para o enfraquecimento da rede urbana e para o baixo desenvolvimento econômico, garantiu ao Alto Rio Pardo certo isolamento que contribuiu para a formação de uma identidade própria, sendo determinante nos modos de vida e nas características econômicas e de consumo, por exemplo. O êxodo rural ocorreu em um ritmo mais lento que no restante do País, influenciando no predomínio da economia de base agropecuária e no pequeno crescimento econômico. A acessibilidade precária dificultava a importação de produtos, inclusive alimentícios e, com isso, uma característica forte que se desenvolveu nesse período, e que permanece até hoje, são os mercados municipais e as feiras livres, ocasiões em que os produtos agropecuários são levados para serem comercializados nas cidades.

Todos os municípios da microrregião, nesse período, dependem, de algum modo, de Montes Claros para atendimento a serviços e comércios especializados, sendo a principal centralidade macrorregional. Vitória da Conquista (BA) também aparece como centralidade, mas em menor escala.

Figura 5: Hierarquia urbana do Alto Rio Pardo no primeiro período (1960-1990)



O segundo período caracteriza-se pela inclusão na rede urbana dos municípios emancipados na década de 1990, passando a rede a ter a configuração espacial atual. Alguns acontecimentos, especialmente relacionados à acessibilidade e à prestação de serviços, a partir do início dos anos 2000, iniciaram mudanças na rede no sentido de fortalecê-la e de modificar a hierarquia vigente até então, com o surgimento de Taiobeiras enquanto centralidade. No que tange à acessibilidade, as transformações se iniciaram em meados dos anos 2000, quando começou a ser implantado o Programa de Acesso Rodoviário (PROACESSO), do Governo de Minas, que propôs integrar todas as cidades do Estado por vias pavimentadas. Mais recentemente, o Programa Caminhos de Minas, lançado em 2012, considerado uma continuação do PROACESSO, previu a pavimentação de mais 1,9 mil km em todo o estado.

No Alto Rio Pardo, praticamente todas as vias de ligação entre os municípios foram pavimentadas pelo PROACESSO ou serão pelo Programa Caminhos de Minas, como se observa na Tabela 6.

Tabela 6: Ligações viárias pavimentadas pelos programas PROCESSO e Caminhos de Minas, no Alto Rio Pardo

Diretriz	Extensão	Programa	Situação
Mato Verde-Santo Antônio do Retiro	36,00	PROCESSO	Concluído
São João Paraíso-Entr.Indaiabira	35,70	PROCESSO	Concluído
Indaiabira-Taiobeiras	39,50	PROCESSO	Concluído
Rio Pardo Minas-Taiobeiras	45,68	PROCESSO	Concluído
Montezuma-Santo Antônio Retiro	32,30	PROCESSO	Concluído
Taiobeiras-Berizal	65,20	PROCESSO	Concluído
Vargem Grande Rio Pardo-Entr. Santo Antônio do Retiro	28,40	PROCESSO	Concluído
Fruta Leite-Entr.BR251	19,53	PROCESSO	Concluído
Novorizonte-Entr.MG404	19,56	PROCESSO	Concluído
Ninheira-São João Paraíso	29,14	PROCESSO	Concluído
Santa Cruz Salinas-Entr.BR251	11,88	PROCESSO	Concluído
Curral de Dentro-Entr. Berizal	20	Caminhos de Minas	Projeto em andamento; obra a licitar
Fruta de Leite-Taiobeiras	52,30	Caminhos de Minas	Projeto e obra a licitar
Indaiabira-Vargem Grande do Rio Pardo	23,10	Caminhos de Minas	Projeto e obra a licitar
Rio Pardo de Minas-Mato Verde (Entr. LMG 635)	48,11	Caminhos de Minas	Projeto em andamento; obra a licitar
Rio Pardo de Minas-Vargem Grande do Rio Pardo	40,8	Caminhos de Minas	Projeto e obra a licitar

Fonte: Minas Gerais (2011).

A pavimentação dessas vias, além de melhorar o deslocamento interno, facilita também a ligação com a microrregião Janaúba, através dos trechos Mato Verde – Santo Antônio do Retiro e Rio Pardo de Minas – Mato Verde.

Nesse cenário, Taiobeiras, que já apresentava uma centralidade geográfica na microrregião, vem ganhando destaque enquanto entroncamento viário, o que tem levado, como consequência, a uma tendência de centralização econômica, já que novos estabelecimentos comerciais, institucionais e de serviços foram e continuam sendo abertos em ritmo acelerado. Antes do PROACESSO e do Programa Caminhos de Minas, Taiobeiras já se configurava como centro viário. No entanto, a pavimentação das vias citadas facilitou o acesso e estimulou as relações comerciais entre ela e os demais centros urbanos. Com isso, se anteriormente Taiobeiras era local apenas de passagem no caminho para Salinas, agora representa local de destino, encurtando a distância, especialmente dos municípios localizados ao Norte da microrregião, que se deslocavam a Salinas em busca de comércio e serviços que agora são encontrados em Taiobeiras. Se no primeiro período todos os caminhos levavam a Salinas, agora, no segundo, esses caminhos levam também a Taiobeiras.

O excedente de produção gerado em Taiobeiras, aliado à sua posição geográfica central, fez com que a cidade se tornasse uma distribuidora de alimentos, tanto para o Alto Rio Pardo, como para outras regiões vizinhas, assim como para a Central de Abastecimento (CEASA) de Belo Horizonte (MG) e Vitória da Conquista (BA). Da mesma forma, os excedentes gerados nos outros municípios, assim como os produtos oriundos dos CEASAs, são levados para essa cidade, onde, então, são distribuídos. Essa troca de excedente baseada em Taiobeiras reforçou ainda mais sua centralidade e fortaleceu seu mercado e a feira livre, hoje os mais representativos da região, enquanto espaços mercantis e elementos de identidade cultural.

Os mercados e as feiras são características das cidades mercantis e tendem a permanecer após a implantação das atividades mineradoras, desde que a produção agrícola não seja prejudicada. De qualquer forma, prevê-se que a nova atividade fortalecerá as centralidades, mas não induzirá a formação de cidades industriais, de

acordo com a conceituação lefebvriana, já que a atividade, por si só, não levará à formação de indústrias.

Outros fatores que têm contribuído para a ascensão de Taiobeiras como centralidade microrregional, dizem respeito à implantação de equipamentos urbanos e instituições públicas, como o Centro Viva Vida¹¹, o Programa Minas Olímpica¹², as agências da Caixa Econômica Federal e do INSS, além da sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Rio Pardo (CISARP).

O setor de saúde, aliás, contribuiu, paralelamente à implantação do PROACESSO, mas também em função dele, para a elevação de Taiobeiras na hierarquia regional. O Hospital Santo Antônio, inaugurado em 1972 e administrado pela Fundação Taiobeiras, instituição sem fins lucrativos, tornou-se referência, enquanto município-polo, dentre as 75 microrregiões de saúde definidas pela política de regionalização da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, com apoio do Pro-Hosp¹³. O Hospital atende hoje, através de convênios, 24 municípios, alguns não pertencentes ao Alto Rio Pardo. Além do aumento na população flutuante na cidade, essa posição de destaque no atendimento à saúde atraiu um grande número de profissionais de outras regiões para trabalhar aí, além de estabelecimentos complementares ao Hospital, como consultórios, laboratórios, farmácias, dentre outros, que lhe atribuíram uma nova dinâmica urbana.

¹¹ “Programa de Redução da Mortalidade Infantil e Materna em Minas Gerais (Viva Vida) foi lançado em outubro de 2003 e aposta na sistematização de ações e na parceria entre governo e sociedade civil organizada como a principal arma no combate contra a mortalidade infantil e materna.” (MINAS GERAIS, 2011)

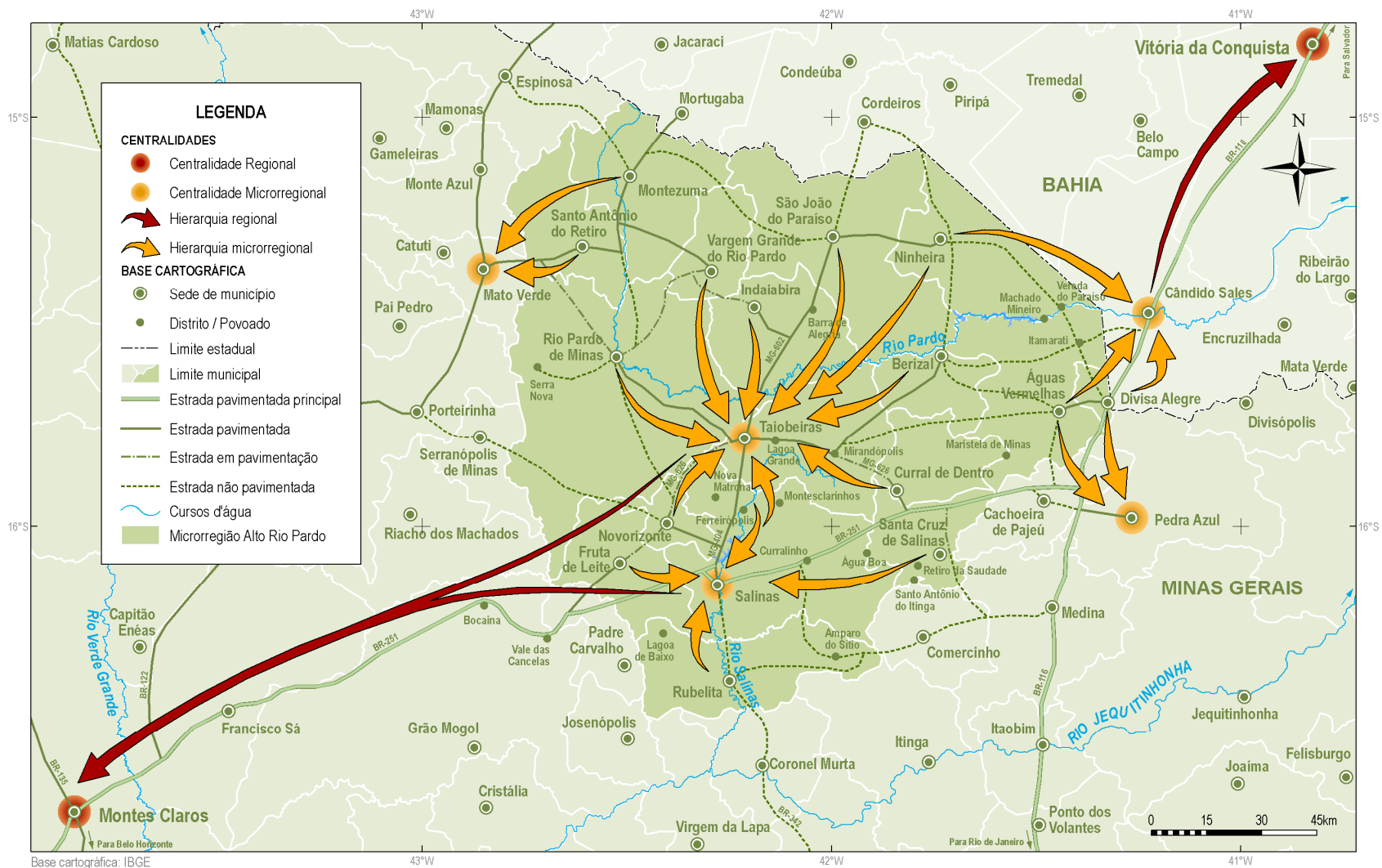
¹² “O Programa Minas Olímpica foi criado pelo governo de Minas Gerais em dezembro de 2005, com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde e a inclusão social por meio de programas esportivos com foco educacional e de participação.” (MINAS GERAIS, 2011)

¹³ “O Pro-Hosp é um Programa do Governo de Minas Gerais que modifica a lógica da relação convencional para a da relação contratual, entre o Estado e os hospitais públicos e privados sem fins lucrativos, que prestam serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Este Programa possibilita à população mineira atendimento hospitalar de qualidade e com resolutividade o mais próximo possível de sua residência, segundo a lógica dos níveis de complexidade (média ou alta), otimizando a eficiência dos hospitais, e, assim, consolidando a oferta da atenção hospitalar nos polos macro e microrregionais de Minas Gerais. [...] O objetivo é que o paciente se desloque o mínimo possível de seu município para receber assistência médica necessária, evitando ter que viajar ou ser transportado para os grandes centros ou para Belo Horizonte.” (MINAS GERAIS, 2011)

Com as transformações que ocorreram na microrregião, a maioria delas promovidas por intervenções estatais, pode-se dizer que, no segundo período, a rede urbana passou a ter dois municípios no topo da hierarquia: Salinas e Taiobeiras. Percebe-se uma polarização nesses dois municípios no que se refere à ligação e trocas com os demais, sendo que aqueles localizados ao norte tendem a ser polarizados por Taiobeiras e os municípios localizados ao sul, por Salinas. Essa divisão não acontece, entretanto, no setor de saúde, em que todos os municípios, em menor ou maior grau, inclusive Salinas, têm em Taiobeiras o prestador de serviço mais procurado. A exceção diz respeito aos municípios de Águas Vermelhas, Divisa Alegre e Ninheira, cujas trocas e dependências são quase exclusivamente externas à rede urbana do Alto Rio Pardo, como já acontecia no primeiro período. Santo Antônio do Retiro também possui ligações externas, mas em menor grau, com o município de Mato Verde, localizado na microrregião Janaúba.

Com isso, é possível concluir que, nesse segundo período, a rede urbana encontra-se mais fortalecida, com a diminuição de dependência externa à rede e, inclusive, com a introdução de trocas com outras regiões, como no caso da saúde. Internamente, a elevação de Taiobeiras ao topo da hierarquia urbana, ao lado de Salinas, contribuiu para o fortalecimento da rede, na medida em que favoreceu o aumento da circulação de excedente intramunicipais, apesar da relação predominante continuar sendo de dependência.

Figura 6: Hierarquia da rede urbana do Alto Rio Pardo no segundo período (1990-2010)



O terceiro período é relativo ao momento de transição entre a atualidade e as transformações que se vislumbram para o Norte de Minas e o Alto Rio Pardo. Ele acontece nesse contexto de fortalecimento da rede urbana e de afirmação de Taiobeiras enquanto centralidade, ao mesmo tempo em que empreendimentos mineradores estão em estudo para serem implantados no Norte Minas e que implicarão, em um futuro bastante próximo, em uma nova organização na rede urbana, com transformações tanto no território quanto na paisagem cultural¹⁴ daquela região. Diante deste contexto, busca-se avaliar o potencial impacto dessa atividade no Alto Rio Pardo e, mais especificamente, no município de Taiobeiras, que passa, justamente, por um momento de reconhecimento e valorização de sua posição de centralidade regional.

Conforme dito anteriormente, os empreendimentos ainda não foram implantados e seus estudos de impacto não foram finalizados, tornando difícil qualquer previsão dos impactos positivos ou negativos que trarão à região. Entretanto, o que se pretende aqui é refletir sobre os fatos, relatar se e de que forma a virtualidade dos empreendimentos tem modificado o presente dos municípios direta ou indiretamente atingidos por eles.

Por enquanto, não são percebidas alterações na rede urbana, mas sim alguns indícios de sua virtualidade. O mais notável deles é o Plano Regional Estratégico das Microrregiões Salinas, Grão Mogol e Janaúba, desenvolvido em função dos empreendimentos mineradores e tratado no Capítulo 1.

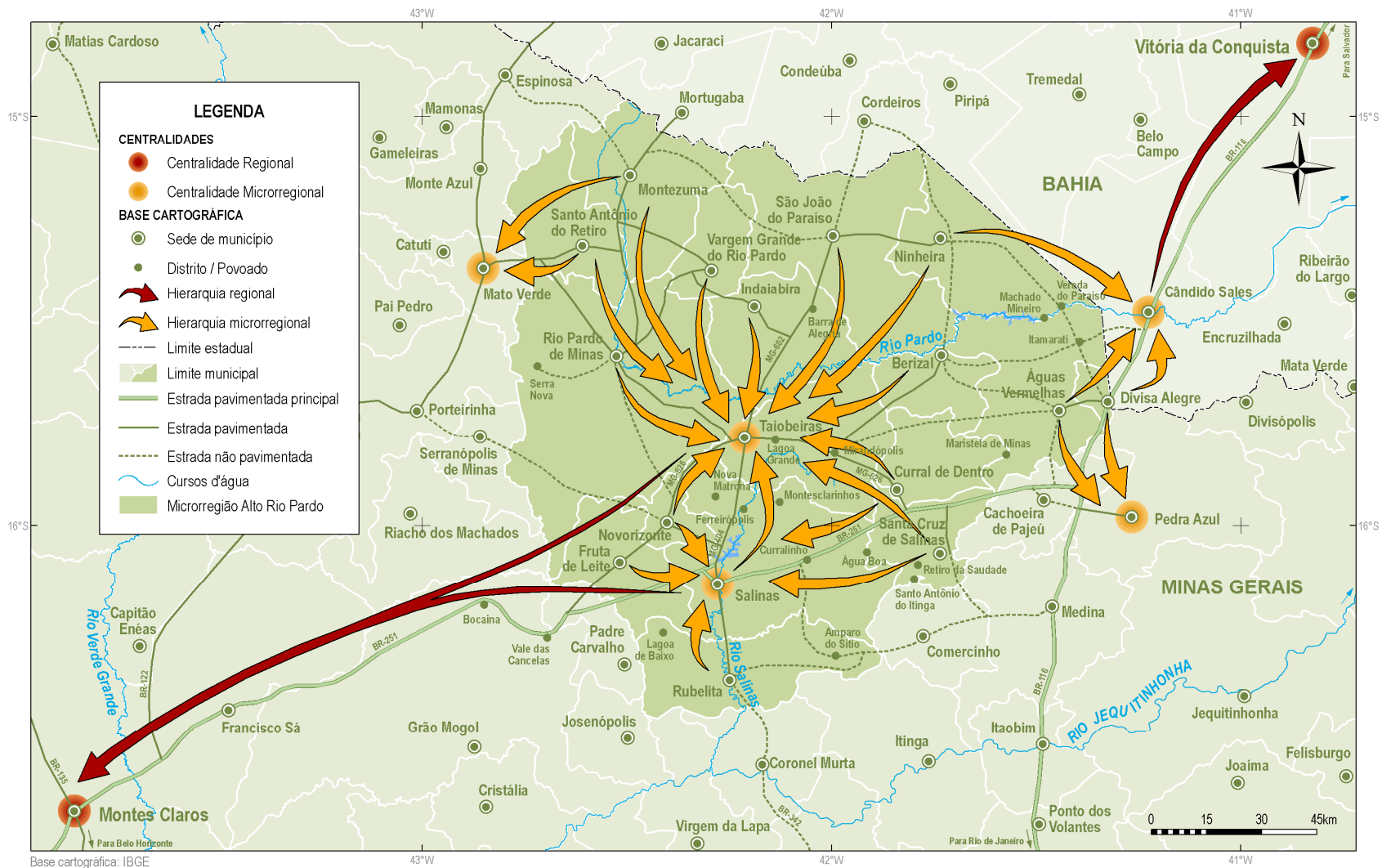
Ações relacionadas com a chegada da mineração, ainda que pontuais, são os cursos para técnicos em mineração que estão sendo ofertados por duas escolas particulares, sem qualquer vínculo com as empresas mineradoras, em Salinas, Taiobeiras e Rio Pardo de Minas, sem que exista qualquer demanda imediata por esses profissionais. Além disso, na zona rural há várias denúncias de grilagem de terras públicas muito valorizadas em razão da exploração mineral.

¹⁴ Paisagem cultural aqui entendida como aquela significativa para a comunidade que a habita, fruto das relações sociais e de sua apropriação do espaço construído.

Nesse terceiro período, deduz-se que Taiobeiras terá sua centralidade reforçada. O asfaltamento da estrada entre Fruta de Leite e Taiobeiras tende a deslocar parte do trânsito da BR 251, em função das melhores condições desse via, com menos curvas e topografia menos acidentada. Com isso, é provável que não somente o empreendimento previsto para Rio Pardo de Minas, mas também aqueles previstos para Grão Mogol, tenderão a utilizar o Distrito Sede de Taiobeiras como local base de suas operações. A infraestrutura urbana instalada aliada às melhores condições de acessibilidade tendem a tornar Taiobeiras, inclusive, em um local preferencial para habitação dos futuros migrantes, trabalhadores dos empreendimentos. Os reflexos dessa expectativa são percebidos no aumento do número de unidades habitacionais construídas e em construção para atender a uma demanda virtual, além da especulação imobiliária.

A principal mudança do terceiro período para o segundo é que Taiobeiras passa a ser a centralidade microrregional com maior demanda por serviços, especialmente a partir da implantação dos projetos mineradores Vale do Rio Pardo, da empresa SAM, Jiboia e Peixe Branco, da empresa MIBA, todos apresentados no Capítulo 1 deste trabalho.

Figura 7: Hierarquia da rede urbana do Alto Rio Pardo no terceiro período (a partir de 2010)



2.7. Rede urbana, mineração e planejamento

No Norte de Minas e no Alto Rio Pardo, mais especificamente, os processos de formação e transformação da rede urbana foram, em grande parte, induzidos por programas e investimentos estatais. No âmbito macrorregional, a acessibilidade viária, por ferrovia e rodovia, e os aportes financeiros em prol da industrialização de Montes Claros tornaram esse município uma centralidade de comércio e serviços que atende toda a região.

No Alto Rio Pardo, a rede urbana está em um momento de formação e, ao mesmo tempo, transformação. Se até o início da década de 1990 a rede se caracterizava pela fragilidade, principalmente devido à precária acessibilidade intramunicípios, e tendo Salinas como centralidade, desse período até os dias de hoje, o que se viu foram alterações, induzidas por intervenções estatais, que, se ainda não foram suficientes para tornar a rede urbana forte e independente, contribuíram para fortalecê-la e para incentivar a troca de excedentes entre os municípios. Nesse cenário de transformações, Taiobeiras despontou como centralidade, ocupando o topo da hierarquia urbana, ao lado de Salinas.

Nesse processo de transformação e de afirmação da região e da rede urbana, empreendimentos mineradores estão em vias de serem implantados, constituindo uma nova intervenção externa, além daquelas já promovidas pelo estado, com capacidade para dar-lhe um novo rumo à rede urbana.

Nesse contexto, pergunta-se: quem conduzirá as novas transformações que estão por vir? O Estado, através de políticas de planejamento, ou as empresas, que muitas vezes induzem o Estado a planejar, colocando-o em uma situação contraditória em que, de um lado, defende o direito à qualidade de vida e à qualidade ambiental e, de outro, defende o capital. Para Corrêa (2006, p. 27), são “as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade

como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos”. Dessa forma, a rede urbana passa a ser um reflexo, sobretudo, dessas grandes corporações.

CAPÍTULO 3

(TRANS)FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NA MICRORREGIÃO ALTO DO RIO PARDO

Neste capítulo, busca-se construir uma definição de identidade para a microrregião Alto Rio Pardo. Além disso, procura-se abordar o distrito sede de Taiobeiras, os processos de planejamentos e as transformações pelas quais passou até despontar como centralidade microrregional, como anunciado no capítulo anterior.

De acordo com Castells (1999), identidade é um atributo construído, coletivo ou individual. No caso da identidade coletiva, que interessa para esta pesquisa, ela é fonte de significado e experiência de um povo, construída por elementos históricos, geográficos, pela memória coletiva, pelas fantasias das pessoas, dentre outros. É, portanto, uma construção social.

No que tange a região Norte de Minas, João Guimarães Rosa assim a caracterizou: “sertanejo, quente, pastoril, um tanto baiano em trechos, ora nordestino na intratabilidade das caatingas, e recebendo em si o Polígono das Secas” (ROSA *apud* COSTA, 2002, p. 2).

Costa (2002) observa que a identidade norte mineira é caracterizada pela exclusão, como um território que não pertence a Minas Gerais, nem, tampouco, à Bahia, ficando em um meio termo que leva seus habitantes a serem chamados de baianeiros. Segundo o autor, essa exclusão também gera preconceitos.

Nesse trabalho, entretanto, não se enfatiza essa questão de exclusão e preconceito. A identidade, portanto, é “vista de dentro” do Alto Rio Pardo, como uma construção cotidiana, baseada em características territoriais, muito mais do que uma identidade vista de fora.

Alguns aspectos contribuíram para a construção da identidade do Alto Rio Pardo. Primeiramente, a origem das cidades que se desenvolveram como mercantis, de acordo com a abordagem lefebvriana, tal como tratada no Capítulo 1. As referidas cidades foram fortemente influenciadas pela atividade agropecuária, desenvolvida, evidentemente, no meio rural, e assim permanecem até os dias de hoje. Tais peculiaridades contribuíram para uma identidade voltada para a vida no campo. Já o

isolamento viário, tratado no Capítulo 2, fez com que as comunidades construíssem seus próprios “estados de bem estar social (na ausência de políticas governamentais responsáveis por fazê-lo)” (CASTELLS, 1999, p. 82). Esse isolamento foi determinante nas relações sociais, econômicas e de consumo e contribuiu para o predomínio da atividade agropecuária. Ressalta-se que o rio Pardo foi o norteador dessas relações, assim como os mercados e feiras livres, locais de encontro e troca do excedente produzido no campo.

Nesse contexto de atividades agropecuárias desenvolvidas e isolamento viário, as cidades tornaram-se pontos de conexão entre o rural e o urbano e deste com o resto do mundo. Ao longo da história, esta tem sido uma característica marcante da identidade microrregional.

3.1. Do rural ao urbano, paisagem e identidade

O conceito de paisagem cultural adotado nesta pesquisa vai muito além da história e dos monumentos que a compõem, englobando as noções de memória, identidade¹⁵, tempo e espaço e, o mais importante, as interações do homem, as relações sociais que elas englobam e sua percepção do lugar assim denominado.

A abordagem plena deste conceito demanda uma definição no espaço e no tempo que, associada às relações sujeito-objeto leva à necessidade de contextualização da análise da paisagem cultural, uma vez que é resultado da sobreposição de memórias, histórias,

¹⁵ A memória é dinâmica e não estática, como se imagina; é uma relação individual e coletiva, construída no presente para o passado. Já a identidade é individual (de cada pessoa) e coletiva (de um grupo) permite a comparação e, a partir daí, a identificação de semelhanças; é uma construção social adquirida a partir dos valores acumulados durante a vida.

acontecimentos, narrativas, identidades e valores (cultura). (CARSALADE *et al.*, 2012).

A afirmação de Carsalade *et al.* (2012) remete à abordagem do conceito de paisagem adotado, corroborando a acepção contemporânea de “paisagem cultural”, nesse caso, a paisagem construída, significativa para a comunidade que a habita. Enquanto fruto das relações sociais e de uma vida cotidiana não estática, a paisagem está sujeita a mudanças, o que leva a crer que ela está em constante construção. Sua sustentabilidade “pode significar controle de mudanças e escolhas de direções que tire partido mais efetivo do patrimônio passado” (FAIRLOUGH, 2001).

Apesar do forte reconhecimento da identidade, especialmente cultural, de todo o Vale do Jequitinhonha, desde o final do século passado, o Vale do Rio Pardo — ou Alto Rio Pardo, como é conhecido em território mineiro — vem ganhando destaque no cenário regional, com o seu reconhecimento enquanto território independente do Vale do Jequitinhonha, com uma identidade própria. Ressalta-se que a identidade do Vale do Rio Pardo é percebida como própria, mesmo que mantenha fortes semelhanças com as identidades percebidas em todo o Vale do Jequitinhonha. Essa identidade será discutida aqui, mesmo sabendo da dificuldade de se dizer onde começa um vale e onde termina outro e reconhecendo as semelhanças que lhes são inerentes, frutos, inclusive, dos mesmos processos de ocupação e desenvolvimento da rede urbana pelos quais passaram.

O rio Pardo e seus afluentes são os principais elementos estruturadores da paisagem cultural e da cultura econômica do território, baseada na agropecuária familiar. A agroindústria — voltada para a silvicultura, a fruticultura e a produção de grãos — contribui fortemente para a economia da região, enquanto geradora de emprego e renda, especialmente a partir da década de 1970. Entretanto, é a agricultura familiar que a caracteriza melhor, já que, como foi dito, abasteceu-a durante o período de isolamento viário, ocupa uma parcela elevada da população e, atualmente, é responsável pela conexão entre campo e cidade.

Apesar de a agroindústria utilizar-se das águas do rio e sofrer os impactos da estiagem, a agricultura familiar é, considerando o número de pessoas e de propriedades rurais envolvidas, a mais influenciada pelo rio e suas características intermitentes.

O rio Pardo tem como característica principal os longos períodos de seca que variam de ano a ano. É ao mesmo tempo o herói, que permite a manutenção da região a partir de sua base agropecuária, mas também o vilão que, muitas vezes, põe a perder tudo o que é produzido. Seus períodos de seca são responsáveis pela queda na produção agrícola e, também, pelo êxodo rural. Segundo relatos de técnicos da EMATER-MG, é grande o número de pequenos produtores que trocariam a incerteza do campo por um trabalho fixo na cidade. Há, inclusive, um grande número de pessoas que todos os anos se deslocam para o Sul de Minas e para o estado de São Paulo para trabalhar na colheita de cana, café e tomate, principalmente, em busca de uma segurança financeira para o período de estiagem.

Atualmente, o Plano Diretor da Bacia do Alto Rio Pardo está em fase final de elaboração. Ele tem como principais objetivos a classificação dos cursos d'água da bacia e a proposição de medidas para diminuir os impactos negativos dos períodos de estiagem, com a conseqüente perenização dos rios através de pequenos barramentos e da construção da Barragem de Berizal.¹⁶ Essas medidas contribuiriam para o fortalecimento rural.

Taiobeiras é o município que, proporcionalmente, possui o menor número de habitantes na área rural da Bacia do rio Pardo, segundo dados do IBGE, conforme pode ser observado na Tabela 7.

¹⁶ A Barragem de Berizal visa assegurar o abastecimento de água para consumo humano, viabilizando, também, a regularização e perenização do médio Rio Pardo, com potencial de exploração para irrigação e turismo. Sua obra, 40% já concluída, está parada há aproximadamente 10 anos devido a pendências políticas, financeiras e ambientais.

Tabela 7: População na Bacia do Alto Rio Pardo

Municípios	Urbana	Rural	Total
Águas Vermelhas	8.941	3.781	12.722
Berizal	2.485	1.885	4.370
Curral de Dentro	5.837	1.076	6.913
Divisa Alegre	5.693	191	5.884
Indaiabira	2.742	4.588	7.330
Montezuma	3.079	4.385	7.464
Ninheira	2.623	7.192	9.815
Rio Pardo de Minas	11.692	17.407	29.099
Santa Cruz de Salinas	1.151	3.246	4.397
Santo Antônio do Retiro	1.590	5.365	6.955
São João do Paraíso	10.235	12.084	22.319
Taiobeiras	25.060	5.857	30.917
Vargem Grande do Rio Pardo	2.421	2.312	4.733

Fonte: Elaborado pela autora a partir de base de dados IBGE. Censo 2010.

No entanto, o Município concentra a mais diversificada e a quinta maior produção agrícola da bacia, atrás de Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Indaiabira e Montezuma, que se destacam devido à produção de cana de açúcar para produção de cachaça.

A explicação para essa disparidade entre grande produção e pequena população rural em Taiobeiras é que muitos produtores rurais, inclusive os pequenos, residem na área urbana, mas são proprietários e/ou trabalham no campo, e esses dados não são mostrados no censo.

O excedente de produção gerado em Taiobeiras, aliado à sua posição geográfica central, faz com que, conforme já mencionado, a cidade seja uma distribuidora de alimentos, tanto para o Alto Rio Pardo, como para outras regiões

vizinhas — assim como para a Central de Abastecimento (CEASA), de Belo Horizonte (MG) e Vitória da Conquista (BA). Da mesma forma, os excedentes gerados nos outros municípios, assim como os produtos oriundos dos CEASAs, são levados a Taiobeiras, onde, então, são distribuídos.

Com isso, Taiobeiras tornou-se uma forte centralidade, não só geográfica, mas também econômica e cultural para o Alto Rio Pardo. Percebe-se que, com esse destaque, enquanto centralidade e atrativa de pessoas e produtos de outros municípios, a cidade de Taiobeiras tem desenvolvido um papel político, segundo a abordagem lefebvriana, de tomadas de decisões na microrregião. Isto se dá devido aos órgãos de governo de instância estadual e federal que têm recebido para atender a esse público, além de sede de organizações intermunicipais, como o Consórcio de Saúde e o escritório do Território de Cidadania do Alto Rio Pardo¹⁷. Entretanto, o que prevalece, não só em Taiobeiras, mas também nos demais municípios, é a característica mercantil.

Em Taiobeiras, os produtos agropecuários são comercializados no Mercado Municipal e no seu entorno, onde, às sextas-feiras, é feita a venda por atacado (Figuras 8 a 11) e, aos sábados, é realizada a feira-livre (Figuras 12 a 15), exclusivamente voltada para agricultores familiares. Ao contrário de outras localidades onde também acontecem feiras livres, em Taiobeiras há o diferencial de se privilegiar a agricultura familiar, em detrimento da venda por atacado.

Na feira livre, os produtos agropecuários são levados para serem vendidos ou para serem trocados em eventos que atraem também moradores de outras localidades, seja por não possuírem instalações dessa natureza ou porque sua produção agrícola é pequena ou pouco diversificada. Vale ressaltar que as feiras são locais de festa e de concentração do excedente da produção e contribuem para a formação de uma

¹⁷ O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania. O Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

identidade, quase inconsciente, baseada em relações de troca e complementaridade entre campo-cidade, contribuindo para manter alguns costumes e tradições significativos, presentes ainda nos dias de hoje¹⁸. Pode-se dizer que tais mercados e feiras são os principais ícones da identidade cultural microrregional, em seu papel de local onde campo e cidade se encontram. Os mercados e feiras cumprem o papel de promover o encontro que, de acordo com Lefebvre, se perdeu na cidade industrial e é almejado no urbano virtual.

¹⁸ Exemplos de costumes e tradições: a unidade de medida predominante é o “prato” para alimentos vendidos a granel, ou a dúzia; a venda de animais vivos, como galináceos e porcos; iguarias como biscoitos, queijos, requeijão e doces típicos do local.

Figura 8: Pequi sendo vendido por atacado na feria de sexta-feira



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Dezembro de 2012.

Figura 9: Caminhão com frutas sendo vendidas na feria de sexta-feira



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Dezembro de 2012.

Figura 10: Caminhonetes aguardando carregamento



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Dezembro de 2012.

Figura 11: Caminhão já carregado



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Dezembro de 2012.

Figura 12: Feira livre de sábado, em frente ao mercado



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Dezembro de 2012.

Figura 13: Barraca da feira livre de sábado



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Dezembro de 2012.

Figura 14: Movimentação no entorno do mercado em dia de feira livre



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Dezembro de 2012.

Figura 15: Detalhe da movimentação na feira livre



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Dezembro de 2012.

Feita essa caracterização da formação e da identidade do Alto Rio Pardo, é preciso contextualizá-la frente aos empreendimentos mineradores que estão em vias de serem implantados. Atendo-se apenas à questão tratada até o momento no presente trabalho, da relação urbano-rural no Alto Rio Pardo, não se esquecendo, mas deixando, por ora, as questões relacionadas ao meio ambiente, é possível prever que a nova atividade econômica poderá deslocar o papel do campo. Isso significa, também, que poderá haver um deslocamento da atividade agropecuária — e, de alguma maneira, da cidade compreendida como ponto de conexão, local de encontro e de troca do excedente —, priorizando o atendimento das necessidades do novo empreendimento.

Devido às incertezas no trabalho do campo, aos períodos de estiagem e seca dos cursos d'água, é possível que parte da mão de obra hoje disponível para as atividades agropastoris se desloque para a atividade minerária; ou, ainda, para a prestação de serviços que devem ser implantados para atendê-la, em busca de trabalho e salário fixo. Poderá também haver um deslocamento de terras, hoje destinadas à atividade agropecuária, para a mineração.

Se as especulações referentes aos empreendimentos mineradores se confirmarem, prevê-se um êxodo rural e conseqüente diminuição da produção agrícola. O campo se tornará secundário e as cidades passarão a ser não mais pontos de conexão, mas pontos centrais da microrregião.

No que tange à vida cotidiana, a cidade, provavelmente, deixará de ser o lugar do encontro, mas, como teme Lefebvre, poderá se tornar o lugar de passagem entre o trabalho e a residência.

3.2. Paisagem urbana em transformação: o caso da cidade de Taiobeiras

Nesse item é tratado o distrito sede de Taiobeiras, sua formação, transformações pelas quais tem passado e outras, prováveis, que virão a partir dos empreendimentos mineradores. Conforme apresentado nos capítulos anteriores, Taiobeiras tende a ser uma centralidade de serviços e habitação, considerando que seja pavimentada a estrada que faz sua ligação com Fruta de Leite, prevista no Programa Caminhos de Minas, do Governo do Estado. Isso tornaria o acesso mais rápido e seguro entre os empreendimentos da MIBA e da SAM, em detrimento do que é feito hoje para Salinas, cuja estrada é sinuosa, com muitos declives e aclives.

3.2.1. Um pouco sobre planejamento urbano

Esse subitem introduz os dois próximos, na tentativa de contextualizar os processos de planejamento urbano pelos quais passou o município de Taiobeiras, sendo o primeiro em 1970, exclusivamente no distrito sede, e o segundo em 2006, em todo o território municipal, atendendo aos preceitos do Estatuto da Cidade, que tornava obrigatória a elaboração de Planos Diretores para os municípios com mais de 20.000 habitantes, caso de Taiobeiras, dentre outros critérios. O Plano Diretor de 1970, apesar de poder ser caracterizado mais como um projeto do que um plano, foi executado e contribuiu para a formação de uma paisagem e identidade urbana, baseada no ordenamento do espaço. Já o Plano de 2006 não passou de uma carta de intenções e o seu não cumprimento resultou em transformações na paisagem, com perda para a qualidade ambiental urbana e para o patrimônio cultural.

O planejamento urbano tem suas origens na reação à cidade industrial e à desordem social e urbana gerada por ela, em movimentos diversos no final do século XIX, que tinham por objetivo criar uma nova ordem espacial. Dentre esses movimentos destacam-se a cidade jardim idealizada por Ebenezer Howard e a “city beautiful” de Haussmann, além das reformas de saúde pública (habitação e saneamento), nos casos clássicos de Londres e Paris. De acordo com Fainstein (2005, p. 122), esse tipo planejamento foi realizado para produzir um objeto desejado, sem refletir no processo. Sua função era impor uma escolha paternal de desenvolvimento sobre o terreno urbano sem problematizar o método que definiu suas escolhas. Enfim, o planejamento foi assumido para ser, simultaneamente, o interesse geral guiado por especialistas.

Esse papel de especialista foi assumido pelos arquitetos a partir do século XX, quando os estudos urbanos tornaram-se “matéria despolitizada, quase um elemento físico-espacial a ser tratado segundo uma visão formal-estética” (MONTE-MÓR, 2007, p. 33). Com essa visão técnica e com a necessidade de organizar o espaço, surgiram modelos urbanos, dentre eles o modelo progressista/racionalista que exerceu grande influência sobre o urbanismo brasileiro. Nesse modelo,

[...] o urbanismo passa a ser a busca de uma lógica racional-arquitetônica em contraposição às estruturas urbanas espontâneas ou “naturais”. [...] A cidade é vista como um instrumento de trabalho, gerando-se assim, a especialização de porções do espaço urbano, visando maior eficácia e riqueza formal. Segundo Le Corbusier, a geometria é o ponto de encontro entre o belo e o verdadeiro. (MONTE-MÓR, 2007, p. 34)

No pós-guerra, o planejamento passou a ser entendido como processo, independente do objeto que seria planejado (HALL, 1996, p. 327 *apud* FAINSTEIN, 2005, p. 126). Embora o papel de especialista em planejamento urbano tenha sido assumido pelos arquitetos a partir do século XX, as teorias de planejamento sempre se basearam em diversas disciplinas e campos de conhecimento.

Dentro da teoria do planejamento, uma das questões mais amplas é a do papel do Estado. De acordo com Cardoso (1975, p. 163), “planejamento¹⁹ seria a ‘administração racional’, isto é, o processo de distribuição ótima dos recursos e dos meios tendo em vista objetivos dados. [...] Portanto, o planejamento deveria circunscrever-se diretamente à área da administração.” De acordo com essa passagem, sendo o planejamento essencialmente administrativo, ele estaria necessariamente relacionado às políticas governamentais.

Considerando a teoria do planejamento no âmbito urbano, Fainstein (2005, p. 121) afirma que “a estreita definição de teoria do planejamento resulta em uma fraqueza teórica decorrente do isolamento entre processo, contexto e resultado.” Ela afirma, ainda:

O objeto da teoria do planejamento deveria ser formulado para responder as seguintes questões: Sob que condições a atividade da consciência humana pode produzir uma melhor cidade para os cidadãos? Como nós explicamos e evoluímos os típicos resultados do planejamento como se isso existisse tão longe? (FAINSTEIN, 2005, p. 121)

Para a autora, as teorias do planejamento urbano trabalham em um processo abstrato isolado das condições sociais e práticas de planejamento, sendo que, em algumas delas, só é levada em consideração a cidade física. O propósito da teoria do planejamento seria criar o que ela chama de “just city”.

Há, entretanto, uma grande diferença entre as teorias de planejamento urbano e sua aplicação prática. Algumas teorias têm sido transformadas em políticas e metodologias de planejamento, especialmente no âmbito público, deixando de ser estudos e apontamentos para um desenvolvimento equânime, economicamente viável e socialmente justo, para se transformarem em “receita de bolo” replicáveis. Essas metodologias, muitas vezes, estão relacionadas com a distância existente entre quem

¹⁹ Planejamento em qualquer instância, inclusive a urbana.

estuda e produz as teorias de planejamento e quem as executa. Via de regra, os profissionais do urbanismo não se interessam pela teoria e se baseiam na intuição e na experiência prática.

No Brasil, décadas antes da influência do modelo progressista/racionalista, os desenhos urbanos foram influenciados pelos padrões culturais do período barroco, como aconteceu em Belo Horizonte. Os modelos eram replicados e aplicados, constituindo-se mais em projetos rígidos do que em planos desenvolvidos e aplicáveis para cada localidade ou região.

No período marcado pelo centralismo de poder, quando as principais tendências de distribuição espacial da população apontavam para uma crescente urbanização, multiplicação das localidades urbanas, crescente concentração nas cidades de grande porte, sobretudo nas áreas metropolitanas do Sudeste, os planejamentos urbanos estiveram na maioria das vezes associados a uma política econômica. Isso significa, principalmente, que os planejamentos urbanos não passavam de uma intenção política, sem efetividade, marcada por um controle estatal, sem participação popular, voltada principalmente para atender a uma demanda habitacional.

Avanços, entretanto, devem ser reconhecidos como na exigência de interdisciplinaridade técnica e participação popular na execução dos planos. Na Constituição Federal de 1988, a participação popular foi incorporada aos processos de tomada de decisões e instrumentos de regulação urbana foram criados com a função de estabelecer limitações ao exercício do direito de propriedade — que regula as possibilidades de uso e ocupação do solo. Entretanto, as implantações dessas políticas continuam sujeitas a decisões governamentais, antes centralizadas na instância federal e, agora, a cargo de políticas locais nos quais ainda prevalece o clientelismo em favor dos mais fortes, em especial no sentido econômico e na descontinuidade de ações a cada troca de poder. A execução, a aplicabilidade e a eficiência dos planos municipais e regionais dependem da vontade política, especialmente do governo executivo e, em menor grau, do governo legislativo municipal, para que de fato existam e tragam os

benefícios esperados. Mesmo a participação popular se sujeita a essas vontades políticas.

O planejamento urbano no Brasil teve sua origem no final do século XIX e início do século XX, tendo como princípios centrais “higiene, ventilação, beleza e conforto”, influenciados pelos trabalhos de Hausmann, em Paris, e Cerda, em Barcelona. Datam desse período, por exemplo, a reforma da área central do Rio de Janeiro (Pereira Passos, 1903 – 1906), a remodelação do Vale do Anhangabaú em São Paulo (J. Bouvard, 1907 – 1912), o plano para expansão de Santos (Saturnino de Brito, 1910) e, mais importante para esta pesquisa, o plano da nova capital de Minas, Belo Horizonte (Aarão Reis – 1895).

No período entre 1930 e 1960, surgiu a figura do plano diretor compreensivo, baseado na ciência e na técnica e influenciado pelo movimento modernista e pelo momento econômico do País. Os planos passaram a privilegiar a eficiência das cidades, em detrimento da beleza do momento anterior, para atender prioritariamente as condições exigidas pela industrialização que se instalava no Brasil. Para isso, foram feitas obras de infraestrutura. Os planos eram físico-territoriais e não abordavam diretamente as questões sociais, econômicas e institucionais. São desse período o plano de remodelação, extensão e embelezamento para o Rio de Janeiro (Alfred Agache, 1930), Plano de Avenidas para São Paulo (Prestes Maia, 1930) e, o mais representativo, o plano piloto da nova capital do Brasil, Brasília (Lúcio Costa, 1957).

No período de 1964 a 1974, o planejamento urbano foi abordado em nível nacional com a criação do SERPHAU e do Banco Nacional de Habitação (BNH). Foram elaborados planos com uma “perspectiva interdisciplinar, com base na racionalidade técnico-científica e abarcando a aglomeração urbana em toda a sua extensão.” (MONTE-MÓR, 2011) Esses estudos não passaram, entretanto, de *planos-discursos* devido aos “distanciamentos entre as propostas dos planos e suas reais possibilidades de implementação” (MONTE-MÓR, 2011). São dessa época o Plano Doxiadis para o Rio de Janeiro (1965) e o Plano Urbanístico Básico de São Paulo (1968).

Entre 1973 e 1979, tem destaque a institucionalização das Regiões Metropolitanas (1973) e a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (1974) e da Comissão Nacional de Políticas Urbanas e Regiões Metropolitanas (CNDU). Enquanto o SERFHAU defendia uma abordagem físico-territorial do planejamento, em escala local, a CNPU via as cidades como unidades de produção, em uma dimensão econômica.

Entre 1980 e 1988, ocorreu a crise do planejamento e o movimento constituinte que culminou com a promulgação da Constituição Federal em 1988, “[...] novo marco normativo para o planejamento urbano no País, remetendo aos municípios as competências relativas às políticas urbanas e aos planos diretores, instrumento principal de desenvolvimento e expansão urbana” (MONTE-MÓR, 2011). A Constituição trouxe como princípio básico a equidade urbana, através da função social da propriedade. Após a Constituição, teve início um novo momento do planejamento urbano no Brasil, com a politização dos planos diretores e a reforma urbana, com a rejeição do *plano-discurso* tecnocrático e o resgate do planejamento pela participação.

Entretanto, os artigos de política urbana da Constituição só foram regulamentados em 2001 com a implementação do Estatuto da Cidade. “Os três avanços principais do Estatuto da Cidade foram a repartição mais justa dos ônus e benefícios do processo de urbanização, a regularização fundiária e o reconhecimento da cidade informal e, por fim, a gestão democrática e os planos diretores participativos” (MONTE-MÓR, 2011).

“A abrangência dos Planos Diretores foi ampliada, e seu sentido, alterado, estando agora vinculados à definição da função social de propriedade e ao plano de desenvolvimento urbano municipal” (SANTOS JÚNIOR; MONTANDON, 2011, p. 27).

Mais recentemente, está sendo feita uma retomada dos investimentos federais em infraestrutura urbana, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

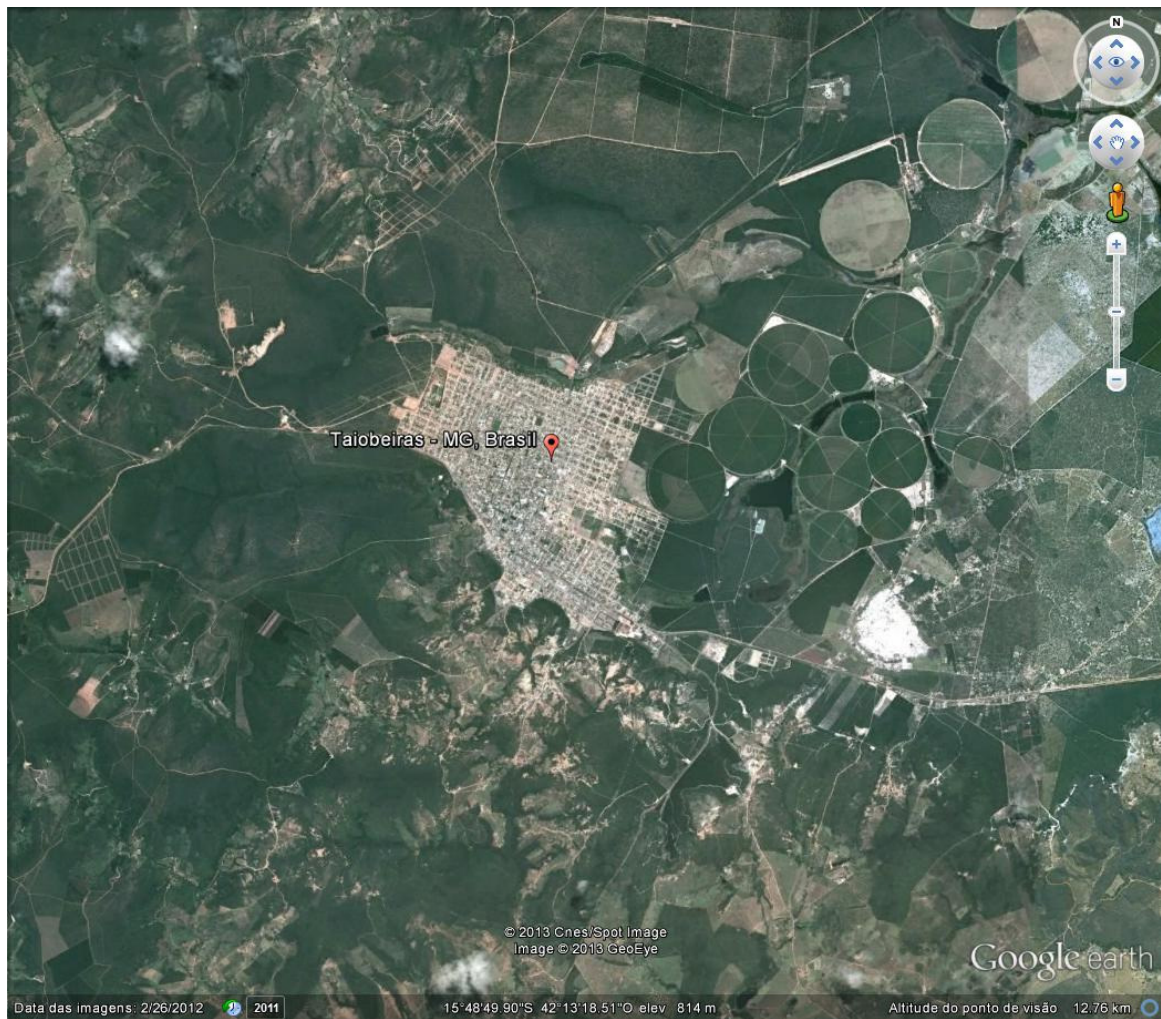
(social e urbano), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o Programa Cidade Melhor, dentre outros.

3.2.2. Taiobeiras: planejamento como elemento indutor da paisagem urbana

Taiobeiras teve sua origem no município de Rio Pardo de Minas e, inicialmente, era conhecida como Sítio Bom Jardim, um povoado que foi elevado à categoria de distrito em 1911, passando a ser chamado de Bom Jesus das Taiobeiras. Esse povoado desenvolveu-se, assim como tantos outros nessa região, como um entroncamento de caminhos abertos para a circulação de gado e transporte de mercadorias para abastecimento da região das minas, a partir do Nordeste. Em 1923, o distrito foi transferido para o município de Salinas, já com a denominação de Taiobeiras, e, em 1953, foi aprovado seu desmembramento, sendo instalado o município no ano seguinte.

Apesar de alguns indícios de ocupações ao norte do distrito sede, foi no entorno do mercado municipal que a aglomeração urbana se desenvolveu e se expandiu, dando origem à atual mancha urbana. A maior parte do território do município de Taiobeiras pertence à bacia do rio Pardo e o restante, na porção sul e sudoeste, à bacia do médio e baixo Jequitinhonha. No contexto microrregional do Alto Rio Pardo, o município encontra-se em uma posição geograficamente central em relação aos demais municípios, conforme apresentado na Figura 16. O distrito sede localiza-se em um planalto, no divisor de bacias. Essa característica geográfica marca a paisagem urbana. A cidade é plana e limita-se a sul por um grande declive, que marca o limite entre as bacias e a partir de onde é possível observar o terreno mais acidentado.

Figura 16: Vista aérea do distrito sede de Taiobeiras e seu entorno



Fonte: Google Earth, 2012.

Representante legítimo da identidade microrregional, no que se refere à relação com o campo, Taiobeiras tem algumas características que o diferencia dos municípios vizinhos, sobretudo no que diz respeito à organização do território intraurbano. Em 1970, pouco mais de dez anos após sua emancipação política, foi elaborado pela Escola de Engenharia da UFMG em convênio com o governo municipal, e implementado logo em seguida, um plano diretor que propiciou ao distrito sede uma ordenação territorial que, ainda hoje, confere-lhe boa qualidade urbana.

Esse plano, um marco na formação de uma identidade urbana, foi influenciado pelos planos diretores compreensivos que prevaleceram no cenário nacional até o início daquela década, com características científicas e técnicas que buscam a eficiência da cidade. Nas palavras do Sr. Uilton Costa Mendes, prefeito à época da elaboração desse trabalho, “o plano serviria para controlar o crescimento desordenado da cidade” (MENDES, 2006).

No Plano Diretor de Taiobeiras, elaborado em 1970, a cidade possuía menos de 5.000 habitantes e aproximadamente 20 vias no entorno do mercado municipal. As edificações eram predominantemente residenciais, unifamiliares e as principais referências eram o próprio mercado e a Igreja Matriz de São Sebastião. Originalmente, as edificações eram de uso residencial, construídas em adobe, no alinhamento da rua, com janelas e portas ritmadas nas fachadas e telhados com águas voltadas para a rua. Em muitas delas, observava-se a presença de pátios internos ao invés de jardins frontais. A forte relação com a área rural e o fato de muitos desses exemplares pertencerem a fazendeiros ou trabalhadores vinculados à lida rural fazia com que muitas residências possuíssem cômodos construídos separados da casa principal, onde eram guardados materiais de montaria, insumos e produtos agrícolas. Os terrenos grandes permitiam a presença de quintais com árvores frondosas, especialmente frutíferas, característica marcante na paisagem.

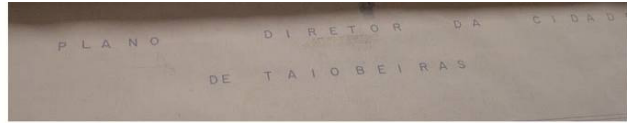
O produto final desse estudo foi um projeto claramente inspirado, se não nas intenções, nos elementos e arranjos utilizados no traçado inicial de Belo Horizonte. A

mancha urbana existente até então foi preservada e incorporada ao plano/projeto e as principais referências urbanas continuaram sendo o mercado e a Igreja Matriz de São Sebastião. Novas vias foram projetadas em uma malha única ortogonal, limitada por uma Avenida do Contorno. A largura das vias, inclusive a da avenida circundante, é igual à das vias projetadas para a capital de Minas. Várias praças foram projetadas, assim como foram criados canteiros centrais e jardins arborizados nas principais vias. Estima-se que a área projetada comportaria entre 30 e 35 mil habitantes.

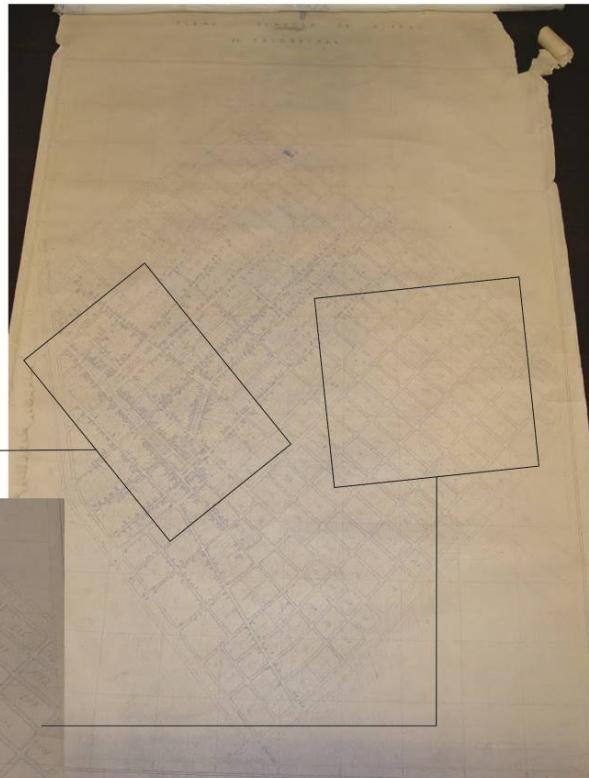
Figura 17: Plano Diretor de 1970, detalhes



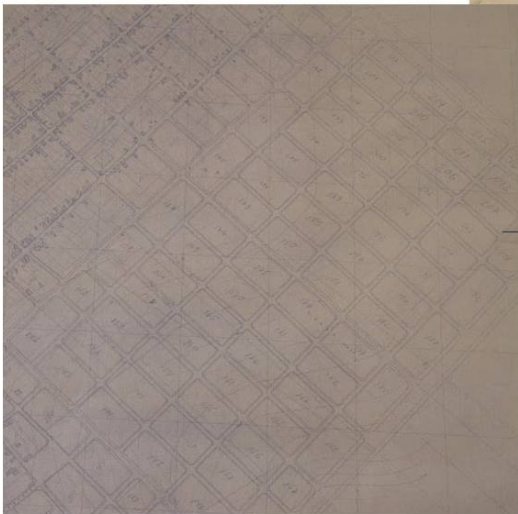
Detalhe do levantamento da área existente



Detalhe do cabeçalho



Fotografia do Projeto original do Plano Diretor de Taiobeiras, 1970



Detalhe das novas quadras projetadas



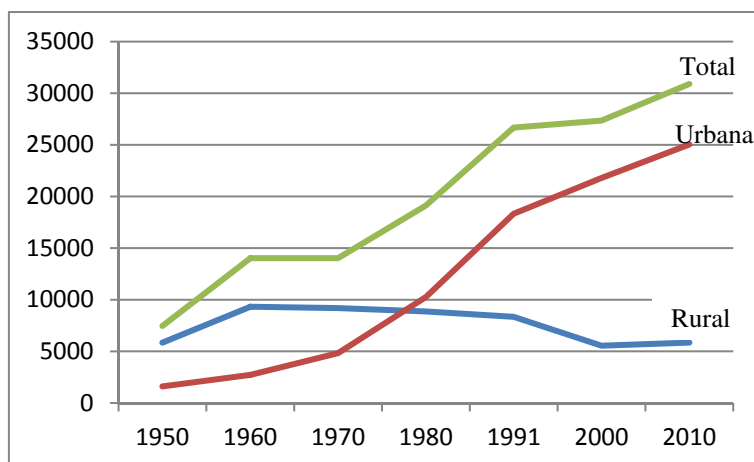
Detalhe do carimbo

Fonte: Taiobeiras, 1970.

O interessante desse plano diretor é que, logo que foi concluído, o então prefeito começou a executá-lo. Nas vias existentes, foi feita a demarcação dos passeios e algumas delas foram pavimentadas. A Avenida do Contorno foi aberta, assim como as demais vias dentro de seu perímetro, e toda a área foi loteada. O traçado projetado e executado do Plano Diretor confere, até os dias de hoje, certa ordenação do território e é característica marcante da paisagem urbana, diferenciando Taiobeiras das cidades vizinhas.

A expansão para fora dos limites da Avenida do Contorno iniciou em meados da década de 1970, com a construção de loteamentos populares pelo poder público. É importante ressaltar que essa expansão urbana não ocorreu pelo preenchimento ou saturação da área projetada, pois ainda existia um grande número de lotes vagos e baixa densidade construtiva nesse perímetro. Apesar dos vazios urbanos — que foram se consolidando com essa expansão —, verifica-se o fato de que os novos loteamentos seguiram o traçado proposto no Plano Diretor, com continuação e paralelismo em relação às vias existentes, preservando a ordem pré-estabelecida.

A expansão urbana acompanhou o ritmo de crescimento populacional a partir da década de 1970, como se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3: Número de habitantes por ano

Fonte: Elaborado pela autora a partir de base de dados IBGE, 2011.

Esse gráfico mostra que, apesar do decréscimo da população rural, esse fato por si só não explica o elevado crescimento da população urbana, devendo ser considerada uma migração, influenciada em momentos diferentes por fatores diferentes. Dentre eles, aumento da população urbana está relacionada ao fato de que um grande número de trabalhadores e proprietários rurais reside na cidade, o que não é mostrado nos censos.

Dentre os fatores que contribuíram para a migração, pode-se destacar a silvicultura, especialmente o reflorestamento com eucalipto, a partir da década de 1970, e a fruticultura. A partir do ano 2000, o incremento nos setores de serviços e comércio foram os principais responsáveis pelo aumento populacional e por uma transformação urbana, como se verá a seguir.

Em 2006, atendendo aos preceitos do Estatuto da Cidade, foi elaborado um novo Plano Diretor para se tornar a lei de referência para a promoção do desenvolvimento municipal, observando o cumprimento da função social da cidade, utilizando-se dos instrumentos previstos naquela legislação.

O diagnóstico elaborado como parte integrante do Plano Diretor identificou que, àquela época, a paisagem urbana se caracterizava pelo ordenamento territorial, fruto do Plano Diretor da década de 1970, como condutor da cotidianidade, com uma identidade urbana fortemente marcada pela centralização no mercado municipal. Por sua vez, o mercado municipal concentrava a maior parte dos comércios e serviços, em uma ocupação por extrato social com particularidades: quanto mais afastado desse centro urbano, menor o poder aquisitivo da população e relativamente mais precário o padrão construtivo das edificações.

Do ponto de vista arquitetônico, o mercado e a Igreja Matriz de São Sebastião continuavam sendo as principais referências na paisagem. No eixo formado entre esses dois elementos, se concentrava o maior número de edificações remanescentes do início da aglomeração urbana, apesar de descaracterizadas, em sua maioria.

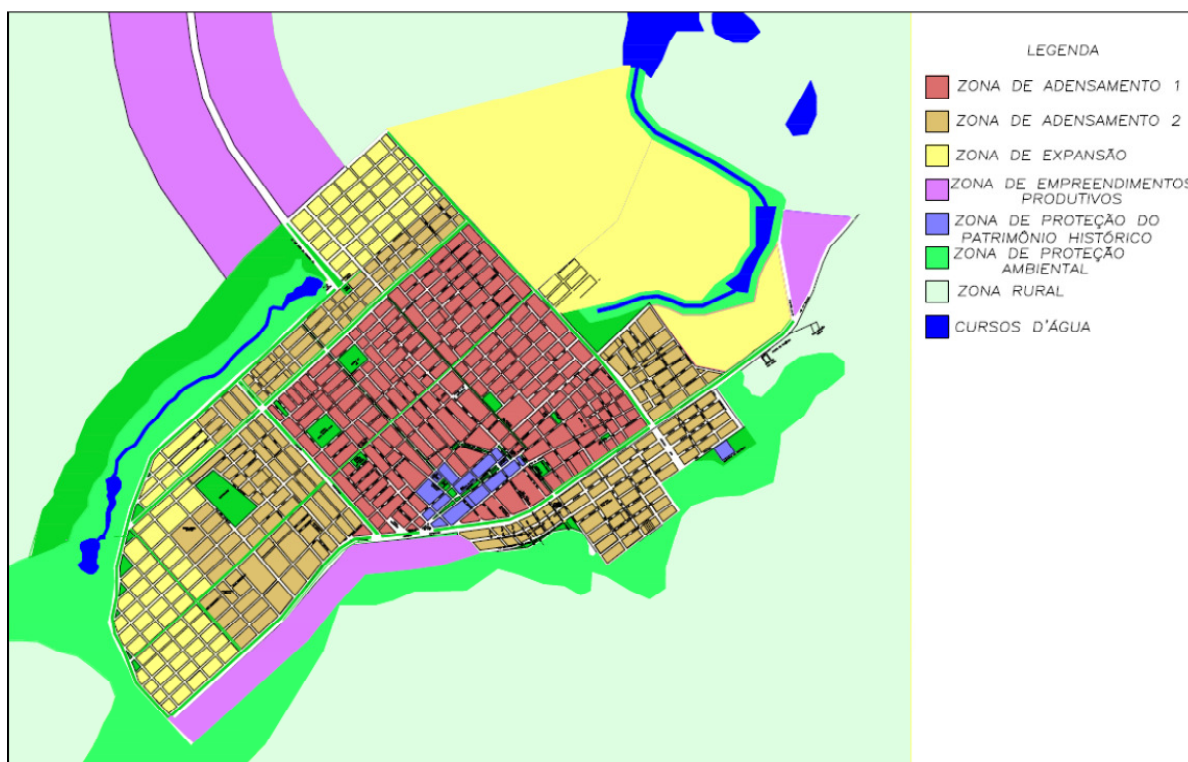
O padrão construtivo era superior dentro dos limites da Avenida do Contorno — tendendo a piorar na medida em que se afastava do centro da cidade — e inferior fora dessa área delimitada. Predominavam as edificações horizontalizadas, com até dois pavimentos. Entretanto, percebia-se uma tendência à verticalização, com o surgimento de algumas edificações de até quatro pavimentos. Percebeu-se que as edificações do centro tradicional da cidade estavam sendo substituídas ou descaracterizadas.

O Plano Diretor de 2006, em suas proposições: ele buscou alternativas que acompanhassem o ritmo de crescimento da cidade, mas que, ao mesmo tempo, preservassem as características da sua identidade e da sua paisagem. À época, a cidade começava a passar por um momento de transformações que viriam a se intensificar nos anos seguintes. Tais transformações estavam relacionadas a incrementos no setor de serviços e na posição de centralidade viária, advinda do Programa PROACesso, que viria a atrair tanto novos migrantes assim como uma população flutuante.

As propostas do Plano, então, foram no sentido de preparar a cidade para as transformações que viriam. A posição de centralidade que se vislumbrava indicava um aumento no tráfego de veículos e foi proposta uma reestruturação viária de forma a diminuir esse fluxo na cidade. O relevo plano favorece o uso de bicicletas e os deslocamentos a pé — uma marca da vida cotidiana da cidade —, sendo as vias públicas efetivamente o local de encontro dos moradores. O plano diretor propôs medidas que reforçassem essa característica em detrimento do crescente número de veículos.

No que toca à paisagem urbana, as principais propostas diziam respeito à preservação da paisagem existente, sem, no entanto, “congelá-la”, respeitando suas principais características, e sem ignorar as transformações que se vislumbravam. No “centro histórico”, novas edificações no entorno do mercado municipal e da igreja não poderiam ultrapassar sua altimetria, com a finalidade de preservar as duas principais referências na paisagem urbana.

Figura 18: Plano Diretor de Taiobeiras, zoneamento do Distrito Sede (2006)



Fonte: Taiobeiras, 2006.

Analisando, hoje, o trabalho feito em 2006, conclui-se que o Plano Diretor de Taiobeiras não passou de um documento de intenções, especialmente no que tange à área urbana e à aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade. Isso aconteceu em muitos municípios brasileiros e uma das razões foi sintetizada por Santos Júnior e Montandom:

[...] pode-se identificar dois momentos: o primeiro marcado pela necessidade de apoio à elaboração de Planos Diretores, sendo considerável a motivação dada pelo prazo estipulado pelo Estatuto da Cidade para que os municípios elaborassem e revisassem seus planos (até 2006); e o segundo período, de 2007 até hoje, marcado pela necessidade de implementação dos Planos Diretores e seus instrumentos. (SANTOS JÚNIOR; MONTANDOM, 2011, p. 16)

Em síntese, poder-se-ia dizer que os municípios não foram motivados e nem preparados para implementar seus planos diretores. Normalmente, há pequenas estruturas administrativas e um reduzido preparo técnico para atuar na aprovação de projetos e na fiscalização das construções. “De nada adianta uma ferramenta sofisticada se a prefeitura não souber operá-la” (SANTOS JÚNIOR; MONTANDOM, 2011, p. 48).

3.2.3. Paisagem urbana em transformação

Para entender as transformações na paisagem urbana da cidade de Taiobeiras é preciso, inicialmente, fazer uma contextualização regional. Conforme dito anteriormente, desde a primeira década do presente século, alguns eventos começaram a reforçar sua posição de centralidade — para além da ordem geográfica — que, por sua vez, também, contribuiu para reforçar a promoção de transformações urbanas.

A localização estratégica de Taiobeiras, em um entroncamento de vias já existentes foi potencializada pelas obras de pavimentação que implicaram um rearranjo na rede urbana existente, conferindo-lhe, gradativamente, *status* polarizador. As facilidades de acesso, a expansão da oferta de comércio e serviços — com a abertura da Agência da Caixa Econômica Federal, do Posto do INSS, criação da Companhia de Polícia e melhorias no hospital local, que assumiu papel de referência regional — contribuíram para tal.

O Hospital Santo Antônio, administrado pela Fundação Taiobeiras, instituição sem fins lucrativos, tornou-se referência no atendimento à saúde, um polo — que eleva o município a tal condição neste quesito — dentre as 75 microrregiões de saúde definidas pela política de regionalização da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, com

apoio do Pro-Hosp. O Hospital atende hoje, através de convênios, 24 municípios, alguns não pertencentes ao Alto Rio Pardo.

O Programa de Acesso Rodoviário (PROACESSO), do Governo de Minas, propôs integrar todas as cidades do estado através de vias pavimentadas. No contexto do Alto Rio Pardo, uma nova realidade microrregional começou a despontar com a formação de novas microrredes regionais. Nesse cenário, Taiobeiras ganhou destaque enquanto entroncamento, apresentando uma tendência de centralização aliada aos outros processos de desenvolvimento citados.

A implantação de novos equipamentos urbanos e instituições públicas voltadas para atender toda a microrregião têm sido responsáveis pelo surgimento de novas centralidades. O caso mais notável é o do Bairro Sagrada Família, local com baixos índices de urbanização e pouco ocupado até o final da última década, quando foi construído, ali, o Centro Viva Vida e uma praça de 17.000 m² com equipamentos para prática de esporte, lazer e encontro, como parte do Programa Minas Olímpica.

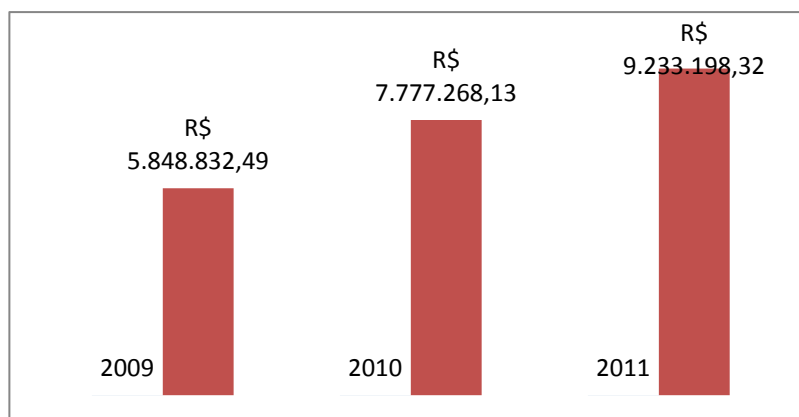
Nessa mesma região, foram inauguradas as agências da Caixa Econômica Federal e do INSS, além da sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Rio Pardo (CISARP). Após a implantação desses equipamentos, o bairro se tornou alvo de crescimento com implantação de infraestrutura urbana, atraindo novas edificações residenciais e comerciais e tornou-se uma das áreas mais valorizadas da cidade, além de se caracterizar como uma nova centralidade.

Esses investimentos em saúde, acessibilidade e serviços promoveram um fluxo migratório e influenciaram diretamente na paisagem urbana, ao criar novas centralidades. Face à recente posição de centralidade verificada, observam-se transformações expressivas na paisagem urbana. Melhorias na acessibilidade rodoviária e na expansão da infraestrutura de serviços, somadas ao contexto de ampliação de acesso ao crédito, experimentado em todo o País, implicaram efeitos migratórios, cuja consequência imediata foi um *boom* imobiliário. Este, por sua vez, é caracterizado por tendências de substituição de edificações antigas, especialmente no

centro da cidade, onde, ressalta-se, concentra-se a maior parte do patrimônio cultural edificado, desrespeitando, dessa forma as restrições do Plano Diretor vigente (Figuras 20 a 23). Vale destacar que parte desse efeito migratório foi composto por pessoas de Taiobeiras que haviam se mudado em busca de oportunidades em grandes centros e que, com essa nova realidade, resolveram voltar.

De acordo com dados de WALTER (2012), proprietário da Pontual Imóveis²⁰, nos últimos três anos houve um crescimento de quase 100% no valor de financiamentos habitacionais em Taiobeiras, como apresentado no Gráfico 4.

Gráfico 4: Financiamento habitacional em Taiobeiras



Fonte: Elaborado pela autora a partir de base de dados Pontual Imóveis, 2012.

A explosão imobiliária, como já se observou, reforça a tendência de substituição de edificações antigas e horizontalizadas por aquelas que ressaltam a verticalização. Percebe-se, com isso, também, novos padrões de ocupação dos

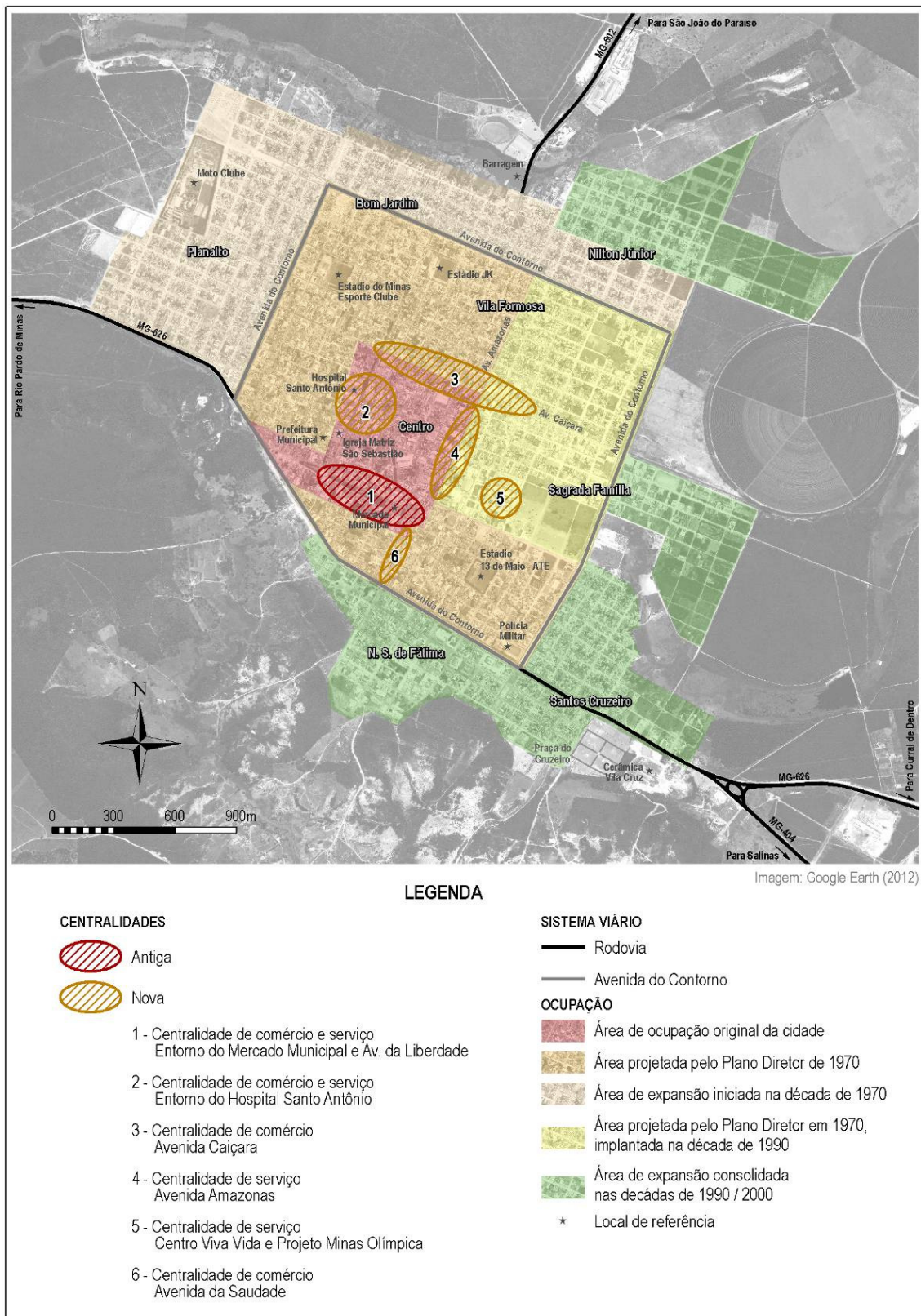
²⁰ A Pontual Imóveis foi a primeira imobiliária de Taiobeiras, tendo iniciado suas operações em 2009. De acordo com dados da Caixa Econômica Federal (2012), essa empresa mediou mais de 90% dos contratos habitacionais da Agência Taiobeiras, desde sua inauguração, em 2010. Os dados de 2009 são relativos aos contratos fechados antes da abertura da agência, quando ainda funcionava como posto bancário, e os financiamentos eram feitos via Agência Salinas.

terrenos, com pouco ou nenhum afastamento e ausência de quintais. Essas mudanças foram sentidas especialmente no centro da cidade, onde, reforça-se, concentra-se a maior parte do patrimônio cultural edificado. O surgimento de uma nova classe socioeconômica, de poder aquisitivo mais alto que o habitual da cidade, contribuiu para a elevação do padrão construtivo das edificações, mas não necessariamente em uma valorização estética.

Para além da transformação na paisagem existente, observa-se também uma expansão da mancha urbana com a construção de novos loteamentos, chacreamentos e um condomínio voltado para a classe social emergente. Dentre os loteamentos, destaca-se a expansão urbana no Bairro Nossa Senhora Aparecida, residencial, unifamiliar, voltado para uma classe média baixa. Os chacreamentos, normalmente com terrenos entre 1000m² e 5000m², estão sendo adquiridos para lazer, com uso esporádico, no entorno imediato da mancha urbana. O condomínio está sendo procurado por moradores que pretendem se mudar de suas residências originais, em busca de privacidade, segurança ou até mesmo status social, em um processo de fractalização e carcerização²¹, notado principalmente ao se observar que ele se localiza no extremo leste, em um dos bairros mais pobres da cidade. Apesar de ser uma cidade de pequeno porte, apresenta uma tendência de expansão urbana contemporânea.

²¹ Edward Soja (2000) usou os conceitos de cidade fractal e cidade carcerária para definir algumas características da metrópole pós-moderna.

Figura 19: Evolução urbana do distrito sede de Taiobeiras



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de base de dados do Google Earth, 2012.

Houve uma supervalorização nos preços dos imóveis, mas as novas construções não têm respeitado os parâmetros urbanísticos do plano diretor, especialmente afastamentos e verticalização, em grande parte devido à falta de conhecimento da população, dos técnicos que trabalham com a construção civil e da falta de fiscalização pelo poder público municipal. Esse momento, visto como desenvolvimentista para muitos, tem trazido graves consequências para a paisagem urbana.

Outra transformação é percebida quanto ao uso das edificações. Houve um aumento significativo no número de estabelecimentos comerciais que se expandiram para além do centro tradicional, no entorno do mercado municipal. Percebe-se, também, uma maior diversificação, sofisticação e especialização no comércio.

No centro histórico, as descaracterizações que já vinham ocorrendo se intensificaram. A maioria dos proprietários de imóveis nessa região transformou a porção frontal de suas residências em comércio, mas preservaram a estrutura do telhado, esquadrias, os pátios internos característicos e, pode-se dizer, também, um modo de viver de uma época passada. Foi um processo generalizado, sem planejamento nem discussões, mas que, ao mesmo tempo em que transformou a paisagem, preservou parte da história dessas edificações. A criação de comércios proporcionou uma renda aos proprietários das edificações e permitiu que continuassem residindo no mesmo local, não cedendo à especulação imobiliária no centro histórico e comercial da cidade.

Figura 20: Avenida da Liberdade na década de 1970



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 21: Avenida da Liberdade em 2012



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 22: Avenida da Liberdade em 1970



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 23: O mesmo trecho da Avenida da Liberdade em 2012



Fonte: Arquivo pessoal.

Até os dias de hoje, o mercado municipal é um marco na paisagem urbana, seja por sua arquitetura ou pelo papel que representa no contexto cultural da cidade. É nele que os produtos agropecuários, não só de Taiobeiras, mas de todo o Alto Rio Pardo, são comercializados, especialmente aos sábados, quando é realizada a feira-livre, exclusivamente voltada para agricultores familiares. Outro aspecto, relevante neste processo de transformação, foi a reforma do Mercado Municipal, feita como forma de valorizar a mencionada relação campo-cidade, mas também para atender a um novo público, não apenas voltado para o consumo de bens de primeira necessidade, mas, ainda, para a exploração turística. Sem questionar as melhorias na higiene e no conforto, pode-se dizer que o mercado passou por um processo de gentrificação²², numa clara tentativa de aproximá-lo dos templos de consumo moderno, os *shopping centers*, atraindo turistas (Figuras 24 a 30). A gentrificação não implica necessariamente um uso turístico, mas faz com que os lugares passem a ser atrativos em função das melhorias e/ou equipamentos que são instalados. Tampouco implica na recuperação da história, mas leva indiretamente à mesma, devido à utilização de construções antigas.

²² O conceito de gentrificação é um neologismo que provém do vocábulo inglês *gentrification*, que poderia significar enobrecimento ou refinamento, desde que *gentry* quer dizer aristocracia.

Figura 24: Fachada principal do mercado, em 2007, antes da reforma



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 25: Fachada principal do mercado em 2012



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 26: Detalhe da entrada principal antes da reforma



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 27: Entrada principal pós reforma



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 28: Vista interna antes da reforma



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 29: Vista interna depois da reforma



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 30: Praça de alimentação, após a reforma

Fonte: Arquivo pessoal.

3.2.4. Paisagem urbana: transformações possíveis

Frente às transformações pelas quais vem passando, relatadas até aqui, outras se vislumbram em um futuro próximo devido aos empreendimentos mineradores que serão implantados no Norte de Minas. Nesse sentido, como definir o que é importante preservar e o que está sujeito a mudanças? Como conciliar a paisagem urbana com as necessidades do presente? O que é permitido em um cenário de transformações?

Essas são algumas questões que devem ser feitas para a cidade de Taiobeiras. Apesar de jovem, com pouco mais de um século desde o início de seu povoamento e com 58 anos de emancipação política, a cidade teve em sua trajetória momentos que conferiram uma identidade própria para sua paisagem cultural urbana. Nessa

abordagem, o conceito de paisagem cultural aplicável a Taiobeiras não refere à abordagem tradicional, de cenário pitoresco, mas, sim, a uma construção no espaço e no tempo, de relações sujeito-objeto, associadas a uma “sobreposição de memórias, histórias, acontecimentos, narrativas, identidades e valores (cultura)” (CARSALADE *et al.*, 2012).

É provável que Taiobeiras seja diretamente impactada pelo empreendimento que se instalará no município de Rio Pardo de Minas e terá sua centralidade reforçada, devido à proximidade do local da mina, por sua posição geográfica central na microrregião aliada às confluências rodoviárias das rotas de passagem. Além disso, determinados fatores — como a infraestrutura de serviços disponível, a qualidade urbana do distrito-sede, o clima agradável devido às elevadas altitudes, diferentemente dos demais municípios da microrregião, dentre outros — deverão contribuir para atrair um fluxo migratório expressivo, o que é típico no histórico de implantação de atividades geradoras de emprego e renda, tais como as mineradoras. A perspectiva de instalação do empreendimento contribuiu para aquecer o mercado imobiliário e várias residências foram construídas para abrigar possíveis migrantes trabalhadores.

Tal cenário é corroborado pelo fato de que a simples notícia sobre a possibilidade de implantação de empreendimentos mineradores na região desencadeou apostas do mercado imobiliário local, expressas na construção de apartamentos e casas para aluguel que, por ora, encontram-se paradas, aguardando a chegada do empreendimento. Outro aspecto relevante é a criação de cursos para técnicos em mineração, ofertados por duas escolas particulares sem quaisquer vínculos com as empresas mineradoras e sem que exista qualquer demanda explícita e imediata por esses profissionais.

Conforme dito anteriormente, a paisagem urbana de Taiobeiras não se destaca por ser pitoresca, mas, sim, pela forma como foi construída, aliando a construção de uma identidade urbana, impulsionada pelo Plano Diretor da década de 1970, paralelamente à construção de relações sociais e de uma vida cotidiana guiada por ela.

No que diz respeito às transformações das edificações mais antigas do centro histórico que interferiu nas fachadas e, conseqüentemente na paisagem, questiona-se: até que ponto essas transformações — realizadas pelos próprios moradores e proprietários — prejudicaram a integridade física e simbólica do bem e do conjunto, na medida em que, com a modificação das fachadas, a paisagem foi alterada; ou essa transformação permitiu a preservação do patrimônio que ficou “escondido” e, de certa forma, protegido, na medida em que a alteração do uso gerou uma fonte de renda para os proprietários desses bens e possibilitou que continuassem vivendo aí, ao invés de cederem à pressão imobiliária. Considera-se que essa transformação não significou uma mudança no sentido do lugar. Esta re-significação das edificações, da forma como foi feita, evitou a expulsão da população de uma das áreas mais tradicionais e, ao mesmo tempo, valorizadas da cidade, em função do aumento no preço das propriedades e dos serviços oferecidos na região “gentrificada”. Houve um prejuízo para a paisagem urbana, que perdeu a ideia de “unidade histórica” no centro tradicional da cidade. Entretanto, a permanência dos moradores manteve o significado local e o patrimônio não deixou de ser valioso, apenas mudou o seu sentido. Nesse caso, a transformação, mesmo que “espontânea”, não sendo regida por leis ou projetos urbanos de iniciativa do poder público, foi uma solução saudável frente ao processo de preservação integral ou, de forma mais radical, à destruição dos bens. Não há como negar que o comércio e outros usos — que não o residencial — movimentam a economia de lugares como esse que, muitas vezes, não teriam como se manter economicamente.

A perspectiva de instalação da atividade mineradora na região já tem gerado, sobretudo nos municípios de Alto Rio Pardo e Taiobeiras, expectativas, especulações e investimentos, ainda que tímidos, anunciando transformações em suas dinâmicas social, econômica e territorial. Entretanto, será a efetiva implantação dos empreendimentos que confirmará ou não o cenário de profundas transformações locais e regionais que parece se delinear, conforme mencionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Norte de Minas está prestes a receber empreendimentos mineradores com potencial para mudar sua estrutura urbana e regional. Historicamente, essa região se desenvolveu a partir das fazendas de gado que, inclusive, abasteceram a região das minas e contribuíram para que sua base econômica, ainda hoje, seja predominantemente voltada às atividades rurais e, ainda, para que sua ocupação seja mais dispersa que no restante do estado.

Costa (2009) observa que, sob o aspecto sociocultural, o estado é dividido em Minas e Sertões. Em grande medida, por sua vez, os Sertões correspondem ao Norte de Minas. Por ser uma área de fronteira com a Bahia, Costa (2009) diz que há uma ruptura entre os dois e que os “sertanejos” não são reconhecidos nem como mineiros, nem como baianos, daí a expressão “baianeiros”. Do ponto de vista de Costa (2009), o Norte de Minas não é reconhecido pelo seu papel desempenhado na fundação e consolidação do estado de Minas Gerais e, a partir desse pensamento, foi criado o Movimento Catrumano, que reivindica esse reconhecimento, dentre outros processos:

O Movimento Catrumano reivindica o reconhecimento do processo de obliteração da importância do Norte de Minas e, ao mesmo tempo de sua diferença, e imprime uma carga afirmativa dessa importância e dessa diferença como estratégia capaz de criar um contraponto à hegemonia das minas sobre os geraes. Faz isso por reconhecer que o poder simbólico cria acesso variado aos recursos de poder material e que a região nortemineira, subalternizada pelo discurso político-conservador da carência, da falta, da miséria, da seca e do atraso, deve compreender o lugar que lhe é imputado nessa relação de forças e empreender levante para restituir-se à sua própria diferença, valorizando-se nela. (MOVIMENTO CATRUMANO, 2013)

Esse movimento é importante para o fortalecimento da identidade sertaneja norte-mineira. Paralelamente, é a primeira vez na história que o Norte de Minas terá investimentos mineradores dessa proporção, com potencial para, também, transformar essa identidade. Do ponto de vista das atividades econômicas, pode-se dizer que o Sertão vai virar Minas.

Os empreendimentos minerários se localizarão nas microrregiões de Janaúba, Grão Mogol e Salinas. Esta última foi denominada, ao longo desta pesquisa, de Alto Rio Pardo, em consonância com o que tem sido praticado pela população local e pelas instituições governamentais. Os empreendimentos deverão entrar em fase de operação a partir de 2013 e algumas conclusões sobre seus possíveis (e prováveis) impactos já podem ser tiradas.

A baixa escolaridade e capacidade técnica da população do entorno dos empreendimentos é um entrave para as empresas que, por sua vez, terão como alternativa capacitar essa mão de obra ou importar profissionais de outras regiões. Mesmo com a eventual capacitação da mão de obra local, é provável que ocorra um fluxo migratório, como é comum em novas fronteiras econômicas. Além disso, as empresas dizem que, mesmo capacitada, a mão de obra local é insuficiente para atender a demanda e, necessariamente, será preciso “importar” trabalhadores, particularmente aqueles mais capacitados para assumir funções especializadas. Com isso, é possível que seja gerado um fluxo migratório com forte demanda por habitação, o que, desde já, tem estimulado uma especulação imobiliária — refletida em um *boom* na construção civil que tem contribuído para a formação de um passivo habitacional à espera desses prováveis locatários.

A água é, atualmente, um dos principais entraves para o desenvolvimento dessa região. Em 2012, inclusive, ocorreu uma das piores secas da história, com escassez de água para consumo e grandes prejuízos na atividade agropecuária e, conseqüentemente, em toda a economia regional. Sabe-se que a atividade minerária é grande consumidora de água, seja no processo de beneficiamento do minério ou, como no caso da empresa SAM, para seu transporte via mineroduto. Entretanto, todos os representantes das empresas entrevistados foram unânimes em dizer que “água não é problema” — conforme se observou no Capítulo 1. Esse é um dos pontos de interrogação que tornam difícil até mesmo a especulação — e, principalmente, uma avaliação mais precisa — sobre o que realmente vai acontecer, isto é, se a escassez de água vai se agravar ou se, através de medidas mitigadoras, novos reservatórios ou

formas de captação e reserva serão desenvolvidos. Cabe à população local acompanhar esse processo, estimular o debate e cobrar soluções; e cabe ao Estado mediar essa relação conflituosa entre empresas, meio ambiente e população, de modo que prevaleça o diálogo e a promoção do desenvolvimento, beneficiando todos os envolvidos, mas garantindo a integridade e algumas vantagens para os mais pobres.

A BR 251 terá grande importância no contexto dos empreendimentos, tanto para a ligação com as comunidades e cidades de apoio — caso de Vale das Cancelas, Bocaina, Salinas, Taiobeiras e Montes Claros, por exemplo — como para transporte de mão de obra e produtos. Prevê-se que o fluxo experimentado pela referida via — atualmente já saturada, com alto tráfego de veículos pesados, principalmente — tende a aumentar. É preciso pensar em uma solução antes mesmo da implantação dos empreendimentos.

Montes Claros, principal centralidade do Norte de Minas, tenderá a ter sua posição reforçada a partir das atividades mineradoras, já que é a única cidade da região com capacidade para atender a uma demanda por comércio e serviços especializados. O que se espera é que os novos investimentos promovam a desejada articulação urbano-regional envolvendo Montes Claros e o Norte de Minas, propiciando um desenvolvimento abrangente e totalizante.

No que diz respeito à rede urbana da microrregião Alto Rio Pardo, prevê-se o seu fortalecimento, especialmente através de atividades difundidas pelo território para atender à nova atividade, inclusive com medidas para incentivar a atividade agropecuária, tanto para abastecer a população atual e os imigrantes, quanto para evitar um êxodo rural.

Se essas medidas de incentivo para fixação do homem no campo não se concretizarem ou não surtirem efeito, é possível que parte da mão de obra hoje ocupada nessa atividade se desloque para a atividade mineradora. Isso se daria devido às incertezas do trabalho no campo e aos longos períodos de estiagem, agravando a independência das minerações das bases produtivas alimentares locais e,

consequentemente, a importação de bens e serviços de outras regiões; ou seja, agravando também a situação de enclave que tende a marcar regiões mineradoras e monoindustriais.

O fortalecimento da rede urbana pode estar, entretanto, vinculado a uma mudança na relação campo-cidade. Se a diminuição da produção agrícola se concretizar, o campo se tornará secundário e as cidades passarão a ser não mais pontos de conexão, mas pontos centrais na microrregião.

No que tange à vida cotidiana, a cidade, provavelmente, deixará de ser o lugar do encontro, mas, como teme Lefebvre, poderá se tornar o lugar de passagem entre o trabalho e a residência.

Além do fortalecimento da rede urbana do Alto Rio Pardo, especula-se que Taiobeiras se fortalecerá enquanto centralidade regional, especialmente após o asfaltamento da estrada que a liga à cidade de Fruta de Leite e, por conseguinte, à BR 251. Essa especulação tem gerado um *boom* imobiliário na cidade, com a consequente construção de residências visando a esse público migrante. Deve-se ressaltar que a não realização dessa previsão, ainda especulativa, poderá trazer impactos negativos para a economia local.

Empreendimentos como esses que serão implantados no Norte de Minas devem ser monitorados em prol do desenvolvimento da região, de forma a internalizar seu bônus e minimizar o ônus. Sabe-se que os impactos são inevitáveis, como a degradação ambiental, a valorização da terra rural e urbana, a intensificação do processo migratório e a desestruturação das redes de proteção social, dentre outros.

Nesse contexto, é preciso considerar os interesses do grande capital e, ao mesmo tempo, garantir a participação local nas grandes decisões, buscando conciliar, através das políticas de planejamento urbano e regional, os interesses dos vários capitais com as necessidades das populações locais. Nesse sentido, o Plano Regional de Desenvolvimento do Norte de Minas pode ser visto como uma ação

governamental para mediar conflitos e garantir o diálogo de modo que todos os interesses sejam efetivamente respeitados.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Sabrina. M. L. *Uso Futuro de Áreas Mineradas e o Meio Urbano: O Caso de Águas Claras*. Dissertação de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentado-MACPS/UFMG, Belo Horizonte, 2012.

ARAÚJO, Evandro. *Entrevista concedida a Fabiana Oliveira Araújo*. Prefeitura Municipal, Taiobeiras, Minas Gerais, 2012.

BOUDEVILLE, Jaques. *Los espacios economicos*. Buenos Aires: EUDEBA, 1969.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. *Relatório de qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do território do Alto Rio Pardo*. 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs_territorio007.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2012

CANTELMO, Wesley Antônio Tadeu Moreira. *Entrevista concedida a Fabiana Oliveira Araújo*. Sedru/MG, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2012.

CARDOSO, A. L. Reforma urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 1 e 2, p. 79-111, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, B.M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

CARPATHIAN GOLD INC. *Entrevista concedida à equipe de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional do Norte de Minas*. SEDRU, Belo Horizonte, 2011.

CARSALADE, Flávio de Lemos, et al. *Mineração em Minas Gerais: paisagem e patrimônio cultural*. I Seminário Internacional de Reconversão de Território. Belo Horizonte, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEDEPLAR. Proposta técnica Lote 01: plano regional estratégico em torno de grandes projetos minerários no Norte de Minas. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. *Edital de concorrência*, n. 001/2012, Belo Horizonte, 2012.

CHRISTÄLLER, W. *Central places in southern Germany*. NJ: Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1966.

CORAGGIO, Jose Luis. Considerações teórico-metodológicas sobre as formas de organização do espaço e suas tendências na América Latina. *Planejamento*, Salvador, jan./mar. 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, João Batista Almeida. Fronteira regional no Brasil: o entre-lugar da identidade e do território baianos em Minas Gerais. *Sociedade e cultura*, v. 5, n. 1, p. 53-64, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/554/475>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

COSTA, João Batista de Almeida. Minas Gerais na contemporaneidade: identidade fragmentada, a diversidade e as fronteiras regionais. *Cad. Esc. Legis.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 117-137, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/16/joao_batista.pdf>. Disponível em: 11 dez. 2012.

COSTA, Manoel. *Entrevista concedida a Fabiana Oliveira Araújo*. Caixa Econômica Federal, Taiobeiras, 2012.

FAINSTEIN, Norman; FAINSTEIN, Susan. City planning and political values. In: CAMPBELL, Scott; FAINSTEIN, Susan (Ed.). *Readings in planning theory*. Malden: Blackwell Publishers, 1996.

FAINSTEIN, Susan. Planning theory and the city. In: *Journal of Planning Education and Research*, v. 28, n. 2, 2005.

FAIRCLOUGH, Graham. Cultural landscape, sustainability, and living with change? *US/COMOS International Symposium* organized by US/COMOS, Program in Historic Preservation of the University of Pennsylvania, and the Getty Conservation Institute. Philadelphia, Pennsylvania, 2001.

GAMA-ENGENHARIA DE RECURSOS HÍDRICOS LTDA. *Plano diretor de recursos Hídricos da bacia hidrográfica dos afluentes mineiros do Rio Pardo*. 2012. No prelo.

GOMES, Fernanda Silva. *Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re) estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais*. Dissertação de mestrado, NPGAU/UFMG, Belo Horizonte, 2007.

GOOGLE EARTH. Taiobeiras. Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/index.html>> Acesso em: 26 fev. 2012.

GRUPO AMBIENTAL SANTA BÁRBARA. *O município de Raposos (MG) e o problema da barragem de rejeitos da Mina Apolo - Vale*. 2010. Disponível em:

<<http://www.onggasb.com.br/2010/04/o-municipio-de-raposos-mg-e-o-problema.html>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

HERMANO, V. M.; LESSA, Simone Narciso. Formação e desenvolvimento da rede urbana do Norte de Minas. *Desenvolvimento social*, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.ccsa.unimontes.br/ppgds/images/stories/revista_1_09.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2011.

IPEA, IBGE, UNICAMP. *Configuração atual e tendências da rede urbana: série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Brasília: IPEA, IBGE, NESUR, UNICAMP, 2001.

JACOBS, Jane. *La economia de las ciudades*. Barcelona: Península, 1975.

JOÃO-PEDRO, Lumpini. *Entrevista concedida a Fabiana Oliveira Araújo*. Território de cidadania do Alto Rio Pardo, Taiobeiras, Minas Gerais, 2012.

LEFEBVRE, Henry. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. Título original: *La révolution urbaine*.

LEFEBVRE, Henry. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991. Título original: *La vie quotidienne dans le monde moderne*.

LESSA, S. N. *Trem de ferro: do cosmopolitismo ao sertão*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

LESSA, Simone Narciso; PEREIRA, L. A. G. Políticas de desenvolvimento: um estudo comparado entre as matrizes de transportes terrestres no norte de Minas Gerais. *Revista Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 10, n. 31, 2009. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

LESSA, Simone Narciso; HERMANO, Vivian. M. Formação e desenvolvimento da rede urbana do Norte de Minas. *Desenvolvimento social*, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.ccsa.unimontes.br/ppgds/images/stories/revista_1_09.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2011.

MARKUSEN, Ann. Regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço e debates*, ano 1, n. 2, 1981.

MENDES, Uilton Costa. *Entrevista concedida a Fabiana Oliveira Araújo*. Taiobeiras, Minas Gerais, 2006.

MINAS GERAIS. *Programas e ações do governo: PROACESSO*. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.der.mg.gov.br/programas-e-acoes-degoverno/programas/proacesso>>. Acesso em: 15 maio 2011.

MINAS GERAIS. *Programas e ações do governo: Programa Minas Olímpica*. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.esportes.mg.gov.br/esportes/minas-olimpica>>. Acesso em: 15 maio 2011.

MINAS GERAIS. *Programas e ações do governo: Programa Viva Vida*. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/politicas_de_saude/programa-viva-vida>. Acesso em: 15 maio 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano. Banco de Notícias. *Governo de Minas anuncia início do Plano Regional Estratégico do Norte de Minas*. 2012. Disponível em: <<http://www.urbano.mg.gov.br/banco-de-noticias/630-governo-de-minas-anuncia-inicio-do-plano-regional-estrategico-do-norte-de-minas>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

MINAS GERAIS. *Plano de desenvolvimento regional do Alto Paraopeba: investimentos estratégicos*. Belo Horizonte: Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano de Minas Gerais, 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Saúde. Diretoria de Fomento e Integração Regional. *Programas e ações de governo*. [s.d.]. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/politicas_de_saude/pro-hosp>.

MINERAÇÃO MINAS-BAHIA. Entrevista concedida à equipe de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional do Norte de Minas. SEDRU, Belo Horizonte, 2011.

MIRANDA, Anísio. *Entrevista concedida a Fabiana Oliveira Araújo*. Emater/MG, Taiobeiras, Minas Gerais, 2012.

MONÇÃO, Geraldo Nobre; DAYRELL, Carlos Alberto. *A caça no contexto histórico, cultural e econômico da Região do Alto Rio Pardo – Minas Gerais*. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Gerência de Cooperativismo, Negócios e Comércio, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. 2007. Disponível em: <http://www.aptabr.org.br/novo/index/Edital/A_Cachaca.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2012.

MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. *Gênese e estrutura da cidade mineradora*. Texto para discussão, n. 164, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2001.

- MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. *Etc, espaço, tempo e crítica* (revista eletrônica), n. 1, v. 1, abr./jun. 2007.
- MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. Fundamentos do planejamento urbano e regional: curso de pós-graduação CEDEPLAR. *Notas de aula*. Belo Horizonte, 18 de agosto de 2011 a 24 de novembro de 2011.
- MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Texto para discussão, n. 281. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2006. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20281.pdf>> Acesso em: 08 ago. 2012.
- MORAES, Fernanda Borges. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. Tese (Doutorado) – São Paulo, 2005.
- MOVIMENTO CATRUMANO. *Projeto completo*. Fundação Cultural Genival Tourinho, 2010. Disponível em: <<http://www.fcgt.com.br>>. Acesso em: 23 out. 2012.
- NOSSA GENTE. Informativo para as comunidades vizinhas ao Projeto Vale do Rio Pardo, *Sul Americana de Metais*, ano 1, n. 1, trimestral, Salinas, MG, 2011.
- OLIVEIRA, M. F. M. *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.
- PERROUX, François. *A economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.
- RACHTER, Laise. *Infraestrutura de transporte e desenvolvimento econômico: um estudo do PROCESSO em Minas Gerais*. Monografia (Graduação) – Belo Horizonte, 2011.
- REVERT, Scheila.
- SUL AMERICANA DE METAIS. *Entrevista concedida à equipe de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional do Norte de Minas*. SEDRU, Belo Horizonte, 2011.
- SUL AMERICANA DE METAIS. *Estudo de impacto ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo*. Belo Horizonte, 2012.
- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (Org.). *Os planos diretores municipais pós estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009.

SOJA, Edward. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Basil Blackwell, 2000.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA BAHIA. *Projetos, ferrovia, ferrovia oeste-leste*. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/verProjeto.php?varCodigo=6>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

TAIOBEIRAS. Prefeitura Municipal. *Localização do município*. 2012. Disponível em: <http://www.taiobeiras.mg.gov.br/sis2009/index.php?option=com_content&view=article&id=21&Itemid=33>. Acesso em: 08 ago. 2012.

TAIOBEIRAS. *Plano Diretor do Município de Taiobeiras*. 2006.

TEIXEIRA, Maria Sirlei. *Entrevista concedida a Fabiana Oliveira Araújo*. Emater/MG, Taiobeiras, Minas Gerais, 2012.

WALTER, Leandro David Santos. *Entrevista concedida a Fabiana Oliveira Araújo*. Pontual Imóveis, Taiobeiras, Minas Gerais, 2012.

WEBER, Alfred. *Theory of the location of industries*. Chicago: Chicago University Press, 1969.